Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação

Luís Gustavo Souza Rocha

Formação Cultural e Mídia: uma reflexão sobre o processo formativo do indivíduo/leitor a partir das colunas de Míriam Leitão

Goiânia
2019

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Luís Gustavo Souza Rocha

Título do trabalho: Formação Cultural e Mídia: uma reflexão sobre o processo formativo do indivíduo/leitor a partir das colunas de Míriam Leitão

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Luís Gustavo S. Rocha
Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

M Resende
Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 25 / 04 / 2019

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação

Luís Gustavo Souza Rocha

Formação Cultural e Mídia: uma reflexão sobre o processo formativo do indivíduo/leitor a partir das colunas de Míriam Leitão

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais, sob orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Silva Resende

Goiânia
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza Rocha, Luís Gustavo
Formação Cultural e Mídia: [manuscrito] : uma reflexão sobre o processo formativo do indivíduo/leitor a partir das colunas de Míriam Leitão / Luís Gustavo Souza Rocha. - 2019.
XCVI, 96 f.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário Silva Resende.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2019.
Bibliografia.

1. formação cultural. 2. indústria cultural. 3. emancipação. 4. indivíduo. 5. mídia. I. Silva Resende, Maria do Rosário, orient. II. Título.

CDU 159.9

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

LUÍS GUSTAVO SOUZA ROCHA

Ao **décimo nono dia do mês de março de dois mil e dezenove (19/03/2019), às** 13:50**horas** reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Profa. Dra. **Maria do Rosario Silva Resende,** doutora em **Psicologia** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Profa Dra **Paola Regina Carloni** doutora em **Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano** pela Universidade de São Paulo, Profa. Dra. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure,** doutora em **Educação** pela Universidade Federal de Goiás para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: **"Formação Cultural e Mídia: uma reflexão sobre o processo formativo do indivíduo/leitor a partir das colunas de Míriam Leitão",** em nível de Mestrado**,** área de concentração em **Psicologia,** de autoria de **Luís Gustavo Souza Rocha,** discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta **pelo presidente** da Banca Examinadora, Profa. Dra. **Maria do Rosario Silva Resende** que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo **aprovado**. Os trabalhos foram até às 15:10 **horas** e eu, **Naraiana de Oliveira Tavares**, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino acompanhado dos membros da Banca Examinadora. Goiânia, **ao décimo nono dia do mês de março ano de dois mil dezenove.**

Profa. Dra. **Maria do Rosario Silva Resende** (Orient.)

Profa. Dra. **Paola Regina Carloni**

Profa. Dra. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**

Profa. Dra. **Naraiana de Oliveira Tavares** (Vice Coordenadora do PPGP)

Profa. Dra. Naraiana de Oliveira Tavares
Vice-Coordenadora do PPGP/UFG
Matrícula: 2683604

Agradecimentos

Às mulheres com as quais experimentei educação e afeto:

Minha mãe, Rosane, como primeira referência na infância, sempre acompanhada de minha avó materna, Carmelinda, já falecida, e de minha irmã, Thaís, viva e resistente;

Célia Leão, minha professora de português que, após anos estimulando minha criatividade, pagou a inscrição para o vestibular do meu primeiro curso superior, de Audiovisual (hoje Cinema e Audiovisual), na Universidade Estadual de Goiás, onde pude conhecer Joanise Levy da Silva, minha coordenadora de curso, brilhante professora, amiga e quem me orientou no trabalho final de curso, em um estudo de caso voltado para a presença da filósofa Marcia Tiburi, enquanto voz especialista, no programa Saia Justa, de certo modo validando o discurso da TV.

Foi também nos primeiros anos de ensino superior que despertei o gosto pelo jornalismo – acreditem ou não: lendo diariamente as colunas de economia de Míriam Leitão. Era o aluno mais interessado, senão o único, nas aulas de economia do curso de Audiovisual, ministradas aos sábados por uma professora que, salvo engano, se chamava Simone. (E tudo bem se erro, pois, justiça seja feita, ela me chamava de Luís Fernando.)

Depois da primeira formação superior, já atuando como jornalista em uma rádio, resolvi estudar à noite para obter mais conhecimento e também um diploma que me resguardasse no mercado. Cursei Jornalismo na Faculdade Araguaia, onde tive o prazer de conhecer as professoras Roberta Barros, que me auxiliou no trabalho de conclusão – desta vez um estudo de caso sobre a jornalista Dora Kramer, analisando criticamente a narrativa da queda de ministros do Governo Dilma Rousseff em suas colunas no Estadão –; Sandra Paro, que revisou meus dois livros publicados até agora; e Paola Carloni, a principal responsável, em termos de incentivo e subsídio teórico, pelo meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. Além da formação em Jornalismo, Paola fez também graduação em Psicologia e teve como orientadora Maria do Rosário Silva Resende, que é minha orientadora no Mestrado em Psicologia e, portanto, quem me acompanhou na aventura de revisitar o trabalho da primeira jornalista a me chamar a atenção para o Jornalismo. Todas estão conectadas à minha história e formação. Não é bonito, isso tudo?

Agradeço ainda a Letícia Lima e Lilian Xavier, que poderiam ter se limitado a colegas de sala de aula por dois anos, mas que hoje não as percebo diferente de grandes amigas.

Sumário

Resumo.....VII

Abstract.....VIII

Introdução.....9

1. A Formação Cultural para a liberdade de pensamento.....15

1.1 Indústria Cultural e Pseudoformação.....19

1.2 A contradição entre informação e experiência.....28

1.2.1 A razão publicitária da informação na sociedade.....31

2. A Informação e o Desdobramento Histórico do Jornalismo.....35

2.1 Do surgimento da prensa gráfica à imprensa no Brasil.....36

2.2 A formação do jornalista no Brasil.....42

2.2.1 As teorias do Jornalismo.....43

3. Reflexão sobre as colunas da jornalista Míriam Leitão.....46

3.1 A escolha das colunas.....51

3.2 Análise dos aspectos formativos para a consciência eleitoral.....53

3.2.1 *"De olho na política"*.....56

3.2.2 *"Temer e Meirelles: Fogueira das vaidades"*.....59

3.2.3 *"Cenário eleitoral"*.....62

3.2.4 *"Incertezas até o voto" e "O mar da dúvida"*.....65

3.2.5 *"O meio de Marina"*.....71

3.2.6 *"Em tempo de eleição"*.....75

3.2.7 *"País no qual vices governam"*.....78

3.2.8 *"Na economia há pontos em comum"*.....79

3.2.9 *"A nova mulher que foi às ruas"*.....82

3.2.10 *"Está tudo muito confuso, tá ok?"*.....85

3.3 As colunas de Míriam Leitão e as possibilidades de formação dadas aos seus leitores.....88

Considerações Finais.....91

Referências.....93

Resumo

O trabalho aqui apresentado busca verificar, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, as possibilidades de formação cultural presentes na mídia a partir do estudo das colunas da jornalista Míriam Leitão no jornal "O Globo". O primeiro capítulo discute o conceito de formação cultural (Adorno, 2006), que se relaciona com o conceito da própria formação do indivíduo, que em sentido maior, envolve não apenas a educação formal, mas também a apropriação subjetiva da cultura. No caso da mídia, é preciso considerá-la como parte da indústria cultural (Horkheimer & Adorno, 1985), que rebaixa bens culturais à condição de mercadorias porque justifica a cultura como negócio devido ao caráter ideológico com que legitima-se no capitalismo. A perda da perspectiva da formação para a emancipação indica a pseudoformação, cuja consequência é a barbárie. O segundo capítulo discute a informação jornalística e faz um resgate histórico do jornalismo que a produz. A informação é resultante do processo da indústria cultural e tende a impossibilitar o processo formativo do indivíduo exposto a ela, pois sua finalidade não é despertar a consciência humana para a autonomia do pensamento, uma vez que a racionalidade que a constrói e distribui, em sintonia com a lógica de todos os bens culturais convertidos em mercadoria, tem por objetivo manter os indivíduos subjugados pelo poder dominante, e não o esclarecimento capaz de superar, por meio da reflexão dos indivíduos, a barbárie que fundamenta a sociedade capitalista. Tendo como pano de fundo a problemática da formação, o terceiro capítulo realiza a análise de 11 colunas da jornalista, escritas entre janeiro e outubro de 2018, o que permite uma reflexão, a partir do recorte temático das eleições presidenciais de outubro do mesmo ano, com o objetivo de compreender a (im)possibilidade formativa do produto jornalístico, abrindo perspectiva para a análise de como a mídia, em seu conjunto, busca atingir a subjetividade dos indivíduos, procurando adaptá-los ao papel de consumidores.

Palavras-chave: formação cultural; indústria cultural; emancipação; indivíduo; jornalismo; mídia; subjetividade.

Abstract

The work presented here seeks to verify, using the Critical Theory of Society, the possibilities of cultural formation present in the media from the study of the columns of the journalist Míriam Leitão in the newspaper "O Globo". The first chapter discusses the concept of cultural formation (Adorno, 2006), which relates to the concept of the formation of the individual, which in a larger sense, involves not only formal education but also the subjective appropriation of culture. In the case of the media, it is necessary to consider it as part of the cultural industry (Horkheimer & Adorno, 1985), which impoverishes cultural goods to the condition of goods because it justifies culture as a business due to the ideological character with which it legitimizes itself in capitalism. The loss of the perspective of formation for emancipation indicates the semi-formation, whose consequence is barbarism. The second chapter discusses the journalistic information and makes a historical rescue of the journalism that produces it. The information is the result of the process of the cultural industry and tends to make impossible the formative process of the individual exposed to it, since its purpose is not to awaken the human consciousness to the autonomy of thought, since the rationality that builds and distributes it, in tune with the logic of all cultural goods converted into commodities, has as its objective to keep individuals under the dominating power, not the enlightenment capable of overcoming, through the reflection of individuals, the barbarism that underlies capitalist society. On the basis of the training problem, the third chapter analyzes the journalist's 11 columns, written between January and October 2018, allowing a reflection, based on the thematic clipping of the October presidential elections, in order to understand the formative possibility of the journalistic product, opening a perspective for the analysis of how the media, as a whole, seeks to reach the subjectivity of individuals, trying to adapt them to the role of consumers.

Keywords: cultural formation; cultural industry; emancipation; individual; journalism; media; subjectivity.

Introdução

Esta dissertação provém da experiência jornalística de seu pesquisador. O expediente diário em redações de TV, jornal impresso, rádio e *online* suscitou questões quanto à contribuição da mídia para melhorar a sociedade por meio da produção de conteúdos endereçados às pessoas que buscam neles uma forma de compreensão da realidade em que vivem. No caso do jornalismo, a prática profissional lida com desafios cotidianos, tais como o *deadline*, isto é, o prazo máximo para que o material esteja concluído, e interesses comerciais, capazes de desencadear impasses com o interesse público para o qual a deontologia do jornalismo está voltada. Mesmo que os profissionais estejam comprometidos com resultados instrutivos para a sociedade, não se pode garantir que a intenção se consume no exercício jornalístico.

Na perspectiva dos estudos de Theodor Adorno (2006), Max Horkheimer (1985) e Walter Benjamin (2015), filósofos da Escola de Frankfurt que contribuíram para a elaboração da Teoria Crítica da Sociedade, as questões suscitadas empiricamente adquirem densidade teórica para a reflexão sobre a (im)possibilidade de formação do indivíduo na mídia, analisando se há brechas para a formação cultural se realizar ou se o ambiente da mídia converte tudo em pseudoformação. Partindo dos conceitos de formação cultural e de pseudoformação, mas também de informação, experiência e indústria cultural, todos eles elaborados pelos frankfurtianos, é possível verificar as implicações dos bens culturais produzidos pela mídia na subjetividade do indivíduo – que, no caso desta pesquisa, é o indivíduo leitor das colunas da jornalista Míriam Leitão, publicadas no jornal “O Globo”.

Mas, ainda que todo o impacto da mídia sobre a subjetividade dos indivíduos – diante dela, muitas vezes reduzidos à função de consumidores – seja de difícil detecção, tanto mais necessária é a investigação das possibilidades de formação oferecidas pela mídia. Afinal, o abandono da perspectiva do indivíduo como agente diretamente implicado pelo que a mídia emite desafia a responsabilidade desta para com a constituição da subjetividade, no plano individual, e para com a sociedade que ela ajuda a influenciar, seja em direção à emancipação humana ou à barbárie da civilização. Assim, torna-se justificada a discussão realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, ponderando que, embora a trajetória do pesquisador tenha sido iniciada no ambiente da Comunicação

Social, com as graduações de Audiovisual e Jornalismo, o objeto da formação cultural do indivíduo pela mídia pertence à Psicologia.

Na presente pesquisa, a Teoria Crítica da Sociedade serve de instrumento para investigar a massificação dos bens culturais, concentrando-se em parte específica da indústria cultural, que preenche a sociedade industrial desenvolvida em sua totalidade: a mídia e o jornalismo, cujo papel social é comumente vinculado à divulgação de informações para os cidadãos que, abastecidos destes saberes, disporiam de um conhecimento supostamente capaz de desvelar a realidade. No entanto, a promessa que justifica o consumo de uma notícia é superada em face do surgimento da notícia seguinte: um ciclo inesgotável de atualização com novidades, constantemente renovadas, que aprisiona leitores, ouvintes e espectadores a uma expectativa de conhecimento responsável por mantê-los em estado de consumo, expostos ao bombardeio de informações.

O jornalismo enquanto expressão da mídia se relaciona com a subjetividade humana, pois pode afetar o processo de formação do indivíduo e, consequentemente, de sua subjetividade. A questão avança para as contradições do papel desempenhado pela atividade jornalística em prol da formação cultural dos indivíduos e também da manutenção do *status quo*, com a dominação da sociedade pelo poder hegemônico. No centro desta discussão está o indivíduo a quem a mídia procura impactar.

O objetivo desta pesquisa é fazer uma reflexão sobre o conteúdo jornalístico fornecido pela mídia, compreendendo se há possibilidades de que ele contribua na formação para a liberdade de pensamento do indivíduo. Também é de interesse desta investigação, observando as contradições dos processos sociais, notar as distinções entre formação e pseudoformação no material jornalístico e se este é, por si, meio para formação cultural para o indivíduo. Além disso, outro ponto pretendido com este estudo é buscar entender como se dá a questão da formação do próprio jornalista e, ainda, se os elementos utilizados pelo jornalismo oferecem condições de superação da realidade contestada ou se, a despeito de eventuais críticas que o jornalismo faça, é eficiente para reforçar o estado das coisas. Para tanto, importa identificar se o jornalismo ajuda na adaptabilidade dos indivíduos para o *status quo*. E por fim, esta pesquisa tem por objetivo alertar para a necessidade de que sejam empreendidos novos estudos relacionando a mídia e o objeto da formação do indivíduo nela, de modo que a Academia ilumine caminhos para a valorização da formação cultural pela mídia, haja vista o

interesse de mercado que a justifica como objeto de consumo, e não de formação, enquanto parte da indústria cultural.

Para desenvolver a pesquisa em torno do objeto da formação cultural na mídia, o primeiro capítulo, "Formação Cultural para a liberdade de pensamento", discute a formação cultural como tentativa de assegurar a liberdade de pensamento, considerando a promessa de esclarecimento que pode não se cumprir, até porque o processo formativo não é uma garantia, mas uma aposta, que não está apenas para as escolas, pensando em uma educação formal, mas também para outras áreas, como o jornalismo. Corre-se, porém, o risco de a ideia de formação converter-se em adaptação ao estado vigente das coisas. No caso do jornalismo, a própria informação pode agir em reforço ao *status quo*, inviabilizando a superação da realidade. Adorno (2006) alerta para a imposição de valores pela mídia em lugar da problematização de conceitos que expõem o contraditório e a partir da qual se é possível conceber a formação. Apesar disso, não significa que ela não possa ocorrer mesmo em circunstância nas quais esta reflexão não seja aparentemente incentivada.

A dominação se contrapõe à autonomia e está presente na sociedade do capitalismo avançado. A indústria cultural, que converte bens culturais em mercadorias, é a dominação do capital sobre a cultura, que atinge toda a sociedade pela administração da consciência dos indivíduos. Porque se reduzem a produtos, as mercadorias da indústria cultural estão sujeitas à racionalidade técnica que permite o controle do poder econômico hegemônico sobre a subjetividade dos seus consumidores. Nesse sentido, a razão da técnica conserva em si algo de irracional sobre o que Horkheimer & Adorno (1985) discorrem na obra *Dialética do Esclarecimento*.

A promessa de Esclarecimento advindo da racionalidade técnica é o mito que a humanidade pretendia superar. O jornalismo também faz tal promessa para sustentar o mercado que comercializa informações sob a justificativa de compreensão da realidade, e, por conta disso, sem desprezar as contradições, tende a substituir os processos formativos por pseudoformação devido à administração do pensamento na sociedade da indústria cultural, em que a informação negligencia a experiência, capaz de vincular seu conteúdo à subjetividade dos indivíduos, e valoriza a publicidade, que explicita o negócio que o jornalismo se tornou, sem, contudo, determinar que a formação cultural seja um processo impossível.

Em seguida, no segundo capítulo, "A informação e o desdobramento histórico do jornalismo", é explicado o surgimento da imprensa a partir do advento da prensa gráfica, atribuída a Gutenberg, no século XV, uma invenção que revolucionou a circulação de textos e que está associada ao surgimento do jornal impresso. "A informação tinha de ser constantemente renovada", diz Benjamin (2015, p. 29) ao observar as características da produção jornalística em Paris, no século XIX, ponto de partida para o mercado dos meios de comunicação de massa desenvolvido na Modernidade, em consonância com a mentalidade de justificação do sistema que se tornou a indústria cultural, ao qual a mídia e o jornalismo estão contidos.

A imprensa chega ao Brasil no início do século XIX trazida pelo Corte portuguesa, com a Imprensa Régia. A atividade jornalística no país alcança o século XXI com o fim da exigência do diploma de curso superior e controvérsias em torno da questão. A dispensabilidade da passagem pela formação superior aprofunda o problema da produção científica, mas a formação restrita à educação convencional reduz o aspecto maior da formação cultural e tem-se o risco do reforço à instrumentalização da profissão em torno de um conjunto de técnicas, o que, para o exercício profissional, pode comprometer a capacidade de se promover formação cultural para os indivíduos aos quais se dirige o resultado dos trabalhos dos jornalistas na sociedade.

Por último, no terceiro capítulo se analisa as colunas da jornalista Míriam Leitão no jornal "O Globo" – onde ela assina uma coluna desde 1991 –, considerando o recorte da eleição presidencial de 2018 para se refletir sobre os elementos formativos, ou a ausência deles, colocados para o (e)leitor em relação ao processo eleitoral. A escolha da profissional é credenciada pelo reconhecimento de Míriam Leitão pelo meio jornalístico, atestado em premiações especializadas, e pela constância de seu trabalho ao longo de décadas no Grupo Globo, maior conglomerado de mídia da América Latina. Além de colunista diária no jornal impresso, Míriam Leitão faz comentários diários na programação da rádio CBN e no telejornal "Bom Dia Brasil", da TV Globo, tem programa no canal fechado Globonews e assina um *blog* no portal do jornal "O Globo" na internet.

A pesquisa documental foi realizada tendo como fonte o *blog* "Míriam Leitão", que disponibiliza o acervo de produções da jornalista, inclusive as colunas publicadas diariamente no jornal "O Globo", exceto às segundas-feiras. A amostra de 11 colunas se deu pela escolha

de uma coluna em cada mês, entre janeiro e outubro de 2018, cuja temática discutida tenha sido a escolha do presidente da República, e a primeira coluna posterior ao período eleitoral, encerrado com a votação em segundo turno, no dia 28 de outubro de 2018, que reflita sobre o processo das eleições para analisar quais as avaliações da própria jornalista sobre esse percurso ao longo do ano.

O jornal impresso se trata de um produto diário, e por estar presente na vida dos leitores todos os dias é que se preferiu uma amostragem em um período de tempo maior do que se fazer a análise de uma sequência de colunas publicadas perto da eleição, o que ignoraria o impacto, na subjetividade do indivíduo leitor, dos conteúdos ligados ao processo eleitoral, produzidos pelo jornalismo no decorrer do ano, e que podem influenciar na decisão sobre o voto do eleitor. Em um universo de 260 colunas publicadas nos dez primeiros meses de 2018, foi feita a leitura de cada publicação, em ordem cronológica, sendo que a primeira coluna identificada pela discussão do processo eleitoral, nas publicações de cada mês pesquisado, foi escolhida para a amostra. A escolha cronológica, em cada mês, da primeira coluna compatível com os termos buscados para a análise se deu de forma aleatória, após a seleção temática das colunas e constatação de que, na distribuição dos meses, o volume produzido das colunas com este tema é desproporcional, comparativamente, com tendência de intensificação do tratamento do assunto à medida que as eleições se aproximavam. No decorrer na pesquisa, sentiu-se a necessidade de analisar a coluna que sucede o período eleitoral e trata do tema para entender como a jornalista Míriam Leitão analisa todo o processo eleitoral e também o resultado das eleições.

A análise das 11 colunas selecionadas para este estudo é realizada em diálogo e fundamentação com conceitos da Teoria Crítica da Sociedade, discutidos no primeiro capítulo. Embora a defesa da liberdade do indivíduo para votar seja feita, nem sempre o (e)leitor é convidado à reflexão, intercalando-se momentos em que a jornalista Míriam Leitão alerta para o perigo da alienação e outros em que a coluna incorre no problema outrora denunciado. A possibilidade de emancipação do indivíduo não é definida exclusivamente pelo contato com os produtos da mídia, entendendo que a busca pela verdadeira formação envolve ir além da informação jornalística.

Como desdobramento, esta dissertação abre caminhos para a averiguação da formação cultural pelo jornalismo de maneira mais abrangente, tendo em vista que este estudo recorta,

de todo o conjunto de materiais jornalísticos produzidos por um jornal impresso, apenas um elemento, isto é, uma coluna dentre as várias páginas de conteúdos publicados. Considerando não somente a variedade de conteúdos em um mesmo jornal, mas também a variedade de produtos jornalísticos difundidos na mídia concomitantemente a um jornal, é pertinente a continuidade da investigação aqui iniciada pelo pesquisador, ao nível de doutoramento, com um olhar para a formação cultural na mídia e no jornalismo que englobe mais produtos e conteúdos, de forma a compreender com maior profundidade as questões presentes no objeto estudado nesta pesquisa e também a fim de chamar a atenção para a importância de uma mídia engajada na formação cultural dos indivíduos que ela procura alcançar, alertando para os perigos a que a sociedade está exposta quando perde-se de vista o interesse pela emancipação humana.

1. A Formação Cultural para a liberdade de pensamento

Esta pesquisa discute as possibilidades de formação do indivíduo a partir do que o jornalismo oferece, reconhecendo, em primeiro lugar, que a formação é um processo amplo que extrapola a educação formal do ambiente escolar e se vincula à cultura em seu aspecto geral. Nesse sentido, a Teoria Crítica da Sociedade subsidia esta reflexão, sobretudo, com o conceito de formação cultural, discutido por Adorno (2006), um dos filósofos da Escola de Frankfurt, e que, assim como o conceito de esclarecimento, desenvolvido por Horkheimer & Adorno (1985), e o conceito de informação, de Benjamin (2015), é importante para estabelecer o lugar da formação na busca por liberdade de pensamento, pois "a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 13).

A formação cultural, que neste trabalho será tratada como equivalente à formação, é uma aposta no combate à barbárie, que na Modernidade mostra sua feição sombria em passagens históricas como o nazismo. Mas a ocorrência de supostos processos formativos baseado em modelos prontos não é suficiente para assegurar a formação, e pode resultar em falsas promessas de esclarecimento, convertendo-o na dominação da natureza e do próprio homem pelo homem (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 20). Assim, o jornalismo, que é a parte da mídia para a qual esta pesquisa concentra a atenção, não promove a formação cultural em si apenas por reivindicar para as informações que transmite à sociedade um papel de esforço para livrar indivíduos da ignorância sobre a realidade que os cerca, nem por emoldurar, na soma de versões apresentadas para os acontecimentos, o todo da realidade; a informação como convergência das possibilidades de visão sobre um acontecimento da realidade. A garantia de que o jornalismo cumpre tais objetivos, ou mesmo que não foge a esses propósitos, é uma promessa estranha à formação, porque busca "encontrar proteção, normas, caminhos já consolidados" (Adorno, 2006, p. 60), revelando "inaptidão à existência e ao comportamento livre e autônomo em relação a qualquer assunto" (Adorno, 2006, p. 60). Portanto, a verdadeira formação não é assegurada pela repetição de modelos preestabelecidos.

De maneira abrangente, a Teoria Crítica da Sociedade aponta para a tensão que acompanha o processo formativo. Nele não cabem determinações apriorísticas quanto aos resultados almejados para uma condição humana emancipatória, já que a formação cultural e a educação são processos contínuos cuja promessa de realizá-los não assegura sua concretização.

> O desenvolvimento da sociedade a partir da Ilustração, em que cabe importante papel à educação e formação cultural, conduziu inexoravelmente à barbárie. Ou, para dizer o mesmo pelo reverso: o próprio processo que impõe a barbárie aos homens ao mesmo tempo constitui a base de sua sobrevivência. Eis aqui o nó a ser desatado. A função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isto se dá, revelando as raízes deste movimento – que não são acidentais – e descobrindo as condições para interferir em seu rumo (Adorno, 2006, pp. 11-12).

Com isso, está posta a necessidade daquilo que Adorno (2006) nomeia de formação cultural viva, sugerindo um caráter dinâmico, de algo que não está dado de antemão, para enfatizar que a consciência reificada é fruto de uma formação estática, regida por padrões fixos que transformam a formação em seu avesso e comprometem a ideia de seres humanos autônomos, que é própria do pensamento esclarecedor. A necessidade de uma formação cultural viva alerta para o risco de morte da formação cultural. Sobre essa percepção, Adorno (2006) diz que:

> (...) às vezes me parece que a liberdade já se encontra abalada também naqueles que formalmente ainda a possuem, como se seus hábitos intelectuais já se identificassem ao que é regressivo, ainda que este não tenha sido prescrito; como se algo nas próprias pessoas esperasse por ser dispensado do peso da autonomia (Adorno, 2006, pp. 70-71).

Assim, para Adorno (2006), a formação cultural é indissociável da liberdade e autonomia do indivíduo, condições sem as quais não há possibilidade de esclarecimento. Uma das reflexões sobre o sentido da formação cultural é feita filósofo frankfurtiano com relação aos exames de filosofia para seleção de professores de escolas superiores em ciências, na Alemanha. O filósofo frankfurtiano verifica em examinadores e examinados situações que demonstram a perda do elo que a reflexão pode construir com o objeto no contexto da formação cultural. É intrigante observar que a crítica de Adorno (2006) atinge as rotinas acadêmicas de preparação dos docentes, pois demonstra o prejuízo da formação em instituições educacionais. Se as forças formalmente comprometidas com a educação da sociedade falham quanto ao propósito que justifica sua existência, é porque a obediência a procedimentos que regulam a docência não substitui o valor da autorreflexão para o exercício vivo das práticas educacionais. Assim, Adorno avalia que "a aprovação científica converte-se em substituto da reflexão intelectual do fatual, de que a ciência deveria se constituir" (Adorno, 2006, p. 70).

Por mais que esta crítica adorniana se dirija ao modelo de docência, a discussão quanto à formação não deve ser restrita ao universo da educação e dos professores, já que deste modo ela própria incorreria em um tipo de especialização criticável quanto à incapacidade de diálogo com outras esferas sociais, até porque a formação escolar é atravessada por outras esferas sociais. A abertura para uma reflexão que ultrapasse as fronteiras de uma especialidade abre caminhos para emergirem contradições correspondentes que possam denunciar uma lógica conjunta de funcionamento, diferente do caráter incidental ou de exceção que tomam os mesmos eventos, se analisados separadamente.

O problema da formação na docência também se manifesta no jornalismo em situações iguais à "aliança entre a ausência pura e simples de reflexão intelectual e o estereótipo da visão de mundo oficialista" (Adorno, 2006, p. 62). A dificuldade do jornalismo para contestar esse estereótipo deve-se ao fato de que muitas vezes a profissão encontra respaldo no próprio estereótipo para sustentar aquilo que ela apresenta como a realidade, mas que é parte do processo de adaptação do pensamento ao estado das coisas. Adorno identifica nesse processo a "disposição a se adaptar ao vigente" (Adorno, 2006, p. 62), o que conserva tendências totalitárias na medida em que a necessidade de reflexão é vencida pela realidade dada como um quadro insuperável e ao qual, portanto, o indivíduo deve se dobrar.

Lançando essa perspectiva sobre o jornalismo, consegue-se pensar a respeito da informação que constata a barbárie em suas formas violentas, tal como é explorado pelo noticiário (assassinatos, estupros, sequestros etc., além das diversas formas de violência praticada pelo Estado, como a execução policial em que a vítima é reduzida a bandido), e, no ato de reconstituir massificadamente a barbárie por meio da informação, ela é disseminada em larga escala na sociedade, criando um ciclo difícil de ser rompido por causa do reforço da repercussão midiática. Na concepção de Souza (2017), a constante reprodução do *status quo* na mídia é um dos fatores que impedem a reflexão verdadeira, já que o indivíduo só pode construir sua opinião a partir da "exposição a argumentos opostos" (Souza, 2017, p. 124). A respeito disso, tomando a televisão como parte dos meios de comunicação de massa, Adorno (2006) analisa que a mídia procura:

> (...) impor às pessoas um conjunto de valores como se fossem dogmaticamente positivos, enquanto a formação a que nos referimos consistiria justamente em pensar problematicamente conceitos como estes que são assumidos meramente em sua *positividade*, possibilitando adquirir um juízo independente e autônomo a seu respeito (Adorno, 2006, p. 80).

A partir da crítica de Adorno (2006) sobre o fato de notar na mídia a supressão do contraditório, silenciado na discussão de conceitos em sua positividade, e, portanto, inviabilizando a reflexão porque restringe a discussão ao não problematizar os conceitos, podemos tomar a questão como essencial para a análise crítica das condições oferecidas pelo jornalismo – no que se refere às possibilidades de contribuir na formação dos indivíduos alcançados pelo conteúdo jornalístico. Refletindo sobre os meios de comunicação de massa por meio da televisão, Adorno (2006) distingue o sentido de formação cultural do sentido de formação, que é "uma espécie de função formativa ou deformativa operada como tal em relação à consciência das pessoas, conforme somos levados a supor a partir da enorme quantidade de tempo gasto vendo e ouvindo televisão" (Adorno, 2006, p. 76), e este sentido abrange um tipo de relação pautada pelo consumo de mercadorias da indústria cultural, que é contrária à formação cultural.

A presença do que Adorno (2006) designa como positividade – para cobrar a falta da problematização que permite o pensamento – é uma manifestação da função deformativa em relação à consciência, porque exclui as contradições das quais se constitui a realidade e, assim, com a exposição de um caminho pronto para leitores, ouvintes e espectadores de seus conteúdos, e na falta de elementos para exercitar um pensamento autônomo, o convite à reflexão não é dado ao indivíduo – o que não quer dizer que ele não cria outras possibilidades de reflexão, afinal, a formação cultural:

> (...) só pode ser adquirida mediante esforço espontâneo e interesse (...). Na verdade, ela nem ao menos corresponde ao esforço, mas sim à disposição aberta, à capacidade de se abrir a elementos do espírito, apropriando-os de modo produtivo na consciência, em vez de se ocupar com os mesmos unicamente para aprender, conforme prescreve um insuportável clichê (Adorno, 2006, p. 64).

Com isso, Adorno (2006) não tira do indivíduo a responsabilidade que lhe cabe frente à própria formação, o que garante a ele a liberdade necessária para pensar com autonomia, mas também não dispensa a necessidade de elementos formativos para se realizar o pensamento esclarecedor – a questão para a qual esta pesquisa está voltada. No caso da positividade, que serve a todos um caminho consolidado e, portanto, aquilo que se pode entender como um tipo morto de formação cultural (isto é, a pseudoformação), a autorreflexão e o esforço crítico são contrariados "pela apropriação de algo previamente existente e válido, em que falta o sujeito, o formando ele próprio, seu juízo, sua experiência, o substrato da liberdade" (Adorno, 2006, p. 69), restando, assim, o esforço de adaptar-se a um processo acabado que não pertence à própria consciência.

Segundo Adorno (1966), "a formação não é outra coisa que a cultura pelo lado de sua apropriação subjetiva" (Adorno, 1966, p. 176), por isso ela entre em crise com a renúncia do indivíduo à autodeterminação para se prender a "elementos culturais aprovados" (Adorno, 1966, p. 176), os quais podem ser caracterizados como bens culturais, que são a chave para a compreensão da denominada indústria cultural, que se discutirá adiante.

A formação cultural reside na própria incerteza da conquista emancipatória, porque se trata de um desafio vivo colocado à civilização e que não prescinde da liberdade humana e da autonomia para determinar seus rumos. Considerando essas questões, para analisar a formação cultural no jornalismo é preciso observar se, através de sua produção, ele fomenta o pensamento esclarecedor, convidando os indivíduos a um caminho próprio de reflexão, o que é possível a partir da exposição das contradições da sociedade, diferente de apresentar a informação como um fim que supera essas contradições, pois "ao se expor às razões conflitantes, o sujeito é instigado a perceber sua própria inclinação e quais argumentos lhe parecem mais justos e verdadeiros" (Souza, 2017, p. 124). Para tanto, só se pode contar com a construção de caminhos para estimular a reflexão mediante o exercício profissional autônomo do jornalista, sem o qual a formação cultural não é verdadeiramente possível.

Na falta da verdadeira formação cultural, resta o que Adorno (1966) nomeia de pseudoformação para se referir ao que "passou a ser a forma dominante da consciência atual, apesar de toda ilustração e toda informação que se difunde – e com sua ajuda" (Adorno, 1966, p. 176), isto é, a perda de perspectiva de autonomia e do pensamento crítico como objeto da formação que se pratica, por exemplo, na atividade da mídia. O filósofo, portanto, evidencia que elementos sugeridos para que a formação cultural aconteça se rebaixam a elementos de sustentação da crise da formação cultural, e dentre eles está a informação. No contexto de crise da formação cultural, os bens culturais servem à adaptação e a consciência do indivíduo os dissocia do pensamento esclarecedor – consequências da pseudoformação.

1.1 Indústria Cultural e Pseudoformação

Na primeira metade do Século XX, quando Horkheimer & Adorno (1985) substituem dos esboços da obra *Dialética do Esclarecimento*[1] o termo cultura de massas pelo conceito que

1 Esse título aparentemente foi sugerido numa carta de Adorno a Horkheimer, na qual ele menciona a expressão como sinônimo da interpenetração entre cultura e barbárie que caracteriza a sociedade ocidental contemporânea (Duarte, 2004, p. 26).

cunharam como indústria cultural – para "excluir de antemão a intepretação que (...) se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas" (Adorno, 1978a, p. 287) –, o fazem no sentido de chamar a atenção para o controle absoluto do poder econômico sobre a cultura na sociedade em que vivem, em que todos os bens culturais se tornam mercadorias passíveis de serem vendidas e gerar lucro.

A Teoria Crítica da Sociedade reflete sobre a sociedade contemporânea, marcada pelo avanço do totalitarismo tecnocrata e pela determinação dos indivíduos a operações de consumo: "(...) é na constituição do conceito de Razão, é no exercício de uma determinada figura, ou modo da racionalidade, que esses filósofos alojam a origem do irracional" (Matos, 1993, p. 7).

Os bens culturais fazem parte desta lógica de administração do pensamento. Rebaixados à condição de produtos, sua razão de ser torna-se a razão de ser das mercadorias, e não existem para outro fim que o de serem consumidas. A arte, antes capaz de certa autonomia[2], perde essa competência. O avanço da técnica é colocado a serviço do lucro; a vida dos indivíduos, também. Como os indivíduos, a técnica é um componente social de uso das forças econômicas para sustentarem o poder que monopolizam.

A técnica para a indústria cultural não tem o mesmo conceito da técnica que o artista lança mão para executar a sua arte. Esta "diz respeito à organização imanente da coisa, à sua lógica interna" (Adorno, 1978a, p. 290), enquanto aquela está comprometida com as questões estranhas à arte (reprodutibilidade e distribuição). Adorno (1978a) percebe uma condição exploratória da indústria cultural em relação ao tecnicismo:

> Ela vive, em certo sentido, como parasita sobre a técnica extra-artística da produção de bens materiais, sem se preocupar com a determinação que a objetividade dessas técnicas implica para a forma intra-artística, mas também sem respeitar a lei formal da autonomia estética (Adorno, 1978a, p. 290).

Nesse sentido, Horkheimer & Adorno (1985) concluem que "a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 114). Os filósofos frankfurtianos ainda constatam o fracasso do projeto da humanidade para tirar o efeito dos mitos e superar a magia e a superstição dos homens em sua relação com a natureza.

2 Adorno (1978a) diz: "A autonomia das obras de arte, que, é verdade, quase nunca existiu de forma pura e que sempre foi marcada por conexões de efeito, vê-se no limite abolida pela indústria cultural" (p. 288).

Em vez de iluminar a travessia humana rumo à tentativa de encontro com a verdade, o desejo moderno de esclarecimento encontrou na funcionalidade do conhecimento outra face do obscurantismo, dando nova roupagem para o mito do qual os homens acreditavam estar despindo suas consciências. O esplendor do saber é inegável, mas a determinação dele como senha para o homem dominar a natureza e o próprio homem aprisiona o saber a uma técnica de poder e instrumentaliza a ciência com uma ideia funcional a respeito da mesma: "O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 21). É no ritual utilitário do esclarecimento, então, que os portadores do conhecimento enclausuram as possibilidades do saber.

A promessa de esclarecimento que atinge o jornalismo em seu conjunto de técnicas sustenta o mercado de informações. Assim, cabe refletir até que ponto o produto jornalístico é consumido porque é fundamental para o esclarecimento, e em que medida ele se mostra indispensável para uma finalidade de consumo, algo que seria contrário ao primeiro propósito. Benjamin (2015) dedica parte de suas reflexões sobre a Modernidade para analisar a informação. Descrita como "breve e concisa" (Benjamin, 2015, p. 28), a informação, segundo o filósofo, é responsável pelo "aspecto diariamente novo" (Benjamin, 2015, p. 29) do jornal, e por isso a importância de "ser constantemente renovada" (Benjamin, 2015, p. 29). Os atributos técnicos funcionam para justificar a comercialização periódica do jornalismo, isto é, para determinar sua conversão em mercadoria, como acontece com os bens culturais, de maneira geral, no contexto da indústria cultural. O aspecto da renovação contido na informação é uma característica obrigatória para manter a razão de consumo do produto jornalístico. "O que na indústria cultural se apresenta como um progresso, o insistentemente novo que ela oferece, permanece, em todos os seus ramos, a mudança de indumentária de um sempre semelhante" (Adorno, 1978a, p. 289). E o sentido de repetição do qual derivam todos os produtos também volta a dizer do repetido propósito de lucro que sustenta esta versão estritamente mercantil da cultura.

O entendimento da indústria cultural pela transformação dos bens culturais em mercadorias abarca todo o sistema social, inclusive os meios de comunicação de massa. Adorno (1978a) repara que a definição de meios de comunicação de massa destaca o aparato técnico e o grande grupo de pessoas ao qual ele é direcionado, mas a evidência dada ao aparato técnico direcionado às massas escamoteia a discussão sobre o porquê desse arranjo, que é apenas parte da dominação promovida pela indústria cultural em toda a sociedade, uma

vez que a mídia é parte, e não sinônimo de indústria cultural. “O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 114). Assim, o conceito de indústria cultural lança luz às causas hegemônicas do estágio técnico em que a cultura está detida. Adorno (1978a) ressalta, porém, que “não se deve tomar literalmente o termo indústria. Ele diz respeito à estandardização da própria coisa (...) e à racionalização das técnicas de distribuição, mas não se refere estritamente ao processo de produção” (Adorno, 1978a, p. 289).

Na indústria cultural, a reificação demonstra como, “com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 40), e assim a técnica se arregimenta em um sistema no qual, não tolerando a autodeterminação da consciência, a formação cultural está superada, “se converteu em uma pseudoformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede” (Adorno, 1966, pp. 175-176).

Há um precário manto de individualidade, no entanto, revestindo a mercadoria no intuito de aplacar a frieza de sua reprodutibilidade indistinta: “Cada produto apresenta-se como individual; a individualidade mesma contribui para o fortalecimento da ideologia, na medida em que se desperta a ilusão de que o que é coisificado e mediatizado é um refúgio de imediatismo e de vida” (Adorno, 1978a, p. 289). Adorno o aproxima daquilo que Benjamin (1987) chama de aura – uma forma de conceituar o que distingue o objeto artístico de existência única, com sua tradição, sua duração material, seu aqui e agora, do objeto reproduzido em série, cuja noção de autenticidade é perdida – para revelar sua precariedade em forjar nos produtos repetidos o caráter individual do objeto, por assim dizer.

Horkheimer & Adorno (1973) compreendem a ideologia da indústria cultural como justificação do *status quo*, o que explica a perda de autonomia dos indivíduos no mundo atual. Os autores lançam mão do pensamento dialético para construir o entendimento de conceitos como a verdade, definidos a partir de um núcleo temporal e de um movimento histórico. Assim é tratado o conceito de ideologia: Horkheimer & Adorno (1973) identificam nele “o problema dialético da ideologia, que é falsa consciência e, entretanto, não só falsa” (Horkheimer & Adorno, 1973, p. 198-199), isto é, reside na ideologia elementos verdadeiros e

não verdadeiros. Daí que, por exemplo, a defesa ideológica do espírito burguês sobre a liberdade, objetivamente necessária para a manutenção do poder hegemônico, torna-se falsa quando implicada à dimensão do todo social, em que estabelecer uma igualdade formal entre os homens por meio de uma consciência não faz superar a desigualdade social no contexto do capitalismo avançado. Para Horkheimer & Adorno (1973), a crença burguesa supõe "ser suficiente pôr a consciência em ordem para que a sociedade fique ordenada" (Horkheimer & Adorno, 1973, p. 191).

> (...) a Ideologia é justificação. Ela pressupõe, portanto, quer a experiência de uma condição social que se tornou problemática e como tal reconhecida mas que deve ser defendida, quer, por outra parte, a ideia de justiça sem a qual essa necessidade apologética não subsistiria e que, por sua vez, se baseia no modelo de permuta de equivalentes (Horkheimer & Adorno, 1973, p. 191).

A ideologia é pensada pelos frankfurtianos não como falsa consciência. A sociedade industrial desenvolvida dispensa o fingimento de autonomia em relação à base social do poder hegemônico. Já que a sociedade administrada foi convertida na própria ideologia, esta não precisa funcionar como cortina daquela: pela ideologia vê-se a realidade à qual o homem deve adaptar-se. É exatamente no sentido visual que Adorno (2006) fala do "caráter ideológico formal da televisão", no qual:

> (...) desenvolve-se uma espécie de vício televisivo em que por fim a televisão, como também outros veículos de comunicação de massa, converte-se pela sua simples existência no único conteúdo da consciência, desviando as pessoas por meio da fartura de sua oferta daquilo que deveria se constituir propriamente como seu objeto e sua prioridade (Adorno, 2006, p. 80).

O conceito adorniano de ideologia revela que a mensagem fundamental dos veículos de comunicação de massa é o imperativo à dependência de seu consumo – o mesmo que acontece em relação aos bens culturais em geral. Por isso, mesmo que o objeto desta análise feita por Adorno (2006) seja a televisão, ela não pode ser recortada do sistema a que pertence como mídia e, ainda mais abrangente, como indústria cultural.

> Nesta medida gostaria de chamar a atenção para que não se veja isoladamente a televisão, que constitui somente um momento no sistema conjunto da cultura de massa dirigista contemporânea orientada numa perspectiva industrial, a que as pessoas são permanentemente submetidas em qualquer revista, em qualquer banca de jornal, em incontáveis situações da vida, de modo que a modelagem conjunta da consciência e do inconsciente só pode ocorrer por intermédio da totalidade desses veículos de comunicação de massa (Adorno, 2006, p. 88).

O poder que a indústria cultural exerce para a pseudoformação se revela justamente na ação conjunta dos elementos que a compõe, na medida em que seu intuito é preencher a vida do indivíduo em todas as brechas possíveis, sem deixar qualquer lacuna.

> Assim como mal podemos dar um passo fora do período de trabalho sem tropeçar em uma manifestação da indústria cultural, os seus veículos se articulam de tal forma que não há espaço entre elas para que qualquer reflexão possa tomar ar e perceber que o seu mundo não é o mundo (Adorno, 1978b, pp. 346-347).

Nessa perspectiva, Horkheimer & Adorno (1985, pp. 132-133) identificam "a necessidade imanente ao sistema de não soltar o consumidor, de não lhe dar em nenhum momento o pressentimento da possibilidade da resistência", e toda a estrutura da indústria cultural é eficiente nesse propósito, embora Adorno (1978b) reconheça na televisão maior capacidade de "cercar e capturar a consciência do público por todos os lados" (Adorno, 1978b, p. 346), dentre os elementos da indústria cultural, pois "a tensão sob a qual as pessoas vivem cresceu a tal ponto, que elas não a suportariam se as realizações adaptativas que uma vez conseguiram não lhes fossem exibidas e não se repetissem nelas sempre de novo" (Adorno, 1978b, p. 347).

Nesta etapa avançada do capitalismo, o ilusionismo da liberdade é justificado pela adaptabilidade dessas mercadorias ao gosto dos consumidores. O universo de produtos da indústria cultural oferecidos aos cidadãos, encarados regressivamente como massas, é forjado em sondagens voltadas para a fixação de padrões de preferência, ditados por elementos das pesquisas de mercado. Assim, o acesso do indivíduo à indústria cultural, por meio do consumo de bens culturais, também sinaliza para o acesso das mercadorias à *subjetividade do indivíduo*, e a variedade inesgotável de mercadorias, conquistada com o auxílio tecnológico, "libera" os indivíduos para uma corrida ao consumo restrita ao sistema em que estão confinados. Em outras palavras, é a este processo social aprisionador que as possibilidades humanas estão condicionadas.

> Nenhuma fuga é tolerada, os homens estão cercados por todos os lados e as tendências regressivas, já postas em movimento pelo desenvolvimento da pressão social, são favorecidas pelas conquistas de uma psicologia social pervertida ou, como corretamente se chamou a essa prática, de uma psicanálise às avessas. A sociologia está saturada, nesta esfera, de instrumentos próprios da chamada *communication research* (pesquisa de comunicação), o estudo dos meios de comunicação de massa, e dedica especial atenção às reações dos

> consumidores, assim como à estrutura das interações entre produtores e consumidores (Horkheimer & Adorno, 1973, p. 201).

Os indivíduos buscam o jornal como fonte de informação porque o jornal se viabiliza na indústria cultural como uma mercadoria efêmera que deve ser constantemente consumida. A necessidade de se estar informado nunca é saciada porque a promessa de informação é restabelecida a cada nova edição de um jornal: assim o mercado jornalístico justifica aos leitores a validade da manutenção da oferta do seu produto, que encontra na internet, nos dias de hoje, ainda mais reposição de conteúdo que no jornal diário. Aliás, os próprios jornais criam canais na internet para constante atualização de conteúdos, a fim de serem constantemente lidos pelo consumidor. Destitui-se, pois, outras funções do indivíduo, imbuído de deveres para com as mercadorias pensadas para o gosto massificado. "O consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto" (Adorno, 1978a, p. 288).

Também a criação de bens culturais é destituída de qualquer autonomia, e resulta em nada além de mercadorias, daí que a descrição desses bens como produtos é mais condizente com a utilidade ocupada nesta realidade. "Toda a *praxis* da indústria cultural", diz Adorno (1978a, p. 288), "transfere, sem mais, a motivação do lucro às criações espirituais" (Adorno, 1978a, p. 288). É essa utilidade que justifica a feitura da informação. As técnicas de sua construção observadas por Benjamin (2015), retomando os apontamentos do autor anteriormente expostos, alinham-se com o propósito de consumo em massa, e por isso o leitor não incorpora a informação à sua própria experiência, algo que se discutirá posteriormente. Mas a informação como isca para o consumo massificado é uma evidência isolada do funcionamento correspondente de todas as mercadorias da indústria cultural.

> É somente no conjunto de todos os procedimentos mutuamente afinados e contudo divergentes quanto à técnica e ao efeito que se forma o clima da indústria cultural. Daí a dificuldade que o sociólogo encontra para dizer *what television does to people*. Isto porque, por mais que as avançadas técnicas da pesquisa social empírica isolem os "fatores" específicos da televisão, esses fatores mesmos recebem a sua força da totalidade do sistema (Adorno, 1978b, p. 347).

Este clima mencionado por Adorno (1978b) diz da própria ideologia da indústria cultural e de como ela atravessa toda a sociedade. A cultura, por conseguinte, que endossava o *status quo*, mas se dava a digressões contestando o estado das coisas, está refreada pela imposição hegemônica do poder econômico sem o qual a indústria cultural não se manteria. A

indústria cultural é ambientada nos escombros de uma compreensão anterior de cultura, sobre a qual, em substituição, o capitalismo tardio instala uma versão de mercado para ela, completamente domesticada pelo espírito monopolista da economia.

A formação cultural, que está para o indivíduo como possibilidade de libertação, não é compromisso firmado pela indústria cultural – ocupada de justificar seus instrumentos pela razão do lucro – com a sociedade. "A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 114). A indústria cultural trabalha para manter o já existente e a crítica não pode se cumprir (Adorno, 1966, p. 194), exceto de maneira superficial, sem atingir o âmago do sistema econômico ao qual esta própria crítica está submetida. Assim, é compreensível que a crítica, reduzida a componente da indústria cultural, seja um elemento que facilita a venda da informação no jornalismo, e se diferencia de uma crítica central que ponha em questão a ordem de lucro que movimenta inclusive o mercado que faz do jornalismo um negócio. Deste modo, a crítica produzida pela indústria cultural trabalha em benefício desta e, portanto, torna-se indispensável na medida em que sua presença é utilizada para tamponar a falta de uma crítica profunda e também porque a promessa de que o consumo da informação faz do consumidor um cidadão crítico é argumento publicitário utilizado pelo jornalismo para se vender enquanto negócio.

Durante a conclusão da análise da coluna de astrologia do jornal *Los Angeles Times*, em *As estrelas descem à Terra*, Adorno (2008) define o "propósito geral da ideologia dominante na indústria cultural: reproduzir o *status quo* no interior da mente dos indivíduos" (Adorno, 2008, p. 188). Tal objetivo também se cumpre no jornalismo por meio da soma de técnicas montadas especificamente para construir informações que, juntas, formam uma totalidade social apresentada como realidade atual. A indústria cultural se revela expressiva e obstinada à perpetuação contínua da realidade que ela constrói.

O jornalismo não é mais que parte deste esquema pelo qual tudo passa. "O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 118). Essa característica conjunta de articulação do todo da indústria cultural responde pelo argumento de que as notícias sejam a própria realidade, como o espectador "que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou de ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção quotidiana" (Horkheimer & Adorno, 1985, p.

118), no exemplo citado pelos filósofos sobre o que "tornou-se a norma da produção" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 118).

O engajamento do sistema causa um preenchimento na vida dos indivíduos em que as mercadorias da indústria cultural são "um modelo da gigante maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 119). Assim, a obstinação repetitiva da prática jornalística serve de reforço à ideologia que confunde a indústria cultural com a vida, em uma manobra de efeito em relação à pretendida emancipação, "para a qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam" (Adorno, 1978a, p. 295).

Em menção a uma pesquisa empírica do *Instituto para a Pesquisa Social*, Adorno (2006) relata o comportamento de entrevistados alemães sobre a repercussão, nos meios de comunicação de massa, do casamento entre uma princesa holandesa e um diplomata alemão, e de como a reação das pessoas não condiz exatamente com a estrutura da cobertura realizada pela imprensa: "Dado o modo de apresentação e a quantidade de artigos que foram escritos sobre o acontecimento, atribuindo-lhe importância extraordinária, esperávamos que também os telespectadores e os leitores o considerariam igualmente importante" (Adorno, 2006, p. 80). Em parte, os consumidores das informações relativas ao casamento responderam à altura do apelo causado pelo evento por conta do "conhecido esquema que transforma em bem de consumo inclusive as notícias atuais e, quiçá, as políticas" (Adorno, 2006, p. 81), mas nem por isso Adorno (2006) deixa de notar que, de outro modo, não há uma sujeição absoluta ao juízo de importância que corresponde ao desejado pelos meios de comunicação de massa que projetaram o acontecimento para o centro de suas atenções. Os "sintomas de uma consciência duplicada" (Adorno, 2006, p. 81) indicam que o consumo não determina uma leitura de exclusiva passividade:

> (...) em nosso questionário, complementamos, para efeito de controle, as perguntas tendentes a conhecer as reações imediatas, com outras orientadas a averiguar que *significação* política atribuíram os interrogados ao tão alardeado acontecimento. Verificamos que muitos – a proporção não vem ao caso agora – inesperadamente se portavam de modo bem realista e avaliavam com sentido crítico a importância política e social de um acontecimento cuja singularidade bem propagada os havia mantido em suspenso ante a tela do televisor. Em consequência, se minha conclusão não é muito apressada, as pessoas aceitam e

> consomem o que a indústria cultural lhes oferece para o tempo livre, mas com um tipo de reserva (...) (Adorno, 2006, p. 81).

Embora a experiência não tenha chegado a resultados conclusivos, Adorno (2006) avalia que há chances de emancipação, mas elas se apresentam quando o indivíduo se descola, em algum momento, da orientação da indústria cultural, isto é, em certo grau de resistência oferecida ao que lhe é imposto. Significa, portanto, que uma prática jornalística disposta a promover uma formação para a emancipação passa pelo exercício crítico do sistema que a abarca.

1.2 A contradição entre informação e experiência

Na realidade da pseudocultura, Adorno (1966) compreende que a experiência é substituída "por um estado pontual, separado, intercambiável e efêmero (...) que ficará borrado no próximo instante por outras informações" (Adorno, 1966, p. 194) – situação que explica como, no jornalismo, a informação exerce seu papel no sistema social da indústria cultural. A experiência está relacionada à subjetividade e diz da "continuidade da consciência em que perdura o não presente e em que o exercício e a associação fundam uma tradição no indivíduo" (Adorno, 1966, p. 194). A quebra da tradição promovida no discurso da informação, construído para seu alcance em massa, cria propositalmente uma contradição com a experiência, fiada pela imprensa.

Para Benjamin (1985), a informação substitui a narrativa. A partir dessa constatação o autor observa o empobrecimento da experiência com o estabelecimento da burguesia, identifica prejuízos no relato impessoal e fragmentário da informação a, "num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação" (Benjamin, 1985, p. 205) que é a narração. A técnica para distribuição massificada de informações, alcançada com a chegada da imprensa, dispensou a incorporação das marcas do narrador à mensagem narrada, restando dela o que Benjamin (1985) chama de "puro em si" (Benjamin, 1985, p. 205). A informação, para o filósofo, é a forma que desponta na sociedade burguesa, sufocando a forma narrativa que remete à tradição de oralidade responsável pela troca de experiências por meio de relatos dos mais novos aos mais velhos, que durante muito tempo funcionou como prática cultural de transmissão de sabedoria.

> Villemessant, o fundador do *Figaro*, caracterizou a essência da informação com uma fórmula famosa. "Para meus leitores", costumava dizer, "o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri." Essa fórmula lapidar mostra claramente que o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos. O saber, que vinha de longe (...), dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível "em si e para si" (Benjamin, 1985, pp. 202-203).

A exatidão contida na informação retira a possibilidade de produção de experiências por quem narra ou por quem toma conhecimento da coisa narrada – com isso, a apropriação subjetiva da cultura, defendida pelos frankfurtianos (Adorno, 1966) como necessária à formação, está dificultada. Não se trata, entretanto, de algo a ser superado pela informação, como uma falha periférica: o descarte da experiência é constitutivo do seu tipo de relato. "Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações" (Benjamin, 1985, p. 203).

A entrega da informação como um relato inteiro e acabado, por assim dizer, diferente de cumprir a promessa de que o consumidor está recebendo tudo o que precisa saber para ter domínio sobre a realidade, tenta dominar o indivíduo direcionando-o na interpretação também única que a informação sugere para explicar a realidade. A lógica da informação que comparece na análise de Benjamin (1985) passa pelo filtro da indústria cultural que obedece ao interesse de dominação presente na sociedade capitalista.

Quando Benjamin (2015) explica o conceito de experiência como "matéria da tradição, na vida coletiva como na privada", e que "constitui-se menos a partir de dados isolados rigorosamente fixados na memória, e mais a partir de dados acumulados, muitas vezes não conscientes, que afluem à memória" (Benjamin, 2015, p. 107), uma diferença é colocada em relação à atividade da imprensa, observando-se que a informação não fomenta a experiência dos indivíduos: "Se a imprensa tivesse se proposto como objetivo que o leitor incorporasse as suas informações como parte da sua própria experiência, não alcançaria os seus fins" (Benjamin, 2015, p. 109). Deste modo, é possível compreender que a informação, acima de outros propósitos, existe como mercadoria dos meios de comunicação de massa e o objetivo que lhe rege não é a formação para o pensamento autônomo e crítico dos indivíduos, e sim o consumo, tal qual produto da indústria cultural que ela é.

O esvaziamento da experiência na informação jornalística é um sintoma moderno da industrialização identificado na obra de Benjamin (2015). A degradação do sentido prático do trabalho, sobretudo o operário, é notada pelo efeito da domesticação deste pela máquina. “Cada uma das operações do operário na máquina não tem qualquer relação com a anterior, porque é a sua exata repetição” (Benjamin, 2015, p. 130). A perda de sentido da aprendizagem para o trabalho automatizado do trabalhador assalariado das fábricas rebaixa a experiência para a “vivência do choque” (Benjamin, 2015, p. 130), observada até na movimentação de transeuntes, nas ruas das cidades, que diante de um esbarrão, saúdam-se, revelando a adaptabilidade do indivíduo moderno ao choque.

É possível, neste contexto industrial, estabelecer conexões entre a atividade do leitor dos jornais e do operário: a exemplo da ação deste, que deve responder à exigência da máquina para executar o trabalho mecânico, aquele precisa se adaptar ao choque da mudança abrupta de uma informação para outra, pois a anterior não tem relação com a seguinte. Tal ponto ainda se desdobra na questão da periodicidade dos jornais, a repetição contínua da entrega do exemplar (diário, semanal, quinzenal mensal...) que se parece com “o vazio, o nunca estar acabado, inerentes à atividade fabril do operário assalariado” (Benjamin, 2015, p. 130). Além da impessoalidade do relato, que recusa a experiência do indivíduo em nome do alcance massificado, como a formação pouco especializada do assalariado da fábrica, facilmente substituível como o genérico leitor. A negativa à experiência do indivíduo pela informação jornalística se relaciona com a (im)possibilidade de formação cultural nos domínios da indústria cultural, mas também se relaciona com as contradições presentes na realidade, as quais a Teoria Crítica da Sociedade consideram por meio de um olhar dialético.

1.2.1 A razão publicitária da informação na sociedade

Apesar da pretensão de alcance da realidade de modo neutro, a técnica da informação desenvolvida pela imprensa exprime o objetivo de lucro do jornal concebido como negócio, um princípio alinhado ao avanço capitalista da sociedade industrial que, desdobrado em mais modelos com técnicas próprias, culminou na engrenagem que ajuda a movimentar os meios de comunicação de massa na indústria cultural. Assim, as características notadas por Benjamin (2015), como a novidade, a concisão, a clareza e a falta de relação entre as notícias

como princípios da informação jornalística (Benjamin, 2015, p. 109), são componentes necessários ao consumo da informação como produto.

Teórico do jornalismo cuja obra é empregada na formação universitária brasileira, Traquina (2005) reconhece que "o desenvolvimento da imprensa está relacionado com a industrialização da sociedade e com o desenvolvimento duma nova forma de financiamento, a publicidade" (Traquina, 2005, p. 36). O contexto para o mercado de meios de comunicação de massa, sob a ótica da Teoria Crítica da Sociedade, é a indústria cultural, e há que se considerar o consumo coletivo com valor de lei para a ocorrência dela. Cultura para consumo poderia ser seu *slogan* – e faz todo o sentido o emprego deste termo publicitário, porque conversa com a ideologia desse sistema que assimila tudo como artigo de venda. "Vai-se procurar o cliente para lhe vender um consentimento total e não crítico, faz-se reclame para o mundo, assim como cada produto da indústria cultural é seu próprio reclame" (Adorno, 1978a, p. 289).

A noção apresentada por Adorno (1978a) para se referir genericamente às mercadorias da indústria cultural é também aplicável especificamente à informação – uma das mercadorias dela. A venda de um consentimento total e não crítico é um modo cabível para se conceber o conteúdo jornalístico como estrita mercadoria e que, enquanto tal, diferente de provocar reflexões que tenham potencial de emancipar, ocupa-se de fazer propaganda de si, pois depende do consumo, e não do pensamento autônomo do indivíduo. O fato de que a publicidade sustenta o jornalismo atesta que a informação é uma mercadoria.

Horkheimer & Adorno (1985) dizem que a propaganda "faz da linguagem um instrumento, uma alavanca, uma máquina" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 237). Desta forma, é possível entender que a propaganda é uma exploração da linguagem para obtenção de certos objetivos. Se no passado, segundo os filósofos frankfurtianos, a publicidade funcionou para guiar o comprador no mercado da sociedade concorrencial, a sociedade industrial alterou a abordagem econômica dos agentes que dela se servem. Horkheimer & Adorno (1985) pontificam o entroncamento da cultura com a publicidade, que no capitalismo tardio é fundamental para insinuar o poderio monopolista. "A publicidade é hoje em dia um princípio negativo, um dispositivo de bloqueio: tudo aquilo que não traga seu sinete é economicamente suspeito" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 152). Não se trata exatamente de um recurso de divulgação de mercadorias desconhecidas, mas de firmar o protagonismo das grandes corporações. "Na medida em que a pressão do sistema obrigou todo produto a utilizar

a técnica da publicidade, esta invadiu o idioma, o ‘estilo’, da indústria cultural” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 152), logo, não há conteúdo presente na indústria cultural que consiga superar a carga publicitária imanente às mercadorias que ela produz. A informação procedente do jornalismo é uma delas.

Horkheimer & Adorno (1985) listam as revistas *Life* e *Fortune*, icônicas quanto à importância no mercado editorial norte-americano dos tempos de seus estudos sobre indústria cultural, como constatação de proximidade entre estes dois conteúdos da mídia que confundem-se: “o olhar fugidio mais pode mal pode distinguir o texto e a imagem publicitários do texto e imagem da parte redacional” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 152). Os elementos híbridos estão ligados à mistura de ideias como a fidedignidade do relato noticioso e a persuasão da propaganda.

> Assim, por exemplo, redacional é a reportagem ilustrada, que descreve entusiástica e gratuitamente os hábitos e os cuidados com o corpo de uma personalidade em evidência e que serve para granjear-lhe novos fãs, enquanto as páginas publicitárias se apoiam em fotos e indicações tão objetivas e realistas que elas representam o ideal da informação que a parte redacional ainda se esforça por atingir (Horkheimer & Adorno, 1985, pp. 152-153).

A dependência mútua entre informação e publicidade é o arranjo que viabiliza o jornalismo enquanto elemento da indústria cultural, mas não apenas ele, pois a publicidade se alastrou pela cultura da sociedade industrial desenvolvida como meio de sustentação de consumo das mercadorias que, semelhantes e inesgotáveis, a exemplo da própria informação jornalística, são incapazes de proporcionar o prazer prometido pela publicidade. Segundo Horkheimer & Adorno (1985), o produto da indústria cultural “acaba por coincidir com a publicidade de que precisa, por ser intragável” (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 151).

A publicidade também interfere no conteúdo da informação. A articulação dela com a notícia é objeto de observação do crítico literário francês Charles-Augustin Sainte-Beuve relatado por Benjamin (2015):

> (...)entendia-se uma notícia aparentemente independente, mas na realidade paga pelo editor, com a qual, na seção redacional, se chamava a atenção para um livro que tinha um anúncio na edição do dia anterior ou nesse mesmo número. Sainte-Beuve queixava-se já em 1839 dos efeitos nada moralizantes dessa prática: “Como era possível que [na seção da crítica] um produto fosse arrasado, enquanto dois dedos mais abaixo se lia que ele era a maravilhada época? A força de atração dos caracteres cada vez maiores do anúncio impunha-se: era como

> uma montanha magnética que desviava a bússola". O *réclame* situa-se no início de uma revolução cuja ponta final é a notícia da bolsa publicada nos jornais e paga pelos interessados (Benjamin, 2015, p. 29).

Na perspectiva da indústria cultural, o jornalismo é um negócio mantido por receita publicitária e, deste modo, mostra a dependência do poder econômico que é comum na sociedade do capitalismo tardio. Assim, a publicidade, indireta ou diretamente, como no exemplo supracitado de Benjamin (2015), ajuda a construir a informação que o jornalismo exibe como realidade. Portanto, quando Horkheimer & Adorno (1985) alertam para o caráter de falsificação da propaganda, eles estão chamando a atenção, consequentemente, para algo que atravessa o discurso jornalístico em seu relato sobre a realidade. "A propaganda manipula os homens; onde ela grita liberdade, ela se contradiz a si mesma. A falsidade é inseparável dela" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 238). Este entendimento recai inclusive sobre a ideia de verdade, que, para a propaganda, é "um simples meio de conquistar adeptos para a sua causa" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 238) quando esta se apropria daquela, porque a propaganda subjuga os elementos de que necessita para atingir a meta do consumo.

Se a formação cultural almeja a emancipação dos indivíduos, a indústria cultural enseja sua dominação. Refletir sobre a possibilidade de formação do indivíduo pelo jornalismo dos meios de comunicação de massa passa por refletir também sobre o conjunto da indústria cultural ao qual ele está associado na sociedade capitalista, pois a informação ofertada à sociedade por meio do jornalismo é também a mercadoria apresentada como bem cultural que só faz sentido à indústria cultural se estiver em estado de consumo.

A pseudoformação resulta do pensamento administrado por esse sistema da sociedade capitalista que reduz o que seria oportunidade de convergir reflexão, experiência, educação, formação cultural, autonomia e esclarecimento para a emancipação do indivíduo à condição de mercadoria. As informações, contextualizadas à razão econômica que justifica o jornalismo visto como aspecto da mídia que é parte da indústria cultural, uma mantenedora do capitalismo, não têm compromisso com o combate à barbárie porque, se por um lado fazem propaganda de si pelo poder de divulgar o que acontece, por outro é impotente em fazer superar o *status quo* de onde encontra o sentido de sua existência.

O jornalismo instrumentaliza os acontecimentos para fins de lucro e por isso não atua pela liberdade de pensamento – o que não significa que o indivíduo não possa oferecer alguma resistência crítica diante da função deformativa que aprisiona sua consciência pela

determinação ao consumo. Para isso, portanto, é preciso recorrer a elementos formativos que auxiliem na possibilidade de reflexão em um sentido de autonomia do pensamento em relação àquilo que quer dominá-lo: nessa atividade residem as chances de formação do indivíduo perante o jornalismo, algo para que estão voltadas as atenções desta pesquisa.

2. A Informação e o Desdobramento Histórico do Jornalismo

A informação não é um bem cultural que, acessado pelo indivíduo, garante-lhe automaticamente uma formação cultural, como discutido no capítulo anterior. A garantia de condições para a formação cultural, por sua vez, não garante que ela se realize, mas, como parte de um sentido maior de educação, é uma tentativa relacionada à "exigência de emancipação" que, para Adorno (2006, p. 169), "parece ser evidente numa democracia". O filósofo se aproxima da concepção kantiana para dizer do esclarecimento necessário à emancipação; ele é o contrário da menoridade, "auto-inculpável quando sua causa não é a falta de entendimento, mas a falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem" (Adorno, 2006, p. 169).

Se a emancipação necessária à democracia é possível pela maioridade de uma consciência esclarecedora, o jornalismo atua para emancipar os indivíduos quando está comprometido com os esforços para a autonomia do pensamento. "A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento" (Adorno, 2006, p. 169). Este exemplo dado por Adorno (2006) – isto é, as eleições representativas – é oportuno para esta pesquisa, que no próximo capítulo analisará, por meio da temática eleitoral, a presença de elementos formativos no texto jornalístico que sirvam ao pensamento esclarecedor. Para compreendermos a função da informação e do jornalismo no processo de Formação Cultural é necessário estudarmos a constituição da atividade jornalística por meio de seu processo histórico. O momento atual se constituiu a partir desse processo histórico.

> O pensamento e, por conseguinte, também os conceitos e as ideias são atributos funcionais do homem e não uma força independente. Na história não há uma ideia contínua, voltada para si mesma, pois não existe um espírito independente do homem. Os homens com sua consciência são transitórios, apesar de todo o seu saber, sua memória, sua tradição e espontaneidade, sua cultura e seu espírito; nada existe que não nasça e morra (Horkheimer, 2015, p. 17).

A noção dialética analisa as contradições do movimento histórico e, assim, explica os processos materiais existentes nas estruturas sociais. Os desdobramentos históricos refletem a tensão social de lutas que prevalece na história das relações humanas, marcadas pela força dominante que mantém controle econômico sobre o modo de produção da vida (Horkheimer,

2015, p. 19). O jornalismo dos meios de comunicação de massa está sob a posse do poder hegemônico, mas em face das contradições presentes na sociedade, há brechas de autonomia que podem ser aproveitadas pelo jornalista, mas também pelo leitor.

2.1 Do surgimento da prensa gráfica à imprensa no Brasil

Segundo Briggs & Burke (2006), a invenção da prensa gráfica, em torno do ano de 1450, atribuída a Gutenberg, foi uma iniciativa revolucionária que permitiu a produção de milhões de livros no continente europeu em questão de meio século[3]. Não se pode afirmar que foi a primeira experiência de impressão no mundo (há notícias do pioneirismo oriental), assim como a técnica que permitiu maior difusão da escrita não foi propagada e usufruída de maneira homogênea, universal e simultânea. Entretanto, a prensa gráfica trouxe contribuições históricas, como a perda de exclusividade da Igreja no acesso a textos bíblicos, cujo conhecimento dos fiéis ficava restrito ao testemunho da autoridade religiosa.

Os historiadores ingleses dizem que "para estimar as consequências sociais e culturais da nova técnica, é necessário ver a mídia como um todo, avaliar todos os diferentes meios de comunicação como interdependentes, tratando-os qual um pacote, um repertório, um sistema" (Briggs & Burke, 2006, p. 31). A observação de Briggs & Burke (2006) constata a importância de se olhar para o advento da prensa gráfica como evento social, mas também cultural, técnico e histórico, que existe encadeado a outras partes cuja composição permite entender a dimensão do seu funcionamento na sociedade. É esse olhar que decifra a indústria cultural, conceituada séculos depois por Horkheimer & Adorno (1985), porque identifica uma ordem social relacionada à descoberta que potencializou os processos de impressão dos quais a sociedade industrial avançada se apropriou economicamente. "O sistema, deve-se enfatizar, sofria mudanças constantes, mesmo que algumas delas só se tornassem visíveis a longo prazo. Por exemplo, a tecnologia de impressão não se manteve inalterada após Gutenberg" (Briggs & Burke, 2006, p. 31).

A estrutura dinâmica do conjunto que influencia a técnica de impressão encontra justificativa na atividade comercial. Decorridos cerca de dois séculos desde a prensa gráfica,

3 Estima-se que até 1500 tenham circulado 13 milhões de livros a partir de 27 mil edições produzidas em 250 lugares da Europa que possuíam máquinas de impressão (Briggs & Burke, 2006, p. 24).

surgida no princípio da modernidade, houve a criação do jornal, assim como nesse período foi se desenvolvendo a literatura e a publicidade, todos derivados – e não os únicos – da invenção tipográfica – mas não somente dela. A comunicação oral, por exemplo, teve peso na Idade Média, e eventos como a Reforma Protestante, que despertou a atenção dos governantes para a opinião pública, foram oportunos para o emprego das técnicas descobertas, algo que no caso da Reforma orientou o aparecimento dos panfletos: "O envolvimento do povo na Reforma foi tanto causa quanto consequência da participação da mídia. A invenção da impressão gráfica solapou o que foi descrito, com certo exagero, como monopólio de informação da Igreja medieval (...)" (Briggs & Burke, 2006, p. 82).

O "certo exagero" de que falam os historiadores ingleses se dá pela consideração das dificuldades de adesão social generalizada ao projeto do impresso na medida em que a maior parte das pessoas não sabia ler nem dispunha de poder aquisitivo para acesso aos panfletos; assim como os livros não chegavam à maioria, exceto em modelos mais baratos (brochura) que também sofriam interferência na qualidade do conteúdo. Fatores como a superabundância da produção escrita, a falta de critérios para direcionar o leitor e mesmo a necessidade de ampliação das bibliotecas, de um modo geral, estão entre efeitos colaterais apontados na obra de Briggs & Burke (2006). Especificamente no que diz respeito à atividade jornalística, os autores argumentam que "o papel da imprensa – e dos jornalistas que vivem dela – sempre foi controvertido. A falta de confiança nos 'jornalistas' já era lugar-comum no século XVII. Por sua vez, as acusações sobre 'denúncias de corrupção' também são antigas" (Briggs & Burke, 2006, p. 12). Em outro momento, dizem da influência genérica dos jornais para o surgimento da opinião pública, ao longo do século XVIII, pela Europa, e que:

> As discrepâncias entre relatos dos mesmos eventos em diferentes jornais – que eram mais extremas do que as discrepâncias nos livros (...) – geraram desconfiança sobre a imprensa. Mesmo os que liam só um jornal ficavam impressionados pela regularidade com que relatos posteriores contradiziam os primeiros escritos (Briggs & Burke, 2006, p. 78).

Pode-se dizer, então, que a crítica ao jornalismo comparece na sociedade desde que se tem notícia da atividade de noticiar, e ela, a crítica, surge até na ausência de respaldo teórico que a fundamente. Os relatos de desconfiança de leitores sobre os jornalistas sugerem fragilidade na versão positivista de um jornalismo ideal que se equilibra diante do contraditório dos acontecimentos da realidade, como se a função informativa do jornalismo

permitisse dissecar para os indivíduos a realidade social sob todos os ângulos de sua complexidade.

Remontando às origens do jornal impresso na Europa, em seus primeiros séculos de atividade, Lage (2001) avalia que os periódicos respondem pelas mudanças sociais como materialização cultural de processos históricos. Ao público, representa "o desejo de acumular conhecimento e, através dele, dominar uma realidade que se modificava sem coerência visível" (Lage, 2001, p. 33). Os esforços de convencimento do conhecimento produzido se mostram sob a forma da "reiteração ideológica", uma lógica de repetição que "teria que ser feita por outros meios, e estes foram supridos por novas formas de produção de informação" (Lage, 2001, p. 33) – uma articulação que dialoga com o poder da indústria cultural, discutida no capítulo anterior, em se estabelecer mediante a influência conjunta das mercadorias, isto é, um único bem cultural não detém controle isolado de domínio, pois é na variação de mercadorias semelhantes que se exerce a dominação social por meio da cultura, esta a serviço da hegemonia do poder econômico, considerada por Horkheimer & Adorno (1985).

Para se alcançar o propósito reiterativo do jornalismo enquanto negócio, uma das formas identificadas por Lage (2001) são valores de isenção, como imparcialidade, objetividade e veracidade, que prometem na informação o acesso à verdade.

> Um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta. Não é por acaso que o jornalista do século XX mantém, às vezes, a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla, sob a forma de notícias (Lage, 2001, p. 34).

Então, o tratamento da informação como manifestação da própria realidade é dado não apenas pelo leitor convencido da verdade sobre a informação que lê, mas também pelo profissional que, orientado por técnicas historicamente arranjadas, acredita na verdade das operações que executa, seguindo a convenção própria do mercado jornalístico.

Na análise de Benjamin (2015) sobre a informação jornalística no contexto europeu do século XIX, por meio do jornal impresso, estão presentes as implicações que resultaram na concepção construída, ainda hoje, para compreender a atividade jornalística na sociedade. Na circunstância em análise, o frankfurtiano se debruça sobre a vida e a produção literária do poeta Charles Baudelaire, reconstituindo o cenário da Paris da época para refletir sobre o espírito do homem moderno. A venda de jornais impressos, repercutida no volume de

assinaturas[4], modificou o comportamento dos leitores, que na ausência dos 80 francos pela contratação anual do serviço, recorriam aos cafés para dividirem o mesmo exemplar para a leitura.

A inserção de espaço para anunciantes, responsável por outra fonte de receita para as empresas, permitiu a redução do preço da assinatura. A notícia, porém, não passou ilesa aos efeitos comerciais da publicidade. Benjamin (2015) descreve sua instrumentalização, seja para dar o caráter de diariamente novo ao produto jornal, o que busca manter a atração permanente da audiência, seja pelo potencial apologético intimamente ligado ao interesse dos anunciantes. O romance em folhetim dos suplementos literários também ofereceu sua contribuição utilitária ao jornal impresso, pois o desmembramento da história era uma isca para tentar conseguir o retorno periódico do leitor ao exemplar seguinte, expondo na mídia a lógica da dominação social pelos donos dos meios de produção.

A abordagem inicial da informação pelo jornal impresso compõe uma esteira na qual outros meios de comunicação diversificam uma estrutura conjunta com propósito integrado na sociedade industrial. O funcionamento conjunto da mídia possui afinidade com o processo histórico que a constitui: o nascimento das ferrovias e dos navios a vapor está relacionado à criação do correio; a energia elétrica acelerou a velocidade das entregas, mas também ofereceu condições para a invenção da telegrafia, no século XIX, que tanto afetou operações de guerra quanto a cobertura de notícias; o telefone, no fim do mesmo século, deu perspectiva para se pensar no uso da tecnologia para fins de entretenimento (Briggs & Burke, 2006).

Há ainda o caráter correspondente ao funcionamento sistêmico da indústria cultural, do qual se falou anteriormente, que na mídia ocorre com a conjunção dos meios de comunicação de massa. Daí se nota que a história da informação jornalística é inseparável dos canais, isto é, os veículos de comunicação, que proporcionam historicamente sua materialização. Quanto ao rádio, por exemplo, popularizado na primeira metade do século XX, Briggs & Burke (2006) registram que em 1893, em Budapeste, o húngaro Theodore Puskas inaugurou pela primeira vez um serviço de radiodifusão, com assinatura de programação diária com informações e músicas.

4"Em 1824 havia em Paris quarenta e sete mil assinantes de jornais, em 1836 eram setenta mil e em 1846 duzentos mil" (Benjamin, 2015, p. 28).

A separação da mídia por cada um de seus meios de comunicação de massa, como sendo veículos estanques em si próprios, "é artificial" (Briggs & Burke, 2006, p. 137), e por essa razão a informação jornalística é um conteúdo presente em vários meios, do jornal impresso ao rádio, da televisão à internet, e a despeito da forma requerida para se apresentar em cada formato, conservam-se as características apontadas por Benjamin (2015) para descrever a informação a partir da brevidade dos relatos, concisos e claros, e da falta de relação do que se expõe, em termos de informação, entre uma notícia e outra, algo que se constata tanto no jornal impresso quanto no telejornal.

A própria análise que do capítulo seguinte demonstra essa ideia de que a informação jornalística transita por diferentes meios no conjunto da mídia, adaptada a cada espaço, visto que a jornalista Míriam Leitão – cujas colunas publicadas no jornal "O Globo" serão estudadas à luz do aporte teórico trabalhado, sobretudo, no primeiro capítulo – também exerce seu ofício em outros meios de comunicação de massa além do impresso, como a TV Globo e a Rádio CBN. Em todos os meios que ocupa, sua tarefa está pautada no ato de informar e amarrar uma interpretação para os acontecimentos que ela relata, seja para o leitor, o espectador, ouvinte ou o internauta, seguindo procedimentos jornalísticos vigentes no Brasil com base no que se construiu internacionalmente.

A impressão era proibida no Brasil Colônia e chegou ao país trazida pela Corte portuguesa. A Imprensa Régia foi estabelecida em 13 de maio de 1808 por meio de decreto, e segundo Lage (2001), o primeiro periódico teria circulado em 1º de junho do mesmo ano, mas os jornais de maior duração foram criados na segunda fase da imprensa brasileira, dentre eles, o jornal "O Estado de São Paulo", fundado em 1875. Da República Velha ao Estado Novo, entre 1899 a 1920, a terceira fase do jornalismo "descobriu a publicidade e a perspectiva empresarial" (Lage, 2001, p. 43).

O século XX orientou a tendência ao monopólio da mídia por famílias, como o jornal "O Globo", fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. Lage (2001) menciona a corrupção de jornais e jornalistas durante a Era Vargas, de 1930 a 1945, e, após isso, "crescente influência norte-americana sobre a sociedade em geral e a imprensa em particular", quando "capitais do exterior passaram a influir na vida dos jornais" (Lage, 2001, p. 44). Uma reforma no "Jornal do Brasil" iniciou um processo de modernização das redações de jornalismo do país: "as inovações foram sendo imitadas, como signo do desejável, do

hegemônico" (Lage, 2001, p. 45), em sintonia com o padrão de semelhança entre os produtos da indústria cultural. Os investimentos, porém, foram reduzidos a partir de 1964, com a chegada dos militares ao poder, e os jornais passaram a ser elitizados.

> Apesar de as tiragens não serem muito significativas, a publicidade, sobretudo institucional, tornou-se farta nos jornais sobreviventes à forte concentração empresarial, os quais compraram novas máquinas, construíram grandes prédios (...), agigantaram-se e armaram o pano de fundo sob o qual todos os conceitos – de verdade, liberdade – deveriam ser repensados (Lage, 2001, p. 46).

O oligopólio do mercado da informação jornalística organizou a mídia conforme a lógica de dominação do poder econômico, marcada na sociedade industrial avançada. "A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence" (Lage, 2001, p. 47). Tal consciência confirma as determinações da indústria cultural e se contrapõe ao discernimento de que a curva no papel da profissão a partir da imprensa escrita, no século XIX, quando é reinventada como negócio em busca de lucros, liberta o jornalismo ao abandonar as estreitas ligações políticas para ter como mercadoria fundamentalmente a informação:

> O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público (Traquina, 2005, p. 34).

A interpretação da informação como produto independente da propaganda no mercado jornalístico elimina a própria compreensão da informação como produto do qual decorre a propaganda. Uma teoria jornalística que vincula a notícia a ideias como verdade, independência, objetividade e interesse público, sem analisá-las criticamente na contradição que ao mesmo tempo as representa como jargões publicitários, pronuncia uma visão alienante que está presente inclusive na formação superior do jornalista – dado que a obra de Traquina (2005), da qual se origina o trecho sobredito, faz parte da bibliografia dos cursos de jornalismo do Brasil.

Supor que a atuação profissional do jornalista nos meios de comunicação de massa é descolada das estruturas de poder econômico que os rege é um sintoma da captura da consciência pelo capital. Além disso, flagra a condição pseudoformativa do indivíduo que nem por meio da educação superior recebida garante-se imune à sistemática manipulação pela técnica que converte esclarecimento em mito.

2.2 A formação do jornalista no Brasil

O diploma do curso superior de jornalismo para o exercício da profissão deixou de ser exigido no Brasil em 2001, após decisão da juíza Carla Abrantkoski Rister em uma ação civil pública que contestava a constitucionalidade do Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969, época em que vigorava no país a Ditadura Militar. Em 17 de junho 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou pelo fim da obrigatoriedade do diploma julgando que o Decreto-Lei 972 é inconstitucional. Foram oito votos contra a exigência do diploma e um voto a favor, dado pelo ministro Marco Aurélio Mello, que justificou a posição defendendo a necessidade de uma formação básica para o jornalista.

Segundo Carloni (2018), "a necessidade ou não do diploma se confunde com a liberdade de imprensa" (Carloni, 2018, p. 85), e embora qualquer ideia de educação norteada na autonomia e emancipação não se limite ao sentido estrito da formação universitária, "há uma idealização quando se argumenta que a formação do profissional jornalista depende de talento e de uma formação social ampla em que ele deveria procurar sozinho os elementos na própria prática de sua vida" (Carloni, 2018, p. 85).

A dispensabilidade do diploma de jornalismo, que torna prescindível a passagem pela formação acadêmica na área para exercício da profissão, concilia-se com a falta de tradição científica do jornalismo na educação superior brasileira. Meditsch (2005) aponta que a disciplina "Teoria do Jornalismo" se institucionalizou nas universidades em meados dos anos 1980, mas "somente na virada do século é que a Teoria do Jornalismo começou a ser conhecida e adotada por parte significativa dos cursos de jornalismo do Brasil" (Meditsch, 2005, p. 12) – fase na qual destaca as obras do professor Nelson Traquina, por oferecerem, em língua portuguesa, estudos científicos internacionais sobre o jornalismo.

Traquina (2005) compreende o jornalismo como atividade “altamente condicionada” e de “autonomia relativa” (Traquina, 2005, p. 25), identificando fatores diversos que interferem no resultado do trabalho do jornalista:

> O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite (Traquina, 2005, p. 25).

As ponderações de Traquina (2005), se não se sustentam como pano de fundo para toda a sua obra, interessada na exposição das diferentes teorias desenvolvidas internacionalmente, ao menos reconhecem elementos que, sob a ótica da indústria cultural, inviabilizam a prática jornalística para outro fim que não seja o de mercado; colocam, portanto, o interesse das forças econômicas acima de interesses emancipatórios e culturalmente formativos.

A formação acadêmica por si só não é determinante na formação para o jornalista, haja vista a amplitude do conceito adorniano de formação, mas é importante inclusive para dotar o profissional de condições técnicas para o exercício da atividade. Porém, enxergá-la como fim para a formação instrumentaliza o papel do jornalista.

2.2.1 As teorias do Jornalismo

As discussões teóricas que passaram a frequentar o ambiente universitário nos cursos superiores de jornalismo reúnem desde os estudos mais incipientes aos mais recentes. A teoria do espelho é definida por Traquina (2005) como “a mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (Traquina, 2005, p. 146). É ingênuo por enxergar o jornalista como comunicador desinteressado, porém, conserva ideias de grande adesão ainda hoje no ocidente, ligadas à concepção de uma prática profissional em que “o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (Traquina, 2005, p. 147). O conceito de objetividade levado em conta por Traquina (2005) está localizado entre os anos de 1920 e 1930, nos Estados Unidos:

> A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira. O *ethos* dominante, os valores e as normas com um papel árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do *espelho* porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que "reproduzem" o acontecimento na notícia (Traquina, 2005, p. 149).

A citação de Traquina (2005) constrói uma ponte, por meio da leitura crítica da teoria do espelho, com as reflexões de Horkheimer & Adorno (1985) no que se refere à racionalidade técnica para forjar o esclarecimento, que acaba se tornando nova condição para o mito que o esclarecimento julga superar. A prática jornalística é dominada pela confiança, por parte dos jornalistas, na promessa tecnicista de um esclarecimento alcançado à custa de um modelo rígido de processos para se produzir a verdade sobre um acontecimento.

Outra teoria do jornalismo, nomeada como teoria da ação pessoal ou teoria do *gatekeeper*, dá protagonismo à posição do jornalista perante os acontecimentos, ignorando as interferências que condicionam a atividade jornalística a situações relacionadas ao mercado em que ela está inserida:

> Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, 'portões' que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (Traquina, 2005, p. 150).

A atribuição de poder exclusivo ao jornalista na tomada de decisões sobre a informação jornalística desconsidera a estrutura econômica que, ao procurar determinar o exercício profissional do jornalista, ajuda a determinar também os resultados de seu trabalho. Seguindo tal via de análise, a teoria organizacional concebe que "o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo" (Traquina, 2005, p. 152). Essa teoria percebe a notícia como produto gerado na empresa em que trabalha o jornalista, e com a qual ele precisa estabelecer uma relação de não contrariedade, a ver com a condição de funcionário do jornalista que necessita de atender a expectativa de seu contratante.

Há ainda as teorias de ação política, que consideram "as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática" (Traquina, 2005, p. 161). Elas destinam olhar crítico à atividade da imprensa e atribuem função instrumental desempenhada pelo jornalismo para fins políticos. As teorias construcionistas adotam a forma de construção para as notícias, que tanto foge do estereótipo de reflexo da realidade, como descarta de antemão o entendimento da notícia como artigo ficcional. Dá-se, assim, uma dimensão teórica que dialoga com as contradições.

O movimento de consolidação das discussões teóricas voltadas para o jornalismo nos cursos superiores brasileiros, no início do século XXI, com relativo atraso em relação à discussão feita internacionalmente, acontece em um contexto de questionamento da importância da formação superior para desempenho da atividade no Brasil. A tradição de mercado na formação do jornalismo explica, em alguma medida, esse cenário – o que não quer dizer que a formação cultural seja peremptoriamente impedida, mas que o projeto de autonomia e emancipação não prevalece frente às prioridades de ordem econômica com as quais o jornalismo se compromete por estar objetivamente circunscrito em uma atividade reduzida a negócio na qual a informação é, antes de tudo, uma mercadoria vendida sob a aparência de conhecimento.

A compreensão histórica do jornalismo contribui para a observação de como o espaço de sua atuação é permeado por contradições que destituem o exercício jornalístico do automático papel esclarecedor, pois ele lida com a subordinação ao poder econômico vigente, à concepção tecnicista em voga e à finalidade de lucro própria da ideologia da Indústria Cultural. Situar os aspectos materiais e históricos do jornalismo é necessário para se avaliar a (im)possibilidade de formação do indivíduo – tanto o leitor/espectador quanto o profissional jornalista – na mídia em que o jornalismo faz parte.

3. Reflexão sobre as colunas da jornalista Míriam Leitão

Esse capítulo se propõe a analisar os aspectos formativos dos textos da jornalista Míriam Leitão publicados diariamente no jornal "O Globo", a partir da Teoria Crítica da Sociedade. Ela assina essa coluna desde 1991. A escolha de Míriam Leitão se deve à relevância da sua carreira em termos de reconhecimento pelo meio jornalístico. É a jornalista mais premiada do Brasil com 31 prêmios até 2017, dentre eles o Maria Moors Cabot[5], da Universidade Columbia, de Nova York, em 2005, e o Jabuti[6] de Livro do Ano de Não Ficção, em 2012, pela obra "Saga brasileira". Tem 40 anos de profissão, mais da metade desse tempo de profissão trabalhando na maior empresa de mídia do Brasil – o Grupo Globo, uma das maiores empresas do mundo, no segmento, e a maior da América Latina, de acordo com rankings internacionais que medem o faturamento das empresas de mídia. A sua atuação se dá na TV aberta e fechada, no rádio, no jornal impresso, em mídia digital, além da atividade literária, como autora de livros de ficção e não ficção.

Míriam Leitão nasceu em 1953 na cidade mineira de Caratinga. No início dos anos setenta começou a cursar história – mas não concluiu – em uma faculdade de Vitória, no Espírito Santo, onde trabalhou como repórter no jornal "Tribuna" para se sustentar. Integrante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi presa pelo regime militar em dezembro de 1972, solta no ano seguinte e, tempos depois, absolvida em processo com base no Decreto-Lei nº 477[7], quando pôde legalmente retornar à faculdade. Cursou, então, Jornalismo na Universidade de Brasília (UnB), se formando no ano de 1977 para cumprir a exigência do diploma na área para exercício da profissão, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº 972 (Leitão, 2006).

Desde então, Míriam Leitão passou por grandes redações do Brasil: "Gazeta Mercantil", "Veja", "Jornal do Brasil", "O Estado de São Paulo", trabalhou nas editorias de

5 Premiação internacional mais antiga do jornalismo, criada nos Estados Unidos no final dos anos 1930.

6 Premiação literária criada no Brasil no final dos anos 1950 para laurear destaques do mercado editorial. As categorias mais importantes são Livro do Ano de Ficção, criada em 1991, e Livro do Ano de Não Ficção, criada em 1993.

7 O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi baixado pelo presidente Costa e Silva durante a Ditadura Militar, que vigorou no Brasil de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, para definir infrações disciplinares cometidas por alunos, professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm

política, internacional e de economia. Foi pioneira, na década de oitenta entre as mulheres que escrevem colunas de economia. Em 1991 entrou para o jornal "O Globo", (Leitão, 2006). O nome de sua coluna passou de "Panorama Econômico", nos primeiros anos, para "Míriam Leitão", firmando seu nome como uma espécie de marca antes que a medida se popularizasse, alcançando a coluna dos demais jornalistas de "O Globo" e também de outros jornais impressos que assim o fazem, atualmente, como os jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo". A lógica de chancelar o conteúdo com o nome da jornalista se repete no *blog* de Míriam Leitão no porta do jornal "O Globo" na internet, que também leva seu nome, e ainda no programa semanal do canal fechado Globonews, chamado "Globonews Míriam Leitão", sugerindo a conversão da jornalista, em certa medida, em mercadoria de si mesma a serviço da empresa de mídia à qual ela empresta seu nome para cunhar conteúdos diversos das diferentes mídias do Grupo Globo que ela participa. A profissional ainda é comentarista no telejornal "Bom Dia Brasil", da TV Globo, e na rádio CBN, diariamente.

> No *Globo*, estreei em 1991 e nele firmei minha carreira de colunista. Inicialmente, era uma coluna de nota; depois evoluiu para um texto corrido. Foi devagar. A primeira nota foi crescendo até ocupar o espaço todo. Fui amadurecendo no meio desse longo caminho. (...) Às vezes, um texto parece ser apenas o colunista pensando. Engano. Escrever exige conversas com especialistas que sustentam, corrigem e ilustram o pensamento. (...) Sérgio Abranches tem sido o maior incentivador que uma pessoa pode ter. Foi ele quem sugeriu fazer coluna de texto corrido, deixar meu estilo fluir, escrever textos mais analíticos, ousar (Leitão, 2010, pp. 15-17).

Apesar da temática de economia, a jornalista Míriam Leitão costuma abordar outros temas na coluna: "Sou colunista de economia, mas avanço por necessidade – ou atrevimento – em outras áreas" (Leitão, 2010, p. 16). Em entrevista sobre sua história e seu ofício, Míriam Leitão (2006) descreve o procedimento de apuração que redunda na coluna do jornal:

> Em primeiro lugar, você tem que ter um número enorme de fontes e tem que saber exatamente quais são os interesses delas. Se você for falar com um empresário, por exemplo, tem que saber em que negócios ele está envolvido e interessado, porque ele pode lhe dar uma informação que não é isenta. O segredo é ter muitas fontes, e fontes que estejam em lados diferentes em um mesmo assunto (Leitão, 2006, p. 87).

A isenção, assim como a verdade, são valores apontados por Míriam Leitão e que mantêm o que Lage (2001, p. 34) chamou de ilusão de domínio do fluxo dos acontecimentos citado no capítulo anterior, por parte do jornalismo, já que esse fluxo está contemplado sob a

forma de notícia. Míriam Leitão diz que tais valores "são coisas que você persegue a vida inteira sem conseguir atingir, mas que tem que continuar perseguindo" (Leitão, 2006, p. 90).

O discurso de um ideal de isenção e domínio da verdade a se perseguir na atividade jornalística desempenhada por Míriam Leitão diverge da característica de base de um texto de opinião, que é a defesa do próprio ponto de vista por parte de quem assina o texto. A isenção está entre os princípios editoriais do Grupo Globo para o qual Míriam Leitão trabalha; é descrita ao lado da correção e da agilidade como um dos atributos da informação de qualidade.

> Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça. E que certos princípios sejam seguidos (O Globo, 2018).

Mesmo frente à consciência da impossibilidade de isenção, a orientação da empresa considera que seja possível atingi-la quase que inteiramente. Despreza, com isso, a subjetividade dos profissionais, sugerindo um juízo negativo sobre ela. Não considera, ainda, a subjetividade do próprio indivíduo que se informa pelo jornalismo da empresa. A determinação do que seja o "grau bastante elevado de isenção", proposição já influenciada pelo subjetivismo do qual o Grupo Globo diz querer despir-se, é direcionada, nos casos em que se inclui o da jornalista Míriam Leitão, no princípio de que:

> Todo esforço deve ser feito para que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação. Fora do noticiário propriamente dito, os veículos do Grupo Globo buscarão ter um corpo de comentaristas, cronistas e colaboradores, fixos ou eventuais, que seja plural, representando o arco mais amplo de tendências legítimas em uma sociedade democrática. Articulistas, cronistas e colaboradores fixos têm de zelar para que os dados objetivos usados para sustentar suas opiniões estejam corretos (O Globo, 2018).

Na diretriz acima, cumpre observar que a coluna da jornalista Míriam Leitão é publicada no jornal impresso, na seção de economia, e não na seção de opinião, como ocorre com outros profissionais, inclusive os que discutem a temática econômica. Por outro lado, isso não pode ser configurado como tentativa de ludibriar o leitor, na medida em que aparece o nome em destaque e a imagem do busto da jornalista (foto da cabeça e da parte superior do

tronco), seguindo o padrão que se repete nos demais textos de opinião – há, inclusive, a letra "O" compondo esses cabeçalhos, sugerindo a palavra "opinião", mas também lembrando a fonte da primeira letra do nome do jornal, "O Globo", o que diferencia o conteúdo opinativo do texto convencionado como informativo, noticioso. Percebe-se, todavia, a importância conferida à opinião de Míriam Leitão: é a única colunista que escreve diariamente sobre economia no jornal como também é a mais assídua para discutir, com rotina, o assunto em outros veículos do Grupo Globo, agregando-se a isso o tratamento de temas que ultrapassam a pauta econômica, ainda que possam dialogar com ela. Tal preferência desequilibra a linha jornalística de pluralidade de opinião que o Grupo Globo diz adotar.

A empresa define jornalismo como "conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas", diferenciando-o do entendimento de veículos "cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa, fazer propaganda", postura que diz não assumir ao optar por um modelo de informação generalista: "este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas" (O Globo, 2018). Ao mesmo tempo, nos princípios editoriais a empresa admite que, no entanto, "é igualmente evidente que a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo", e que "se de fato o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências" (O Globo, 2018).

As "crenças e valores" definidos pela empresa são: "a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza" (O Globo, 2018). O elemento "livre iniciativa", por exemplo, identifica a visão econômica do Grupo Globo ao qual, portanto, a opinião jornalística sobre economia acaba submetida – o que contraria a intenção expressa de não se ter viés e de contemplar tendências divergentes de pensamento, ainda que os valores jornalísticos do Grupo Globo sejam concebidos partindo-se da ideia de que:

> Essas ações devem ser retratadas com espírito isento e pluralista, acolhendo-se amplamente o contraditório, de acordo com os princípios aqui descritos, de modo a que o público possa concluir se há ou não riscos e como se posicionar diante deles (O Globo, 2018).

Levar às últimas consequências a autonomia do público para se posicionar a respeito do que se fala implicaria na oferta de elementos contraditórios para que ele possa tomar conclusões por si, como no exemplo destacado da livre iniciativa, em que não se fazendo o contraditório, não se pode considerar a intenção de escolha autônoma e consciente do indivíduo se este for o único caminho apresentado. Nesse sentido, em vez de um mosaico de pontos de vista diversos que busca entregar para o indivíduo elementos com os quais seja possível construir elaborações abertas, haveria variações de uma base semelhante de visão de mundo cujo horizonte, para todos os caminhos propostos, tem limites no mesmo lugar, como o sempre semelhante que troca apenas de indumentária para causar variações superficiais (Adorno, 1978a).

Assim, à luz das ideias presentes na Teoria Crítica da Sociedade que embasam esta pesquisa, convém observar se a variedade de opiniões controladas por regras preestabelecidas pelo Grupo Globo e informações com grau prometido "bastante elevado" de isenção tecem um produto jornalístico artificialmente democrático. Deste modo, justificaria-se a concentração monopolista de uma empresa de comunicação de massa por meio da articulação conjunta de veículos distintos e de profissionais que se revezam para a construção de conteúdos jornalísticos amalgamados – que podem até levar o próprio nome do jornalista, ganhando ares autorais, mas que, partindo de padrões idênticos de busca por "isenção", chegariam a resultados finais delimitados. Confirmada essa hipótese, mesmo expressando alguma crítica, o jornalista o faria de maneira superficial, regulado por condições preestabelecidas para a manutenção do estado das coisas, no contexto em que a própria empresa de comunicação desfruta da capacidade de controle.

No caso de Míriam Leitão, há, ainda, outra afinidade com a indústria cultural: a presença da jornalista em veículos variados do Grupo Globo causa a aparência de pluralidade por distribuir, em meios alternados, produtos diferenciados que, na verdade, resultam do mesmo olhar em diferentes formatos.

Deste modo, é possível considerar, julgando-se as colocações anteriores, que a função opinativa no jornalismo do Grupo Globo, ao contrário do debate entre visões de mundo variadas, atende ao propósito de "tentar traduzir da realidade", o que talvez possa explicar por que o *blog* "Míriam Leitão", do portal do jornal "O Globo" na internet – de onde os textos

para a análise desta pesquisa foram consultados –, seja descrito como espaço de análise, e não exatamente de opinião:

> Miriam Leitão é um blog que tem análises exclusivas sobre economia nacional e estrangeira feitas pela Míriam e equipe. Além disso, posta os produtos que são divulgados em vários veículos do Grupo Globo pela jornalista, os comentários na TV e Rádio, e a coluna no GLOBO (O Globo, 2018).

Note-se que os conteúdos jornalísticos exibidos no *blog* são apresentados na descrição como produtos, o que respalda a compreensão de Horkheimer & Adorno (1985), ao desenvolverem o conceito de indústria cultural, de que nela os bens culturais são convertidos em mercadorias. Além de Míriam Leitão, a autoria do *blog* é também atribuída aos jornalistas Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro: do primeiro, fala-se que "acompanhou desde o início os desdobramentos da crise financeira internacional" (O Globo, 2018), destacando-se o fato de escrever para o *blog* estando em São Paulo, "centro financeiro e econômico do país", e de ser colunista interino e, portanto, assinar a coluna "Míriam Leitão" na ausência da própria; sobre o segundo, que trabalha no Rio de Janeiro, como Míriam Leitão, é enfatizada a especialização em Finanças na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e ainda a conquista de prêmios na área de imprensa especializada em economia. De ambos salienta-se um perfil especializado para a cobertura do jornalismo econômico.

A leitura de cada coluna do jornal impresso disponibilizada no *blog* é entrecortada por dois anúncios publicitários ao longo do texto, desviando a atenção da leitura para a publicidade – o que conversa com Benjamin (2015) ao considerar a interação da informação jornalística com a publicidade no jornalismo como negócio.

3.1 A escolha das colunas

A análise a seguir pretende identificar os aspectos formativos das colunas de Míriam Leitão publicadas diariamente no jornal "O Globo" para compreender se os textos da jornalista têm a preocupação de oferecer elementos propícios ao processo de formação cultural do leitor. Para a seleção foram consideradas as 260 colunas publicadas em todos os meses de 2018 até a realização das eleições gerais, em outubro do mesmo ano. A amostragem é composta por uma coluna de cada mês cujo tema predominante seja o processo eleitoral, para que se possa avaliar a relação que o texto estabelece com o (e)leitor no processo eleitoral

para a escolha do presidente da República, não apenas às vésperas da eleição, mas ao longo de todo o ano. Nos casos em que mais de uma coluna tratava da temática eleitoral, optou-se, aleatoriamente, pela seleção da primeira coluna, em ordem cronológica, desconsiderando as demais. A escolha se deu pela leitura completa de todas as colunas do período de janeiro a outubro, verificando-se a presença da discussão do processo eleitoral na coluna, e se essa discussão preponderou sobre outros temas eventualmente tratados.

Como o acesso às colunas do jornal "O Globo" se deu pelos arquivos do *blog* "Míriam Leitão" – que é restrito a assinantes –, houve casos pontuais em que não se encontrou registro da coluna, mesmo nos dias em que ela é publicada no jornal impresso, isto é, de terça-feira a domingo. A hipótese mais provável para a ausência do armazenamento da coluna em cinco situações é em razão de problemas técnicos. Não foram consideradas, para esta pesquisa, as colunas em que Míriam Leitão não é a autora, e sim por colunista interino, haja vista a proposta de trabalhar com conteúdos assinados pela jornalista. Chegou-se, com isso, ao número de dez colunas, mas ao final da análise, viu-se a necessidade de incluir uma coluna posterior às eleições para analisar como a jornalista refletiu sobre o processo eleitoral e seu resultado, o que explica o acréscimo da décima primeira coluna, publicada no início de novembro, dias após o segundo turno das eleições. Para esta escolha, foi considerada a primeira coluna, cronologicamente, que discutia a questão da escolha presidencial como tema preponderante no texto da jornalista.

A base para a análise de todas as colunas selecionadas é o aporte teórico desenvolvido principalmente no primeiro capítulo desta dissertação, para se refletir, acerca daquilo que Adorno (2006) observou, pensando sobre a educação e a emancipação na perspectiva de processos eleitorais, quanto à necessidade de se "pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento" (Adorno, 2006, p. 169), de modo a evitar resultados irracionais capazes de influenciar na regressão da civilização à barbárie. A pressuposição de coragem e aptidão envolve, no caso do jornalismo, a aposta na formação cultural, que é a aposta em um sentido maior de educação do indivíduo para a liberdade, para o pensamento autônomo e esclarecedor.

Para refletir a respeito das possibilidades de formação cultural do indivíduo a partir das colunas de Míriam Leitão é necessário estabelecer, servindo-se da fundamentação teórica outrora apresentada, uma relação dialética entre os materiais selecionados e as questões

relacionadas, sobretudo, à presença do contraditório (ou ausência, nos casos em que vigora a positividade dos conceitos, sem a problematização das questões necessária ao pensamento) nas ideias dos textos em análise; ao modelo de crítica/autocrítica que eles expõem frente à discussão levantada; e ao espaço de reflexão que é dado ao leitor para encorajá-lo a construir, ele próprio, sua posição quanto à escolha do candidato à Presidência da República no processo eleitoral. Assim, busca-se compreender as possibilidades de formação para a liberdade de pensamento do indivíduo e em que medida essa tentativa não se revela pseudoformação. Além disso, também é preciso olhar para as condições de superação da realidade contestada oferecidas pelo jornalismo ou se ele atua para a adaptação dos indivíduos ao *status quo*.

A organização da análise foi feita em ordem cronológica, na sucessão dos meses, entre janeiro e outubro – arco em que se investiga de que maneira a coluna de Míriam Leitão tentou contribuir, ao longo do ano, quanto à oferta de elementos que incentivam à autonomia de pensamento do (e)leitor em relação ao processo eleitoral presidencial de 2018. É importante destacar, no entanto, que com a orientação cronológica não se quer impor a divisão formal da análise; ao contrário, pretende-se instituir o diálogo entre os conteúdos, dialeticamente, de onde se presume a verdadeira busca por esclarecimento.

3.2 Análise dos aspectos formativos para a consciência eleitoral

A pressuposição de que o leitor é soberano para decidir em quem votar aparece nas duas colunas de Míriam Leitão publicadas nos dias do primeiro e segundo turnos das eleições gerais realizadas no Brasil em 2018, quando 13 candidatos[8] disputaram o mais alto cargo do poder executivo nacional – o de presidente da República. Nas duas situações, a temática eleitoral foi empregada no contexto da democracia brasileira; na coluna publicada no dia do

8 As candidaturas deferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o 1º turno da eleição presidencial de 2018, ocorrida no dia 7 de outubro, foram de: Alvaro Dias (PODEMOS), Cabo Daciolo (PATRIOTA), Ciro Gomes (PDT), Eymael (DC), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (NOVO), João Goulart Filho (PPL), Marina Silva (REDE) e Vera (PSTU). No 2º turno, dia 28 de outubro de 2018, disputaram Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Recuperado de http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/divulgacandcontas#/municipios/2018/2022802018/BR/candidatos

primeiro turno – "Lições das eleições dadas pelo avesso[9]" –, a jornalista evoca a liberdade do voto para criticar o direcionamento de lideranças religiosas evangélicas sobre seus fiéis, induzindo estes a votarem no candidato Jair Bolsonaro:

> Uma das questões postas de forma dramática para o país é o voto evangélico. Muitos pastores reinstalaram o voto de cabresto. Invocaram Deus para que o fiel escolhesse o que eles, os líderes religiosos, acreditam ser o certo. Com isso, 50% do eleitorado evangélico votará em Bolsonaro, pelas pesquisas das últimas horas. Toda tentativa de usar o poder para induzir o voto de eleitores, em qualquer direção, apequena a democracia. A liberdade de culto é sagrada, como a liberdade do voto (Leitão, 2018a).

O fato da jornalista Míriam Leitão se posicionar contrária à instrumentalização da fé para submeter fiéis a líderes religiosos é acompanhado no texto pela observação de que a mesma liberdade assegurada ao indivíduo para votar lhe é de direito para exercício de credo, com isso deixa claro que sua crítica não é dirigida às práticas religiosas, e sim à dominação a que toda a sociedade está sujeita – inclusive na esfera midiática, de onde Míriam Leitão fala, e na acadêmica, em que esta pesquisa se desenvolve – lugar para o qual a jornalista também olha.

É, novamente, sob a perspectiva da democracia que Míriam Leitão conduz a coluna publicada no domingo em que houve o segundo turno eleitoral. O título – "Democracia nunca foi uma planície" – metaforiza as dificuldades históricas para que o regime democrático pudesse se estabelecer no Brasil, enfrentando capítulos autoritários como a Ditadura Militar, que ela relembra na argumentação que desenvolve. A jornalista utiliza o exemplo de episódios repressivos ocorridos em universidades públicas de todo o país[10], às vésperas da eleição, para sustentar a importância da liberdade de pensamento:

---

9 As colunas não estão reproduzidas na íntegra nesta pesquisa, mas o endereço eletrônico do qual foram consultadas consta das referências bibliográficas.

10 Matéria do *site* do jornal "Folha de São Paulo" publicada no dia 26 de outubro diz: "Policiais e fiscais de tribunais eleitorais desencadearam uma série de ações em universidades públicas por todo o país que despertaram reação da comunidade acadêmica e de entidades da sociedade civil. As medidas, na maior parte delas relacionadas à fiscalização de suposta propaganda eleitoral irregular, vêm acontecendo nos últimos três dias. Críticos das operações apontam censura.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Justiça ordenou que a Faculdade de Direito da UFF (Universidade Federal Fluminense) retirasse da fachada uma bandeira em que aparece a mensagem 'Direito UFF Antifascista'. A bandeira chegou a ser removida na terça-feira (23) sem que houvesse mandado judicial, mas logo depois foi recolocada por alunos." Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/universidades-de-todo-o-pais-sao-alvo-de-acoes-policiais-e-da-justica-eleitoral.shtml

> Fatos assustadores pareciam ser o prenúncio de volta do que o Brasil viveu. Sexta-feira foi o dia de ver de perto algo impensável. A repressão aos protestos em universidades. É da natureza dos jovens o debate acalorado que os mais velhos podem até achar radical, mas a ausência de liberdade de pensamento e manifestação nega a própria essência da universidade. O tempo cuidará de moderar o jovem, mas nada resgatará o que, alienado, não tiver olhos para nenhuma causa coletiva (Leitão, 2018b).

Apresentando o risco da alienação e pseudoformação, a opinião que Míriam Leitão (2018b) expressa a partir de fórmulas adjetivadas recusam qualquer violação da liberdade de pensamento, de expressão, de autonomia para escolha do candidato ("fatos assustadores", "algo impensável", "alienado", e, mais acima, "forma dramática", "apequena a democracia", "liberdade sagrada"). Para ser enxergada como norte duradouro em que se baseia seu trabalho – e não cair no vazio publicitário advertido por Horkheimer & Adorno (1985) em relação a ideias usadas como meio de se conquistar adeptos para uma causa –, esse posicionamento da jornalista é esperado não apenas pontualmente, na ocasião isolada dos dias de eleição. A defesa intransigente da liberdade de pensamento do indivíduo e sua autonomia para decidir sobre o voto ganha consistência de sentido na medida em que orienta todo o debate eleitoral, razão pela qual a pesquisa, então, retrocederá aos primeiros movimentos dessa discussão, tendo propositalmente adotado como ponto de partida a linha de chegada, por assim dizer, isto é, os votos de que o leitor lance mão do pensamento autônomo e da consciência esclarecida para exercer o direito do voto, uma conquista democrática. Afinal, é possível notar esforços empreendidos pela jornalista Míriam Leitão, por meio das colunas que diariamente escreve no caderno de economia do jornal "O Globo" há quase três décadas, para ajudar na construção de possibilidades formativas para o indivíduo que a lê? A reflexão sobre essa pergunta é o que se faz a seguir com base em categorias de análise encontradas nas obras dos filósofos frankfurtianos Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Walter Benjamin das quais esta pesquisa se vale, sob o recorte das eleições presidenciais de 2018, como aqui explicado.

Foram escolhidas as seguintes colunas: "De olho na política", publicada em 2 de janeiro de 2018; "Temer e Meirelles: Fogueira das vaidades", publicada em 25 de fevereiro de 2018; "Cenário Eleitoral", publicada em 4 de março de 2018; "Incertezas até o voto", publicada em 17 de abril; "O mar da dúvida", publicada em 13 de maio; "O meio de Marina", publicada em 15 de junho; "Em tempo de eleição", publicada em 1 de julho; "País no qual vices governam", publicada em 2 de agosto; "Na economia há pontos em comum", publicada

em 1º de setembro; "A nova mulher que foi às ruas", publicada em 2 de outubro; "Está tudo muito confuso, tá ok?", publicada em 3 de novembro.

3.2.1 *"De olho na política"*

O título da primeira coluna de Míriam Leitão em 2018 sugere uma ação – "De olho na política" –, mas oculta o sujeito a praticá-la. O leitor? A coluna? A sociedade? A economia? O texto parte da expectativa sobre uma decisão aguardada ainda para o mês de janeiro que repercutirá nas eleições de outubro: "Se os juízes do TRF-4 votarem de forma unânime confirmando a condenação do ex-presidente Lula, os recursos que os advogados do ex-presidente apresentarem não terão efeito suspensivo da pena. Sendo assim, ele estará, muito provavelmente, fora da disputa" (Leitão, 2018c).

O ex-presidente Lula (PT) terminou o ano de 2017 como líder isolado nas pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018[11]. Havia incertezas, no entanto, quanto à confirmação do registro de sua candidatura pela Justiça Eleitoral, já que a Lei da Ficha Limpa[12], em vigor, prevê inelegibilidade a condenados por órgão judicial colegiado – o que poderia acontecer com Lula, caso a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) confirmasse sua condenação na sentença de julho de 2017 do juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato[13] em primeira instância.

11 Pesquisa Datafolha publicada no início de dezembro de 2017 apontava Lula (PT) liderando na intenção espontânea de voto, com 34%, seguido por Jair Bolsonaro (à época no PSC), com 17%. As terceira, quarta e quinta posições eram ocupadas, respectivamente, por Marina Silva (REDE), com 9%, e Geraldo Alckmin (PSDB) e Ciro Gomes (PDT), ambos com 6% - os três tecnicamente empatados, já que a pesquisa tinha margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Em todos os cenários de 2º turno Lula aparecia como vencedor. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1940171-lula-lidera-e-bolsonaro-se-consolida-em-2-aponta-datafolha.shtml

12 Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, que estabelece, dentre outras coisas, casos de inelegibilidade. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp135.htm

13 Mais longa investigação de corrupção no Brasil, iniciada em 17 de março de 2014 e ainda em curso quando da finalização desta pesquisa, em fevereiro de 2019, a Operação Lava Jato envolve vários políticos de diferentes partidos, além de grandes empresas públicas e privadas. Sérgio Moro, juiz que ficou conhecido pela condenação do ex-presidente Lula (PT) em primeira instância, em 2017, aceitou convite, no ano seguinte, para compor o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), como ministro da Justiça e Segurança Pública.

A asserção que abre o segundo parágrafo da coluna dá pistas do sujeito oculto do título: “A economia sempre tem efeito sobre as eleições. Este ano será o oposto.” A confirmação é expressamente dada no final do último parágrafo: “A economia passará este ano de olho na política, porque ela é que vai definir o cenário atual e futuro” (Leitão, 2018c).

A coluna, portanto, informa o leitor sobre a posição da economia durante o ano que se atravessará em razão das eleições. Em diversos momentos do texto, a jornalista Míriam Leitão (2018c) apresenta um amplo quadro de apostas para o futuro com afirmações taxativas. As projeções que tanto combinam com o jargão econômico de mercado – isto é, de empresários, investidores, analistas e todas as pessoas envolvidas no controle do poder econômico – servem de padrão para que a coluna possa olhar para a política que atinge toda a sociedade: “A disputa eleitoral deve produzir momentos de muita volatilidade cambial e provocar adiamento das decisões de investimento” (Leitão, 2018c). Outra característica que confere ao texto uma ideia de conversa para entendidos no assunto é o domínio, em economês, sobre o futuro: “A política também tornará o ano fiscal muito ruim” (Leitão, 2018c). O texto antecipa a repercussão dos acontecimentos.

A primeira coluna do ano de 2018, que começou por chamar a atenção para um fato agendado para o fim do mês, antevê ainda duas possibilidades do caminho que levará o país, em uma distância de quase dez meses depois, às urnas para a escolha do novo presidente da República, concluindo pela incerteza, que é comparada com o processo eleitoral do ano de 1989 e definida como maior que ele:

> Todas as eleições são incertas, mas essa será mais incerta que as outras. Por isso tem sido tão frequentemente comparada à de 1989. Mas até aquele ano inaugural das eleições diretas, pós-ditadura militar, não reflete inteiramente o grau de incerteza de 2018. Desta vez a dúvida será ainda maior. Se o ex-presidente Lula estiver concorrendo, a eleição será naturalmente polarizada desde o início. Num quadro de polarização, pode haver demanda por uma pessoa de centro, longe dos polos. O beneficiário dessa ida do eleitor em busca do centro não está definido. Se o ex-presidente Lula não estiver na disputa, os votos lulistas não serão transmitidos todos para a pessoa que ele apoiar. Devem se dispersar, formando o quadro fragmentado parecido com o de 1989 (Leitão, 2018c).

Se por um lado o texto aponta incertezas, por outro, Míriam Leitão (2018c) procura dirimi-las na tentativa de antecipar os movimentos do eleitorado: com Lula, há popularização “natural” e “pode haver demanda por uma pessoa de centro”; sem Lula, não há transferência

total de votos para o candidato que ele indicar. O (e)leitor não aparece como interlocutor, mas sim como objeto estudado.

A visão antecipada desenha, mesmo na incerteza, um roteiro tão preciso que, até no controle das variáveis apresentadas, medidas por arranjos já estabelecidos, encerra nele o horizonte de possibilidades sob medida para o encaixe às condições do hoje, oferecendo, assim, um plano de continuidade do estado das coisas. Esse esquema moveu a criação da obra "História do futuro: o horizonte do Brasil no século XXI", escrita por Míriam Leitão e publicada em 2015. No livro, a jornalista faz o seguinte apontamento:

> Os brasileiros das gerações atuais consolidaram a democracia depois de um tumultuado passado e quebraram os monopólios de poder. Serão derrotadas as tentativas autoritárias. Sempre haverá manifestações pedindo a volta de ditadores. Serão vozes minoritárias porque o país já amadureceu a sua escolha (Leitão, 2015, p. 246).

A previsão da derrota de tentativas autoritárias exposta por Míriam Leitão não se confirmou com a eleição de um projeto autoritário para o país, nas eleições à Presidência em outubro de 2018. Outras verdades sobre o futuro se dissolveram pouco tempo depois de sua publicação. A história do futuro sofreu remendos, um ano e meio depois, com o lançamento, em fevereiro de 2017, de "A verdade é teimosa: diários da crise que adiou o futuro". No livro, Míriam Leitão diz que: "O colunismo diário obriga o jornalista ao esforço de tentar ver além do acontecimento de cada dia, para poder entender seu significado e antecipar seus efeitos. Por isso a tarefa disciplina o olhar e treina a percepção" (Leitão, 2017, p. 11). O treinamento que disciplina o olhar de Míriam Leitão, segundo ela própria, dá o tom premonitório que permeia a primeira coluna da jornalista publicada no jornal "O Globo" em 2018. Além dos exemplos dados anteriormente, há outros: "O desemprego deve cair na média do ano" (Leitão, 2018c), "A inflação ficará baixa" (Leitão, 2018c), "A safra será boa" (Leitão, 2018c), "Os juros devem continuar baixos" (Leitão, 2018c).

A credibilidade profissional da jornalista Míriam Leitão imputa a ela, então, a consciência da obrigação diária de tentar prever acontecimentos e efeitos para o leitor da coluna. Nesses termos justifica-se a aproximação da análise que Adorno (2008) faz da coluna astrológica do jornal "*Los Angeles Times*", inclusive porque o filósofo rejeita a astrologia como ramo exagerado de superstição. "A astrologia por certo não é um dos ramos extremos do ocultismo, mas constrói fachadas de pseudo-racionalidade que a tornam mais fácil de

aceitar do que, por exemplo, o espiritualismo. Não há aparição de fantasmas, e as previsões são pretensamente derivadas de fatos astronômicos" (Adorno, 2008, p. 40).

Em comparação, no discurso de Míriam Leitão a derivação de fatos econômicos habilita previsões quanto ao futuro político do país. Ainda na coluna "De olho na política", ela diz:

> Nos momentos em que estiverem na frente candidatos com discursos populistas e radicalizados, os ativos em bolsa e o dólar vão oscilar fortemente. A alta do câmbio sempre tem efeito na economia real porque contamina a inflação. A boa notícia é que o Banco Central está preparado, com reservas e baixa exposição ao dólar, para atuar no mercado, revertendo momentos de tensão e de alta exagerada (Leitão, 2018c).

Em nome da reputação, a jornalista impelida por seu ofício diário a tentar descobrir o que está por vir acaba imbuindo-se de autoridade, ora ou outra respaldada pela ideia de vozes especializadas que se somam à dela, notadas em construções como a seguinte, na mesma coluna em análise:

> As projeções dos economistas são de que o ano terá o crescimento em torno de 3%. O governo ainda está com a projeção de 2,5%. Isso é melhor do que os últimos quatro anos em que houve estagnação, dois anos recessivos e um ligeiro crescimento. Mesmo assim é menos do que o país precisa para consertar a devastação que houve no mercado de trabalho (Leitão, 2018c).

No diálogo que vai se constituindo, a voz do (e)leitor – que não é necessariamente um economista ou de atuação afim, que disponha de conhecimento da área – é preterida. Em vez de convidá-lo à reflexão, o leitor é capturado por uma voz que se presta a desvendar para ele qual será o futuro do ano no qual também o leitor viverá – algo que a condição passiva que lhe é posta parece desconsiderar, pois nada é pedido a quem lê – nem que fique atento aos acontecimentos já antecipados pela coluna. A missão fica a cargo da economia, que é quem ficará de olho na política, dando ao leitor a impressão de que a política é determinada pela economia.

3.2.2 *"Temer e Meirelles: Fogueira das vaidades"*

A tese defendida por Míriam Leitão (2018d) na coluna "Temer e Meirelles: Fogueira das vaidades", publicada em 25 de fevereiro de 2018, de que o então presidente Michel Temer

e seu ministro da Fazenda, à época, Henrique Meirelles estão agindo por vaidade em relação ao modo como se deu a manifestação de suas pretensões eleitorais para concorrerem à Presidência da República subentende retorno a informações já publicadas pela imprensa – "O Brasil terminou a semana com duas estranhezas" (Leitão, 2018d), diz o segundo parágrafo do texto – e que são revisitadas para aquilo que os princípios editoriais do Grupo Globo, mencionados na introdução deste terceiro capítulo da dissertação, dispõem como análise e opinião sobre os fatos, "mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas" (O Globo, 2018). O problema de tal regra é que interpretar a motivação subjetiva de um ato envolve necessariamente um prisma, sendo o maior deles o da própria empresa, aquela que, como mostrado anteriormente pelos princípios editoriais do Grupo Globo, reconhece ver a realidade "sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo" (O Globo, 2018) e que confia no "esforço consciente" (O Globo, 2018) de ter a opinião confrontada por outras. Mas opiniões como a da jornalista Míriam Leitão, no entanto, submetem-se aos critérios como de isenção, nos termos definidos pela empresa, responsável pelo crivo da contratação dos profissionais que as emitirão. Um dos critérios, por exemplo, impede anunciar publicamente qual candidatura apoia, quando isso, na verdade, forneceria ao leitor a noção de que determinada interpretação feita em prejuízo ou benefício de um candidato parte de um jornalista que apoia a candidatura deste ou de outro. O princípio de isenção, neste caso, só omite uma posição que o jornalista leva à urna ou manifesta privadamente, querendo causar no leitor a sensação de que ele se despe dela para executar a tarefa de opinar e analisar sobre um acontecimento. A justificativa de que há um "grau bastante elevado de isenção" resolve aparentemente a tensão, porque tanto o jornalista quanto a empresa não deixam de olhar por um prisma, apesar da determinação declarada de perseguir esse propósito. Assim, negar o olhar por um prisma – que não torna uma interpretação necessariamente falsa – acarreta falsificação para esse ato de olhar.

> O primeiro objetivo do presidente Temer ao se colocar como candidato é adiar a hora em que será um pato manco, um governante sem poder, em fim de mandato. Temer quer manter a ideia de que tem um horizonte amplo. A expectativa de que possa ter poder no futuro aumenta sua força agora. Seu movimento levou ao improviso do ministro Henrique Meirelles, considerando encerrado seu tempo na Fazenda (Leitão, 2018d).

A crítica determina que, pelo presidente ter manifestado pretensão de candidatura, "todos os seus atos serão considerados de campanha" (Leitão, 2018d), e que, indo à conclusão

do texto, “as ambições do presidente tornam ainda mais difícil esse fim de governo” (Leitão, 2018d).

No cenário de disputa interna no partido (o MDB) entre Temer e Meirelles, na coluna de Míriam Leitão (2018d) o segundo leva vantagem porque, diferente do primeiro, que só é desautorizado em seu projeto de candidatura, a visão sobre o segundo é equilibrada em prós e contras. Em seu favor, por exemplo:

> O ministro Henrique Meirelles tem bons serviços prestados, tanto no Ministério da Fazenda quanto no Banco Central. Ajudou o ex-presidente Lula a vencer a desconfiança contra ele, que, em 2003, elevara o dólar, a inflação e o risco-país. Depois, foi o ponto de resistência contra as propostas econômicas equivocadas do partido do então presidente. No Ministério da Fazenda, montou uma boa equipe. Ele, sua equipe e um competente Banco Central tiraram o país da inflação de quase dois dígitos e da recessão (Leitão, 2018d).

Em desfavor do ministro, em sequência ao que lhe favorece, o juízo de que “não tem os atributos de comunicação naturais de um candidato” (Leitão, 2018d), o fato de que “sua única experiência com as urnas foi no seu estado natal, Goiás, numa eleição proporcional” (Leitão, 2018d) e a constatação de que “é difícil imaginar Meirelles empolgando as massas em um palanque ou usando de forma convincente o horário eleitoral” (Leitão, 2018d).

Os problemas apontados por Míriam Leitão em relação ao ministro passam ao largo de contestação da competência técnica para pleitear o cargo – os elogios confirmam. A crítica a Temer é ampliada quando ela diz que:

> Temer e seu grupo são profissionais do poder, sempre estiveram colados aos cascos dos navios, e agora estão no comando. Seus ministros mais próximos são investigados, e, se continuarem ministros, terão a vantagem do foro privilegiado. Isso sem falar em outras regalias (Leitão, 2018d).

Mas a busca de qualidades para o ministro Meirelles para além de sua experiência daquele instante, em governo diferente do de então, não muda o fato de que Meirelles compõe o grupo de Temer que a coluna da jornalista Míriam Leitão (2018d) critica: a começar pela memória usada para elogiá-lo, em referência a sua atuação em outro governo, que corrobora a tese usada para criticar Temer, de que ele e seu grupo “são profissionais do poder, sempre estiveram de colados aos cascos dos navios” (Leitão, 2018d).

Os elementos do texto que sugerem equilíbrio funcionam para, na impossibilidade de realizar apoio direto à candidatura de Meirelles, fazê-lo indiretamente na rejeição a Temer, que ao se colocar como obstáculo ao projeto de Meirelles, é criticado em positividade, isto é, sem a presença de contraditório.

O (e)leitor, lembrado no texto não na condição de interlocutor, aparece diluído, primeiro no contexto da candidatura de Meirelles, que tem dificuldade para empolgar "as massas em um palanque" (Leitão, 2018d), mas que encontraria na própria coluna argumentos que tentam tal efeito, e depois "nas famílias" (Leitão, 2018d) que têm "sensação de insegurança" (Leitão, 2018d), mesmo com "bons indicadores de melhora" (Leitão, 2018d) que o texto adjetiva sem dizer quais são. "É possível medi-los, mas ainda é difícil senti-los" (Leitão, 2018d). A coluna de Míriam Leitão diz indiretamente ao (e)leitor que ele tem uma "sensação de insegurança" (Leitão, 2018d) que não se justifica por completo em números (não apresentados) capazes de medir a realidade. Nesse sentido, em vez de convidar à reflexão, a experiência do indivíduo é desencorajada nos códigos do texto persuasivo, e embora identifique problemas no *status quo*, a coluna não representa uma posição de ruptura com ele. Na superficialidade de críticas como essa, o *status quo* encontra meios de manutenção, confirmando as limitações no jornalismo para uma formação capaz de emancipar o indivíduo verdadeiramente.

3.2.3 *"Cenário eleitoral"*

A coluna publicada no dia 4 de março de 2018 no jornal "O Globo" e no *blog* "Míriam Leitão", chamada "Cenário eleitoral", busca mapear o quadro eleitoral do momento, que, segundo a jornalista Míriam Leitão, logo no início do texto, "fica mais presente, ainda que não tenha nitidez" (Leitão, 2018e). O primeiro parágrafo pontua ações na iminência de acontecer: "A semana terá lançamento de pré-candidaturas e julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula no STJ" (Leitão, 2018e); encadeadas com ações ocorridas: "Isso depois de uma semana em que Lula deu a entrevista acenando para Michel Temer e o presidente passou a ser investigado em mais um processo, por pedido de sua escolhida Raquel Dodge e decisão do ministro Edson Fachin" (Leitão, 2018e). Assim, enquadra uma conjuntura para chamar de cenário.

A abrangência proposta para o texto cria uma distância sugerida para olhar o todo com uma ideia de equilíbrio e isenção. Elementos como o financiamento de campanha e os fundos partidário e eleitoral criam pontos em comum que recaem sobre toda candidatura. Construções como "todos avisados" (Leitão, 2018e), "muita gente" (Leitão, 2018e), "para candidatos" (Leitão, 2018e), "quem fizer campanha" (Leitão, 2018e) montam um ambiente de generalização no segundo parágrafo.

O parágrafo seguinte apresentado na coluna se constitui de números que dão objetividade ao texto para falar da distribuição do montante aos partidos. Os valores são apresentados como "estimativa feita pelo cientista político Jairo Nicolau" (Leitão, 2018e), uma voz de especialista da qual Míriam Leitão opta por destacar, no início do terceiro parágrafo, "os dois partidos que têm o maior volume de dinheiro do fundo partidário e do fundo eleitoral" (Leitão, 2018e), que são "o MDB, com R$ 304,9 milhões, e o PT, com R$ 300,9 milhões, segundo estimativa feita pelo cientista político Jairo Nicolau" (Leitão, 2018e).

A coluna ignorou, porém, o PSDB, que em valores consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral[14] (TSE) recebeu o segundo maior montante de fundo partidário em 2018 (R$ 78.394.518,57) – atrás do PT (R$ 95.025.252,34) e à frente do MDB (R$ 76.351.750,49) – e o terceiro maior montante do fundo eleitoral de 2018 (R$ 185.868.511,77) – atrás do MDB (R$ 230.974.290,08) e do PT (R$ 212.244.045,51). As três legendas recebem cerca de 30% da quantia dividida entre os 35 partidos. No texto, a jornalista Míriam Leitão (2018e) não menciona o PSDB em nenhuma circunstância, como faz ainda com outros seis partidos que recebem valores inferiores da soma dos dois fundos (PODEMOS, "R$ 41 milhões"; PSL, R$ "14,8 milhões"; REDE, R$ "14,6 milhões"; "Os três últimos serão PCO, PMB e Novo, cada um com em torno de R$ 2 milhões"). Informações incompletas interferem na compreensão que o leitor pode ter porque não dá a ele todos os elementos para avaliar a questão de forma conjuntural.

O terceiro parágrafo é encerrado com uma afirmação que desfere crítica a todos os partidos: "A lei concentra os recursos nas oligarquias partidárias, e distribui um cala-boca para partidos sem qualquer viabilidade eleitoral" (Leitão, 2018e).

[14] Recuperado em 2 de janeiro de 2019 de http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/duodecimo-de-dezembro-fundo-partidario-no-site-do-tse

Cada parágrafo dos três seguintes trata da candidatura em um partido. No quarto, relembra que foi em 1994 a última vez que o MDB lançou candidato a presidente. "Desta vez, o partido tem um poder inédito: o da máquina da Presidência" (Leitão, 2018e). E questiona se o partido vai resistir a ter um candidato, ainda que seja o Temer "e sua terrestre impopularidade" (Leitão, 2018e).

No parágrafo seguinte, o quinto, aponta a repercussão da entrevista de Lula à repórter Mônica Bergamo publicada no jornal "Folha de São Paulo" três dias antes[15], de modo a contestar Lula. O parágrafo, porém, traz uma menção à empresa na qual Míriam Leitão trabalha e que publica a coluna:

> Ele criou a versão fantasiosa de conspiração americana contra a Petrobras porque essa ginástica nos fatos talvez sirva para os palanques. Com um mínimo de honestidade não dá para explicar o ataque do PT e seus aliados aos cofres da Petrobras sobre o qual há evidências acima de qualquer dúvida. Melhor dizer que tudo é culpa da cobiça americana atrás das reservas do pré-sal. O outro delírio também tem um propósito. Quando ele diz que Temer resistiu ao que ele definiu como tentativa de golpe da Globo está evidentemente querendo construir uma ponte para o futuro com seu velho aliado nas últimas campanhas, o partido do Temer (Leitão, 2018e).

Em meio ao clima de equidade para compor o cenário eleitoral, a acusação à empresa feita por Lula na entrevista a Mônica Bergamo é citada, mas sequer é respondida, pois Lula "está evidentemente querendo construir uma ponte para o futuro com seu velho aliado nas últimas campanhas, o partido do Temer" (Leitão, 2018e). A interpretação havia sido colocada na introdução da coluna, sem que a justificativa – que envolve o nome da empresa – fosse apontada como causa. Embora a coluna "Cenário eleitoral" se desenvolva em perspectiva panorâmica, lançou foco nominal, no início, ao ex-presidente Lula e a Michel Temer, dos partidos PT e MDB que abriram o terceiro parágrafo como "os dois partidos que têm o maior volume de dinheiro do fundo partidário e do fundo eleitoral" (Leitão, 2018e), e não apenas o maior, que seria o MDB, no qual a informação serve para costurar a lógica que sustenta o quarto parágrafo, sobre a questão de que o partido há muito não tem candidatura própria a presidente e se resistirá, no momento, a lançá-la, se "tem um poder inédito: o da máquina da

[15] 'Não vou me matar nem fugir do Brasil. Vou brigar até ganhar', diz Lula. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/nao-vou-me-matar-nem-fugir-do-brasil-vou-brigar-ate-o-fim-diz-lula.shtml

Presidência. Além do maior volume de recursos públicos, num tempo de vacas magras de financiamento" (Leitão, 2018e).

O caso expõe um modo de tratamento da coluna, que é produto da empresa criticada, ao que poderia servir para o debate do contraditório, confrontando a versão de Lula com argumentos, em vez de reduzi-la a questão fechada no julgamento sumário de que a menção à empresa configura, "evidentemente" (Leitão, 2018e), um aceno de Lula a Temer, "que passou a ser investigado em mais um processo" (Leitão, 2018e) – o que nega a reflexão sobre se há algo de errado no comportamento da empresa, ainda que erros pontuais, e não em sua totalidade, respeitando um conceito de contradição, porque de antemão a versão de Lula está "evidentemente" (Leitão, 2018e) condenada. O espaço para a autocrítica a partir do lugar em que a coluna fala sequer é aberto – nem para refutá-lo.

O penúltimo parágrafo da referida coluna repercute as aparições do economista Paulo Guedes, ligado à campanha de Jair Bolsonaro. "Continua sem solução o mistério de como as ideias liberais de Guedes serão colocadas na mente intervencionista do candidato" (Leitão, 2018e). Depois, cita novamente o jornal "Folha de São Paulo", desta vez reproduzindo o trecho em que o economista fala: "O Ustra disse que não torturou ninguém. Quem está falando a verdade, quem não está?" (Leitão, 2018e), para, com a exposição argumentada de dados, retrucá-lo: "Mais de quarenta pessoas que passaram pelo Doi-Codi, entre 1970 e 1974, então sob o comando de Ustra, não podem sequer dar suas versões, porque não saíram vivas" (Leitão, 2018e).

Na montagem do cenário político pela colunista Míriam Leitão, no início de março, além do PSDB e seu pretenso candidato, há um personagem que não aparece em cena: o (e)leitor, e essa ausência depõe contra o incentivo à sua autonomia do pensamento.

3.2.4 *"Incertezas até o voto" e "O mar da dúvida"*

Este tópico se diferencia dos demais porque analisa duas colunas, confrontando as características de ambas. A coluna publicada em 17 de abril de 2018 no jornal "O Globo" e no *blog* "Míriam Leitão", hospedado no portal do jornal na internet, propõe uma análise da

pesquisa "Datafolha[16]" publicada dois dias antes pelo jornal "Folha de São Paulo", em 15 de abril de 2018. Assim como acontece no caso da coluna analisada anteriormente, o texto realiza conexões com um universo de informações divulgadas fora da coluna – inclusive fora do jornal em que a coluna é publicada – para respaldara visão da jornalista Míriam Leitão.

Mas não se trata de buscar confirmação apenas em conteúdos externos: na repetição de uma leitura de fenômeno dentro da própria coluna parece se instaurar a contínua ratificação da coerência que alimenta a credibilidade desejada pelo Grupo Globo, em seus princípios editoriais. A coluna em questão reforça já no título uma ideia elaborada ainda na coluna do dia 2 de janeiro, sobre a incerteza do processo eleitoral: "Todas as eleições são incertas, mas essa será mais incerta que as outras" (Leitão, 2018c). A coluna do mês de março, analisada anteriormente, diz: "O quadro eleitoral fica mais presente, ainda que não tenha nitidez" (Leitão, 2018e). A coluna a ser analisada a seguir tem no título – "O mar da dúvida" – algo que pouco se diferencia desta: "Incertezas até o voto".

Na repetição dos dados da pesquisa do domingo, 15 de abril, cuja influência se presume reverberar nos jornais de segunda-feira, também influenciou a coluna de terça-feira, 17 de abril. Apresentam-se, deste modo, indícios da unidade da indústria cultural sobre a qual falam Horkheimer & Adorno (1985):

> A diferença entre a série Chrysler e a série General Motors é no fundo uma distinção ilusória, como já sabe toda criança interessada em modelos de automóveis. As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. (...) Os próprios meios técnicos tendem cada vez mais a se uniformizar (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 116).

Nesse conjunto de semelhanças – tanto a análise da coluna que se repete no mês seguinte ou no mês anterior, quanto o respaldo mútuo que o produto do jornal "O Globo" busca nos números divulgados pelo jornal "Folha de São Paulo" e este encontra na repercussão de sua pesquisa por aquele –, o jornalismo de grandes de comunicação de massa funcionam em confirmação da cadeia coesa na qual concorrem enquanto mercado jornalístico. A própria afirmação dos filósofos frankfurtianos de que "a unidade implacável da indústria cultural atesta a unidade em formação da política" (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 116)

[16] "Prisão enfraquece Lula e põe Marina perto de Bolsonaro, diz Datafolha" é a matéria publicada com a pesquisa. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/prisao-enfraquece-lula-e-poe-marina-perto-de-bolsonaro-diz-datafolha.shtml

mostra como a racionalidade técnica que opera em todo o sistema se revela igualmente nos procedimentos de elaboração da coluna de Míriam Leitão, tornando pouco provável a valorização do contraditório em um sistema de tantas semelhanças.

Tendo em vista a semelhança aparente de ambas, a análise das colunas "Incertezas até o voto" e "O mar da dúvida", publicada 26 dias depois, em 13 de maio, será feita em simultâneo.

Em abril, a coluna "Incertezas até o voto" começa assim: "Faltam 173 dias para as eleições, e ainda não se sabe quem estará na urna" (Leitão, 2018f); enquanto a coluna "O mar da dúvida", de maio, parte da seguinte frase: "Estamos a 147 dias das eleições e sabemos muito pouco" (Leitão, 2018g). O desfecho da primeira, seguindo a ordem de publicação, é: "Os acontecimentos políticos do país são voláteis, o que eleva ainda mais a incerteza em torno do que acontecerá até o dia do voto" (Leitão, 2018f); enquanto o da segunda diz: "Falta pouco para as eleições, e candidatos e eleitores ainda estão mergulhados em um mar de dúvidas" (Leitão, 2018g).

A facilidade tecnológica atual que permite armazenar e manipular textos virtualmente explica como a mesma estrutura de um texto pode ser reaproveitada para dar base a outro sem grande esforço, do mesmo jeito que o comando mecânico e simplificado para cópia e colagem de arquivos de texto manejados em computadores explica a facilidade para se cometer erros iguais à repetição involuntária do mesmo trecho, que se pode averiguar na publicação da coluna "O mar da dúvida" no *blog* "Míriam Leitão": na internet, a coluna apresenta textos idênticos no primeiro e terceiro parágrafos. A técnica da indústria da informação de massa mostra como o processo de escrita produz conteúdos alienantes, deslocados em procedimentos e regras da subjetividade dos profissionais que atuam em sua produção para assegurar o amplo consumo.

As duas colunas utilizam números de pesquisa eleitoral: a primeira, como sobredito, reproduzem os números do Datafolha; a segunda não informa de onde os resultados saíram. Mas dos procedimentos parecidos há uma diferenciação guiada pelo enfoque da resposta dos entrevistados para a pesquisa utilizada na segunda coluna, "O mar da dúvida", que parece alertar a jornalista para um componente de destaque em eleições de regimes ditos democráticos: os eleitores.

Na primeira coluna, “Incertezas até o voto”, o eleitor é um elemento instrumentalizado do qual só se registra a evidência de como ele pode servir aos que concorrem nas eleições: dando o voto. A atenção de todo o texto é voltada para os candidatos, com espaços de visibilidade positiva ou negativa que não se opõem às posições de desempenho nas pesquisas. A coluna parece pensar o processo eleitoral olhando para os grupos políticos que negociam o poder. “Geraldo Alckmin tem um baixo nível de intenção de votos para quem já governou por quatro vezes o maior colégio eleitoral do país” (Leitão, 2018f). Depois, Míriam Leitão torna a citar como Alckmin está em desvantagem em comparação com Marina Silva, que “tem estado consistentemente com boa pontuação nas pesquisas apesar de ter tido anos de pouca exposição” (Leitão, 2018f), e com Ciro, que “também esteve por muito tempo longe dos holofotes” (Leitão, 2018f) e, apesar disso, “tem pontuação igual à de Alckmin que esteve até dias atrás à frente do governo de São Paulo, endereço de 22% do eleitorado” (Leitão, 2018f). O (e)leitor é sugestionado a avaliar que Alckmin não soube tirar proveito eleitoral do período em que foi governador em São Paulo – visado na coluna pelo volume do eleitorado brasileiro –, mas não propõe uma reflexão sobre o que significa, para o eleitor, optar por um candidato em vez de outro.

A coluna informa: “O ex-ministro Joaquim Barbosa teve boa pontuação para quem nunca concorreu e ainda nem definiu sua candidatura” (Leitão, 2018f). Mas essa constatação não é explorada, ignorando a questão subjetiva do que levaria o (e)leitor a pretender votar no ex-ministro que “nunca concorreu” (Leitão, 2018f); ao contrário disso, a coluna da jornalista Míriam Leitão atem-se ao cálculo instrumental das intenções de voto.

O texto ainda dedica dois parágrafos a discutir o favoritismo do PT nas pesquisas, sem em qualquer momento levantar questões sobre o porquê da postura da maioria dos eleitores entrevistados pelo instituto de pesquisa:

> O ex-presidente Lula continua o favorito em qualquer cenário em que esteja, mesmo caindo de 37% para 31%. No meio, entre uma e outra pesquisa, ele foi preso e subiu o número dos que acham que ele não será candidato. Dentro do PT, havia quem tivesse expectativa de que ele crescesse ao ser preso, por uma reação da população. Lula transformou a exposição, que seria só negativa, em comício e mobilização. Caiu na pesquisa, mas permanece líder de qualquer cenário em que esteja (Leitão, 2018f).

As conjecturas não alcançam o pensamento do eleitor e a investigação de suas intenções é desviada, na sequência do próximo parágrafo, em busca de decifrar quem será o beneficiário dos votos que seriam dados a Lula, sem sua candidatura:

> O que é difícil de medir é o seu potencial de transferência de votos. Dos entrevistados, 30% dizem que com certeza votariam numa pessoa apoiada por Lula e 16% dizem que talvez votassem. Entre seus apoiadores, o índice dos que seguem a sua indicação chega aos dois terços. Mesmo assim, tanto Jaques Wagner quanto Fernando Haddad, que podem ser esse candidato, têm um percentual mínimo, de 2% a 3%, de intenção de voto. Nenhum dos dois é visto como o candidato que pode vir a ter o apoio de Lula. No comício antes de ir para a prisão, Lula falou pouco de Fernando Haddad, não citou o ausente Jaques Wagner, e destacou Manoela D'Ávila e Guilherme Boulos. Mas para o eleitorado consultado ele ainda não tem herdeiro. Quem de fato cresce na perspectiva de Lula não ser candidato, em todos os cenários, é Marina, seguida de Ciro (Leitão, 2018f).

A coluna de Míriam Leitão ainda avalia o desempenho de Jair Bolsonaro, que "teve um ligeiro aumento na pesquisa espontânea, para 11%, o que é um excelente número para espontânea", e dos potenciais candidatos do governo federal:

> O presidente Michel Temer e o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles não saem do 1%, apesar da força da máquina e do que apresentam como legado a defender. Eles apostam na ideia de que a economia poderá carregar o candidato governista (Leitão, 2018f).

A ideia que então é desenvolvida na coluna faz um comparativo entre feitos do governo a que pertencem Temer e Meirelles, que "não saem do 1%, apesar da força da máquina e do que apresentam como legado a defender" (Leitão, 2018f), e defeitos do governo anterior do Partido dos Trabalhadores (PT), que apostava na candidatura de Lula, para quem o eleitorado destina maior intenção de votos, segundo a coluna:

> A economia de fato melhorou. O país estava numa queda de 3,5%, e agora o que se discute é se estamos num ritmo de 2,5% ou de 3% de crescimento. A inflação que chegou a dois dígitos no governo Dilma, está há nove meses abaixo do piso da meta. São vitórias, sem dúvida. O problema é que o desemprego é alto, a recuperação é lenta, a renda está estagnada, a inadimplência ainda aperta as famílias. Quem jogou o país nessa crise foi o governo do PT, e quem está tirando é a equipe de Temer. O problema é que não há ainda a sensação de bem-estar econômico que poderia render voto. O PT aproveitará o tempo que passou desde a queda da ex-presidente Dilma para jogar toda a culpa da crise no atual governo (Leitão, 2018f).

A coluna de Míriam Leitão dá elementos para dissuadir o (e)leitor da intenção de votos no PT sem promover uma discussão sobre as motivações da maioria do eleitorado que manifesta preferência de voto pelo candidato do partido, sobre o qual a coluna se posiciona contrária, sugerindo não haver espaço no texto para o debate de visões, mesmo que para, ao final, a jornalista se posicionar diante delas; não há visão discordante.

A coluna do mês de maio, "O mar da dúvida", se orienta pelo vácuo manifestado pela pesquisa em que o texto se subsidia:

> A eleição será definida pelos que não indicaram até agora a sua preferência. E é um mar de gente. Entre os pesquisados, 46% não têm candidato, e 21% preferem o voto nulo ou branco. Para onde vão esses dois terços do eleitorado? Os sem candidato podem se distribuir como os que já escolheram ou ir majoritariamente para um dos participantes. O não voto pode se decidir ou crescer (Leitão, 2018g).

É quando a maior parte do eleitorado pesquisado dá sinais de que não está disposta a corresponder ao rito de consumo de um dos candidatos divulgados em uma lista de produtos para as eleições na qual pode descrever vantagens e desvantagens no mercado do jornalismo especializado – o qual apresenta-se capaz de informar o (e)leitor sobre as melhores e as piores opções pelas quais ele poderia se decidir – que a coluna parece atribuir importância ao pensamento deste eleitorado. Se na coluna anteriormente analisa a preocupação instalada na primeira frase era a incerteza sobre "quem estará na urna" (Leitão, 2018g), lançando foco sobre os possíveis candidatos, agora, diante da falta de expectativa de consumo por parte do eleitor quanto às candidaturas propagandeadas, a jornalista Míriam Leitão reconhece que "essa sensação de espaço vazio ajuda a pensar no que quer o eleitor de 2018" (Leitão, 2018g). Muda-se, com isso, a exposição dos candidatos. Para o PT, merecedor de dois parágrafos na coluna "Incertezas até o voto", duas linhas em momentos distintos: "O líder das pesquisas, Lula, é inelegível" (Leitão, 2018g) – dito em um contexto no qual também são apresentados os segundo e terceiro colocados para dar dimensão da indefinição – e "A economia melhorou diante do quadro deixado pelo governo Dilma" (Leitão, 2018g) – em um contexto parecido com a comparação entre o governo da época e o anterior a ele, feita na coluna de abril, só que desta vez, ao contrário de, sob a perspectiva de Temer e Meirelles, identificar que "o problema é que não há ainda a sensação de bem-estar econômico que poderia render voto" (Leitão, 2018g), instrumentalizando o eleitor por meio do voto que, se conquistado, caso o "problema" seja superado, faz o interessado chegar ao poder; a coluna reflete sobre a questão a partir da

leitura do (e)leitor: “Isso não significa que se deve apoiar o governo atual, nem que se possa entrar em alguma aventura que revogue o que foi feito. Os acertos na economia dos últimos dois anos vão balizar o caminho” (Leitão, 2018g). O caminho, fica subentendido, é o percurso em aberto que o (e)leitor vai construir ao caminhar até chegar à urna.

Se na coluna de abril, “Incertezas até o voto”, Míriam Leitão concluía pela “incerteza em torno do que acontecerá até o dia do voto” (Leitão, 2018f), na coluna de maio, “O mar da dúvida”, a jornalista considera que “candidatos e eleitores ainda estão mergulhados em um mar de dúvidas” (Leitão, 2018g), concluindo pela necessidade de tratar do processo eleitoral conjugando a esfera oficial – composta por instituições partidárias, governos, Estado, institutos de pesquisa, imprensa, mercado – com os indivíduos da sociedade para os quais, em tese, tal esfera deveria estar comprometida em um pacto verdadeiramente democrático.

3.2.5 *“O meio de Marina”*

A coluna intitulada “O meio de Marina” foi publicada no dia 15 de junho de 2018 e faz parte de um pequeno grupo de colunas publicadas no mês, de maneira dispersa e incompleta, em termos de não abranger todo o conjunto de candidatos. A título de contextualização, esta foi a primeira publicação do tipo; em 24 de junho foi publicada a coluna “Ciro e o tempo”; e no dia 27 de junho, “Tentativa de Meirelles”. Depois do início da campanha, na segunda metade de agosto, a jornalista Míriam Leitão publicou uma sequência diária envolvendo cinco das candidaturas que à época mais despontavam nas pesquisas: “Velho e novo na proposta do PT” (22 de agosto de 2018); “Ciro: intervenção e criatividade” (23 de agosto de 2018); PSDB: agenda reformista é real? (24 de agosto de 2018); “PSL: o liberal e o capitão” (25 de agosto de 2018); “Rede: metas altas em busca de lastro” (26 de agosto de 2018). A diferença dos dois momentos se deve ao fato de que, durante o período eleitoral, é recomendado à imprensa o tratamento isonômico aos candidatos de mesma expressão eleitoral[17], o poderia ajudar ao esclarecimento do leitor na medida em que serve a ele todas as opções.

17 O Comitê Jurídico da Associação Nacional de Jornais(ANJ)elaborou cartilha disponibilizada na internet (“Eleições 2018: Orientações aos Associados da ANJ”), em que dizia: “Embora os jornais não estejam submetidos às mesmas regras de isonomia aplicadas às emissoras de rádio e TV, a ANJ recomenda aos veículos que busquem dar tratamento equânime às candidaturas. Isso não significa espaços de divulgação idênticos. Esse

A escolha temática das colunas de junho que tratam, cada uma, de um dos três candidatos (Marina Silva, Ciro Gomes e Henrique Meirelles), sem que obedeça a um critério eleitoralmente isonômico, ajuda a derrubar a ideia de busca por imparcialidade que a jornalista Míriam Leitão e o Grupo Globo afirmam perseguir, quando analisam o *modus operandi* do próprio trabalho. Isso permite, em termos formativos, detectar um conjunto de preferências da coluna sem a cortina de isenção que o discurso de imparcialidade procura mascarar. Para o (e)leitor assíduo da coluna, a escolha dos três nomes, por parte da coluna, pode servir como oportunidade para questionar a ausência de temática que privilegie outros perfis em disputa; para o (e)leitor alheio à ausência dos demais, a coluna pode caracterizar-se como um espaço a mais de propaganda para as três candidaturas. Assim, fica entreaberta uma janela que põe à mostra contradições dos princípios editoriais defendidos pelo Grupo Globo, sobretudo em relação à análise e opinião sobre os fatos "com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas" (O Globo, 2018).

O assunto da candidatura de Marina Silva é discutido não exatamente a partir da candidata. O início da coluna diz: "Os dois economistas da campanha da Marina acham que a primeira urgência é a reforma política" (Leitão, 2018h). E segue sugerindo o contraditório aos mesmos: "Mas não mostram como isso melhoraria a governabilidade numa eventual administração Marina" (Leitão, 2018h). A candidata aparece como um terceiro sobre quem se fala em uma conversa. Repetindo a mesma fórmula, a coluna da jornalista Míriam Leitão continua: "Falaram em rever a regra do teto, e não deixaram claro o que pôr no lugar" (Leitão, 2018h). E concluiu o primeiro parágrafo apresentando nominalmente os economistas, que no momento posterior apresentam-se misturados à figura de candidatos cogitados à Presidência da República: "André Lara Resende e Eduardo Giannetti em seus textos e análises mostram visão ampla da sociedade, mas nenhum tem apetite para estar no governo" (Leitão, 2018h). Não é do apetite da candidata Marina Silva para estar no governo que se fala, embora seja o nome dela, e não dos dois economistas, que ajuda a denominar o título da coluna.

Sem mencionar a candidata, o segundo parágrafo retoma brevemente a urgência da reforma política e acrescenta, em ordem de importância, a crise fiscal; isso segundo os dois economistas, para os quais o terceiro e quarto parágrafos também dão voz às propostas de

---

tratamento equânime, evidentemente, ocorrerá entre candidaturas com a mesma expressão eleitoral" (ANJ, 2018, p. 12).

governo, mas não fica explícito que são propostas para um virtual governo de Marina Silva. A disposição das ideias dá a entender que a coluna da jornalista Míriam Leitão vai buscar no meio em que está a candidata Marina Silva a visão de dois economistas a serviço da campanha eleitoral para consultar o que pensam ambos para um genérico governante ideal para o Brasil:

> Defendem acabar com a reeleição já para o próximo mandato e fazer as eleições legislativas um pouco depois da presidencial, para permitir ao governante organizar sua base. Citam o caso francês de Emmanuel Macron que, mesmo sem ter partido, conseguiu formar uma coalizão de governo porque ao ser eleito acabou atraindo votos para os parlamentares que sustentariam sua administração. Mesmo se isso funcionar no Brasil não será para o próximo governante, que terá que lidar com o Congresso a ser eleito este ano, com regras que desestimulam a renovação (Leitão, 2018h).

O próprio comentário na voz da jornalista, que contrapõe-se ao ponto de vista dos economistas, ao final, revela que Míriam Leitão também fala de um governante genérico, o que, somado à maneira com que é trazida a visão dos economistas, causa a sensação de que o assunto se descolocou do olhar sobre uma candidatura específica – a de Marina Silva – para debater as qualidades ideais de quem quer que seja o vencedor do processo eleitoral. Assim é o tom praticado no quarto parágrafo:

> André Lara e Giannetti defendem o agronegócio como um setor dinâmico e de desenvolvimento tecnológico. Ao mesmo tempo, alertam que se os empresários do setor não protegerem a Amazônia não terão chuvas no Cerrado para seus cultivos. Na verdade esse equilíbrio entre produção e proteção é até mais amplo. O próprio Cerrado não pode ser desmatado. O problema é que não existem muitos produtores querendo ouvir uma proposta assim, a julgar pela pauta da bancada ruralista no Congresso (Leitão, 2018h).

As contradições são apresentadas de maneira superficial e só depois de discutir as bases para uma ideia de governante ideal que Marina é inserida no texto como questão central, o que será sucedido, novamente, por outra travessia em que os economistas falam a partir de suas próprias visões:

> Marina desde 2010 tem dito que é preciso buscar na economia um ponto longe da polarização que opõe equilíbrio fiscal à política social ativa. Há quem entenda que ela defende ajuste nas contas públicas por ter de se render ao "mercado". Na verdade, é se render à lógica. A estabilidade da moeda não fica de pé no meio do descontrole, e a inflação fere mais os pobres. André e Giannetti defenderam esse ponto do meio entre fiscalistas e gastadores (Leitão, 2018h).

A lógica da qual a coluna da jornalista Míriam Leitão parte (“Na verdade, é se render à lógica”) para retrucar um juízo genérico feito sobre a candidata Marina (Há quem entenda que ela defende ajuste nas contas públicas por ter de se render ao “mercado”) é a própria lógica de mercado. Nesse sentido, a tentativa do texto em desdobrar um significado em dois, como se ganhasse outro olhar para a questão, é uma repetição da mesma visão – o que demonstra positividade para, em vez de crítica ou reflexão, persuadir o leitor para um único horizonte de possibilidade. O parágrafo é finalizado com o retorno aos dois economistas, cuja defesa de “ponto do meio entre fiscalistas e gastadores” (Leitão, 2018h) sugere o que, ao final da coluna, desencadeia na fusão de ambos com a candidata para localizar “o difícil caminho do meio num país polarizado” (Leitão, 2018h).

A sobreposição da candidatura de Marina Silva às vozes dos economistas, que na introdução do texto se posicionam como especialistas julgando tecnicamente uma questão de seu domínio, dá certa autoridade econômica à candidata. E se a coluna se apropria da voz dos economistas a serviço da campanha para discutir propostas no lugar da candidata, a voz dos mesmos é utilizada para – observada a falta de diálogo de Míriam Leitão com o discurso dos dois – substituir a própria voz da jornalista no parágrafo de conclusão da coluna, em que os dois economistas fazem críticas a projetos adversários:

> A estratégia da candidata da Rede, expressa pelos dois economistas, é ficar longe dos polos. “Marina é a única com possibilidade de unir o Brasil. Bolsonaro e Ciro têm a guerra na alma”, disse Giannetti. Ele também criticou a proposta de Ciro de estabelecer um teto para o pagamento de juros. “Isso é calote”. André defendeu o Bolsa Família, mas quer mais medidas de inclusão através da educação. Em privatização se dizem “não dogmáticos”. Eletrobras, sim, Petrobras, não, por ser um monopólio de fato. Os dois economistas da campanha de Marina buscam o difícil caminho do meio num país polarizado (Leitão, 2018h).

Na última linha do texto, a jornalista Míriam Leitão reassume o comando de voz para interpretar a posição dos “dois economistas da campanha de Marina” (Leitão, 2018h) – diante de críticas a outros candidatos mencionados, sem réplica da jornalista para afirmações como a de que “Marina é a única com possibilidade de unir o Brasil” (Leitão, 2018h), “Bolsonaro e Ciro têm a guerra na alma” (Leitão, 2018h) e que “é calote” (Leitão, 2018h) uma das propostas de Ciro – como o caminho do meio entre polos, o “único” (Leitão, 2018h) caminho contra a polarização, já que quando Míriam Leitão cede lugar de fala aos economistas, na

conclusão, deixa subentendido que consente, buscando na mediação da fala dos economistas um meio para sua própria expressão.

3.2.6 *"Em tempo de eleição"*

No primeiro dia de julho, mês de início do período definido pelo Tribunal Superior Eleitoral para realização das convenções partidárias (20 de julho), em que os partidos escolheram oficialmente os candidatos que disputariam a Presidência da República nas eleições gerais de outubro de 2018, a coluna da jornalista Míriam Leitão enfocou temas apontados como alguns dos principais a serem considerados para se pensar sobre o país. "O Brasil tem imensos problemas e nenhum momento é melhor do que o ano eleitoral para pensar neles" (Leitão, 2018i), diz o começo do texto cujo título é "Em tempo de eleição". A introdução faz uma curta exposição de quais assuntos elencados ocuparão a discussão de toda a coluna:

> A população carcerária aumentou 707% em 26 anos e a segurança piorou. Mais da metade do esgoto do país não é tratado. Na educação, 55% das crianças com oito anos são analfabetas. A concentração de renda no Brasil é maior do que se pensava. Esses são apenas quatro dos temas principais (Leitão, 2018i).

A condução do texto pelo jornalista a partir da ideia de que o momento eleitoral é oportuno para se pensar em questões importantes do país convida o (e)leitor à reflexão sobre pontos que a coluna de Míriam Leitão julga principais para contribuir com o debate eleitoral a ser feito pela sociedade por ocasião das eleição. Reforça essa consciência ao dizer: "Em época de eleição temos que discutir solução para esses e outros problemas brasileiros" (Leitão, 2018i). É a primeira dentre as colunas analisadas até aqui em que não é tratada esta ou aquela candidatura, este ou aquele candidato. A palavra "candidato" sequer é mencionada, fugindo ao molde de discussões políticas (verificado na própria amostragem de colunas analisadas nesta pesquisa) em que o jornalismo por vezes orbita em torno de políticos, como se esses personagens fossem a base que sustenta e o principal foco para o qual a se mirar em uma reflexão sobre a política, reduzindo seu sentido maior que envolve toda a sociedade à observação dos agentes no poder ou que têm a intenção de assumi-lo.

Míriam Leitão, no texto, conversa em primeira pessoa diretamente com o leitor: "Escolhi esses assuntos para dedicar os programas de junho na Globonews. Deles saíram

dados tão interessantes que quis dividir aqui com os leitores da coluna" (Leitão, 2018i). E apesar de falar sobre dados, a jornalista conjuga estatísticas com experiência ao discutir a violência. Primeiro, a voz do especialista:

> O sociólogo Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, mostrou que em 1990 a população carcerária era de 90 mil brasileiros, em 2016 havia saltado para 726 mil. E quem são os presos? Jovens de 25 a 29 anos são 25%. Pretos e pardos são 64% (Leitão, 2018i).

A análise do sociólogo de que "Precisamos oferecer proteção para os mais vulneráveis para que isso resulte na proteção da sociedade como um todo. Precisamos ir às áreas onde o conflito é mais intenso" (Leitão, 2018i) é enriquecida pela experiência de outro convidado do programa, "o jornalista Edu Carvalho, de 20 anos, do *site* Favela da Rocinha" (Leitão, 2018i). A citação direta da fala do jornalista é introduzida pela coluna como "reflexão" diante dos números apresentados: "Diferentemente de uma pessoa que estuda esses dados e tem um certo distanciamento, eu me defronto com eles e tenho medo. A pergunta que me faço é em que curva eu 'errei' para conseguir fugir da estatística? (Leitão, 2018i)". A jornalista Míriam Leitão não propõe resposta à pergunta do jornalista Edu Carvalho, o que – reforçando o sentido de reflexão com que é anunciada, no texto, a fala do jovem que "vive" os números informados pelo especialista – oferece ao leitor a possibilidade de trilhar um caminho que a coluna não lhe entrega pronto, mas encoraja-o à caminhada.

A coluna repete a fórmula nos outros tópicos da discussão apresentada de início, mas não inclui elementos que traduzam a experiência social que está por trás dos números, como no caso do jornalista Edu Carvalho, que "diferentemente de uma pessoa que estuda esses dados e tem um certo distanciamento" (Leitão, 2018i), afirma se defrontar com eles e ter medo. Evidentemente que Míriam Leitão inclui seu ponto de vista na discussão ciente dessa contribuição experiencial, mas ela só é possível por haver no jovem uma habilitação técnica (jornalista do *site* Favela da Rocinha) que justifica sua composição ao debate "especializado". Quanto a isso, também é necessário considerar que o uso de vozes da população pode ser manipulado de maneira instrumentalizada para endossar ou refutar avaliações, o que adverte sobre um padrão jornalístico pautado no recorte de experiências de indivíduos em uma sistemática pseudoformativa.

A coluna constrói nas análises dos especialistas sobre os temas discutidos uma realidade de contradições, por exemplo, quando examina a desigualdade social na distribuição de renda:

> A concentração de renda no Brasil é maior do que tem sido medida. Os novos estudos cruzam as pesquisas do IBGE com dados do Imposto de Renda dos mais ricos. Um dos pesquisadores é o jovem Pedro Ferreira de Souza, do Ipea. A conclusão dele é que o 1% mais rico no Brasil detém 23% da renda. Na França é 11%. Na maioria dos países é 15%. Katia Maia, da Oxfam, uma Ong inglesa que está no Brasil há 60 anos, disse que se for mantido o ritmo da diminuição da desigualdade de salários entre brancos e negros dos últimos 20 anos a paridade salarial ocorrerá em 2089. Como resolver isso? Os dois acham que é preciso ir nos impostos e ver de onde vêm os recursos públicos e para onde vão (Leitão, 2018i).

A coluna reproduz a opinião de Priscila Cruz, da organização da sociedade civil sem fins lucrativos "Todos pela Educação" para discutir a situação da área da educação: "A maior vergonha do Brasil é que 55% dos alunos de 8 anos são analfabetos" (Leitão, 2018i). O "dado terrível" (Leitão, 2018i) é combinado no texto com o que a jornalista Míriam Leitão avalia como dados bons: "em 1990, apenas 25% dos jovens chegavam ao ensino médio, agora de 75% a 80% chegam. De 2005 a 2014 triplicou o gasto por aluno no ensino médio. Há também muitos casos de sucesso que podem ser multiplicados (Leitão, 2018i)".

O texto, que ainda discute os problemas relacionados ao saneamento básico – "Mais da metade do esgoto brasileiro não é tratado e isso equivale a 5.556 piscinas olímpicas por dia de rejeitos, de acordo com o Trata Brasil. Os números são ruins e mostram desigualdade" (Leitão, 2018i) –, é finalizado com a defesa da importância das reflexões, aproveitando-se a ocasião eleitoral:

> Em segurança, desigualdade, educação e saneamento há muito fazer. Em época de eleição temos que discutir solução para esses e outros problemas brasileiros. Que nos próximos meses o país aproveite as eleições para se debruçar sobre tudo o que tem impedido o nosso desenvolvimento (Leitão, 2018i).

A consideração final não envolve um ponto de chegada, e sim alerta para a atenção que a sociedade por inteiro ("temos que discutir", "Que o país aproveite as eleições para se debruçar sobre o que tem impedido nosso desenvolvimento") deve empregar para refletir sobre as questões principais da sociedade, para além da dimensão partidária que, no contexto jornalístico, sobretudo opinativo, pode simplificar a relevância do processo eleitoral, dando ao (e)leitor a impressão de que basta se decidir por um candidato em vez de outro, como se a

reflexão do indivíduo sobre sua realidade social não deveria, antes da escolha do nome em que votar, estar comprometida com a consciência das contradições da sociedade brasileira que qualquer governante precisa enfrentar.

3.2.7 *"País no qual vices governam"*

A coluna da jornalista Míriam Leitão publicada no jornal "O Globo" em 2 de agosto, "País no qual vices governam", faz uma retrospectiva histórica sobre a atuação de vice-presidentes no Brasil desde 1954. O problema para o qual o texto constrói uma resposta é dado no final do primeiro parágrafo, quando já está posto que desde o fim da Ditadura Militar três vice-presidentes passaram a governar no lugar dos presidentes: "Por que num país em que há tanta chance de um vice assumir, por bons e maus motivos, pessoas recusam o posto?" (Leitão, 2018j).

A resposta, dada na linha final da coluna, é de que "dificuldades de ter o vice simbolizam as agruras para formar alianças com partidos que querem estar junto do vencedor na mais imprevisível das eleições brasileiras (Leitão, 2018j)". O texto elabora uma hipótese para a contradição que elege no começo e ela está ligada ao fisiologismo de partidos políticos, que a jornalista critica:

> O candidato busca um que agregue votos e tempo de televisão. Os pretendentes ao posto querem apostar no vencedor. Quem está na coalizão eleitoral que perder a eleição pode ser o último a entrar na coalizão de governo. E partidos como o MDB e os do centrão gostam mesmo é de estar no governo, seja qual for ele. O MDB, que não tinha candidato a presidente desde Orestes Quércia, em 1994, tem Henrique Meirelles e quase nenhuma chance de ganhar a eleição. Por isso, pode disputar com chapa própria agora e depois se juntar com quem for eleito este ano, usando o argumento da importância de garantir a governabilidade (Leitão, 2018j).

O esquematismo descrito por Míriam Leitão não compreende todos os arranjos de candidatura; a coluna da jornalista ilustra o caso de cinco delas ao falar que "o que se vê no país é uma luta para escolher o vice dos presidenciáveis faltando apenas 14 dias para o registro das chapas, no dia 15 de agosto, e 66 dias para as eleições" (Leitão, 2018j). Cita Álvaro Dias, que divulgou o nome na véspera, e outras quatro candidaturas que identifica como "mais competitivas" (Leitão, 2018j) (Jair Bolsonaro, Marina Silva, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin) que ainda não haviam fechado.

Ideias presentes no texto como a de que "os candidatos, mesmo os bem pontuados, têm encontrado dificuldade em compor a chapa" (Leitão, 2018j), e a pergunta de "Por que ninguém quer o cargo?" (Leitão, 2018j) passam uma noção de totalidade decorrente do recorte que a coluna faz do fenômeno detectado – isto é, da composição de chapa como "balcão de negócios" (Leitão, 2018j), para utilizar um jargão da prática política fisiologista – sobre o contexto geral de escolhas para composição de chapa, onde também são estabelecidas escolhas por afinidade ideológica entre políticos e suas siglas partidárias.

A limitação da crítica feita pela coluna coopera para a manutenção do sistema político em que o fisiologismo se dá porque, apesar de depreciar a lógica de interesses próprios (ao contrário do interesse público), não oferece para o (e)leitor subsídios de reflexão que o levem a pensar sobre qual situação seria desejável para a composição de um projeto de governo para o país. Nesse sentido, a crítica superficial é repassada ao (e)leitor da coluna pela ausência de elementos formativos capazes de expor-lhe uma contradição no modelo exercido para tirar vantagem que se apropriado lugar da verdadeira prática política. A superficialidade crítica presente em conteúdos jornalísticos como a coluna "País no qual vices governam", aqui analisada, alimenta esse esquema corrompido de poder que desilude o cidadão informado pelos jornais porque ela mostra a prática fisiologista fundida à própria noção de política. Embora comporte elementos que possam gerar mau humor nos (e)leitores, a crítica não fornece horizonte no qual o indivíduo possa almejar de um governante a postura verdadeira de representante do povo, como se o quadro apresentado não pudesse ser superado, como se, não havendo argumentos dos quais o (e)leitor possa se valer para cobrar de seus representantes (ou daqueles que pleiteiam essa posição) a postura que melhor traduza a política em uma democracia, restasse para o jornalismo: a crítica ao que se tem e – por força da conquista democrática do voto – se continuará a ter; e para os consumidores desse jornalismo: a insígnia não exatamente de cidadãos críticos, mas de superficialmente críticos.

3.2.8 *"Na economia há pontos em comum"*

Na coluna da jornalista Míriam Leitão publicada em 1º de setembro de 2018, "Na economia há pontos em comum", o texto diz de uma "saudável convergência entre algumas propostas econômicas" (Leitão, 2018k) dos candidatos que concorrem em um processo eleitoral "com tantos conflitos e tanta incerteza". A palavra "saudável", na primeira linha da coluna, sugere que o trabalho de comparação de propostas a que se propõe o texto é resultado

da costura entre proposições alinhadas com o que a jornalista julga ser bom para a área econômica. “Os candidatos mais competitivos, e seus economistas, têm falado da reforma da Previdência, em criar uma taxação sobre dividendos e em reduzir as renúncias fiscais” (Leitão, 2018k). A delimitação da análise abrangeu os programas de governo dos cinco candidatos à Presidência da República “com maior percentual de intenção de votos nas pesquisas” (Leitão, 2018k). Portanto, a pouco mais de um mês do primeiro turno das eleições gerais de 2018, a coluna de Míriam Leitão se dirige à maioria do eleitorado para fazer um tipo de comparação entre as opções de candidatos. Como ela explica que as propostas “não são iguais, contudo, e o risco mora nos detalhes” (Leitão, 2018k), subentende-se que há critérios usados pela jornalista para avaliar a qualidade das posições de cada candidato frente aos temas recortados pela coluna.

Das três questões apresentadas, a primeira é a reforma da Previdência, e a coluna começa a discussão dos pontos convergentes, contraditoriamente, criticando a divergência de um dos partidos analisados no texto:

> De todos os cinco partidos com maior percentual de intenção de votos nas pesquisas, só o PT não defende uma reforma na Previdência que inclua a idade mínima. O partido fala muito superficialmente sobre o assunto e não dá ao tema a urgência que ele deve ter (Leitão, 2018k).

Se a reforma da Previdência, segundo a jornalista, requer uma urgência que o tema “deve ter”, a imposição interrompe o que poderia dar lugar à justificativa de por que a reforma da Previdência é tema de urgência. A necessidade da reforma é posta como verdade categórica, de tal forma que a posição destoante do PT, que a coluna diz ser superficial, nem é exposta, e os elementos dados ao (e)leitor são esvaziados quanto à capacidade de fazer pensar: em vez de o indivíduo que lê a coluna concluir ou não pela urgência da reforma e pela superficialidade que o PT dá ao tema, concordando com a colunista ou não, é como se o texto já trouxesse a conclusão pronta, sem o acompanhamento do raciocínio que culmina nela.

Se o assunto da reforma previdenciária, como escreve a jornalista Míriam Leitão, “sempre foi considerado tóxico para uma campanha eleitoral” (Leitão, 2018k), é por não desfrutar de popularidade com o eleitorado e, então, sofrer objeção do eleitor. Tal constatação reforça a ideia de que, enquanto favorável à reforma, a coluna precisa expor os motivos que levam o texto a defendê-la, do contrário também incorre no problema de inconsistência do qual o PT é acusado na discussão sobre reforma da Previdência: o que de fato o partido diz a

respeito? Por que a coluna discorda? São esclarecimentos que trariam para o (e)leitor mais condições de reflexão do que a substituição destes esclarecimentos por juízos como o de que a explicação do partido é superficial e que a reforma é urgente.

Quando prossegue trazendo a posição dos demais candidatos, Míriam Leitão diz que "Ciro, Marina, Alckmin e Bolsonaro admitem que é preciso fazer uma reforma da Previdência que tenha, em algum momento, a mudança para o regime de capitalização" (Leitão, 2018k) e que "a diferença entre eles é quando o novo regime de contas individuais de aposentadoria começa a valer" (Leitão, 2018k). A partir de então, a coluna detalha que:

> Ciro Gomes propõe uma redução do atual teto do INSS para quem está contribuindo com indenização através de um título resgatável no futuro e quer que essa travessia de um para outro sistema comece a ser feita. A dúvida sempre foi o custo dessa travessia. Sabe-se que é alto e crescente (Leitão, 2018k).

Afora Ciro Gomes, nada é problematizado quanto aos demais que possa dar ao (e)leitor margem de comparação, restando apegar-se ao fato de que defendem uma reforma "que tenha, em algum momento, a mudança para o regime de capitalização" (Leitão, 2018k). E embora reconheça que o assunto "entrou no debate" (Leitão, 2018k), a jornalista afirma no texto que não está claro "como, quando e de que forma trabalhar pelo reequilíbrio do sistema de pensões e aposentadorias" (Leitão, 2018k). Diante do fato de que nem a coluna apresenta uma proposta, a reflexão da própria limitação da jornalista em oferecer respostas – uma autocrítica – daria dimensão de que pode ser que ainda não haja. Da forma que o texto trata o impasse faz parecer que há uma falha nas propostas dos candidatos, e não a possibilidade de a sociedade estar diante de um desafio sem resposta pronta.

A interação entre o pensamento dos candidatos é praticada na discussão sobre a renúncia fiscal, embora haja uma distorção em relação ao PT, que não aparece vinculado pela proposta que a candidatura do partido apresenta sobre o tema – é mencionado por, estando à frente do governo, no passado, ter aumentado "muito" a renúncia fiscal:

> Os programas dos cinco candidatos com mais chance de estar no segundo turno defendem a redução da renúncia fiscal. Uma conta que aumentou muito, principalmente nos governos do PT. Ciro propõe um corte linear de 15%. Bolsonaro tem proposta mais radical. Alckmin e Marina falam em analisar os programas para reduzir o gasto tributário. O pior problema dessa despesa é que ela é crescente e vários programas se eternizam sem qualquer tipo de fiscalização ou avaliação de desempenho (Leitão, 2018k).

Nesse sentido, a coluna obstrui a proposta do PT para, em seu lugar, apresentar uma crítica não relacionada à proposta que o candidato do partido tem para a questão da renúncia fiscal, mas não é algo que caracteriza boicote à sigla partidária, já que há propostas contempladas em outras questões, como quando a coluna informa que "a reforma trabalhista é criticada parcialmente por Marina, seria revogada por Ciro e PT e seria mantida por Alckmin" (Leitão, 2018k), por exemplo.

No último parágrafo, Míriam Leitão recomenda ao (e)leitor "atenção ao que eles falam e escrevem" (Leitão, 2018k), porque "o risco mora nos detalhes" (Leitão, 2018k) e "há candidatos que propõem uma coisa e falam o contrário" (Leitão, 2018k), desconsiderando a atenção que o (e)leitor deve ter inclusive com o texto jornalístico, que pode ser um espaço que, ao invés de oferecer a possibilidade de desmascarar incoerências, aprofundá-las com um aparente discurso de convergência. As consequências da reforma da Previdência para o cidadão não são trabalhadas no texto.

3.2.9 *"A nova mulher que foi às ruas"*

Na coluna "A nova mulher que foi às ruas", publicada em 2 de outubro, a cinco dias das eleições, Míriam Leitão extrapola a fronteira da cobertura jornalística em seu caráter institucionalizado – dominante na prática jornalística de maneira geral e especificamente na amostragem das colunas analisadas nesta pesquisa – para tentar compreender, fugindo de uma ideia genérica de eleitor, a política em sua manifestação não partidária, não institucional, que parte do povo, fazendo cumprir-se o espírito democrático longe das questões administradas como a formalidade do voto.

> O movimento das mulheres conseguiu algo que os partidos de centro e de esquerda não alcançaram: levar para as ruas, com uma mesma ideia, eleitores de diversos candidatos que se opõem a Jair Bolsonaro. Era a união de centro-esquerda, que tanto defendem alguns políticos, em defesa de conquistas como democracia, liberdade, respeito às mulheres, combate ao racismo e à homofobia. Essa foi a ideia que predominou e é por isso que as cores presentes eram muitas, inclusive o vermelho do PT (Leitão, 2018l).

É da ação espontânea de mulheres que foram às ruas no sábado anterior à terça-feira da publicação da coluna que a jornalista convida o (e)leitor à reflexão sobre o agir politicamente, para além das eleições e da política partidária, situando o indivíduo que assume

a luta social como protagonista político e como caminho de transformação da realidade e o distanciando da dominação sobre massas de eleitores que é exercida por um agente político ou movimento partidário, como verificado nas manifestações de domingo, dia seguinte à ida das mulheres às ruas:

> As passeatas do fim de semana não foram equivalentes. Uma é mais forte do que a outra, e não me refiro apenas ao número de pessoas. Não é quantitativa apenas a diferença, é qualitativa. As manifestações das mulheres se projetam para além das eleições e começaram antes da atual disputa. Representam a emergência de um fenômeno novo que é o protagonismo das mulheres, a causa feminista. As passeatas a favor de Jair Bolsonaro foram reativas, uma reação ao que houve no sábado. Representam o que sempre acontece em eleições, em que os candidatos que mais mobilizam eleitores conseguem fazer demonstrações disso (Leitão, 2018l).

A primeira coluna de Míriam Leitão do mês de outubro de 2018, em que ocorreriam as eleições presidenciais, aproveitou-se de acontecimentos do fim de semana anterior à publicação para expor contradições estruturais do poder hegemônico na sociedade:

> As fotos de uma e de outra manifestação já revelam a diferença. Em uma, há a predominância de mulheres, muita diversidade e nenhum partido específico no comando. Nas de Bolsonaro, a maioria era de homens, em geral brancos, e que a pé ou de carro gritavam os slogans em favor do seu candidato (Leitão, 2018l).

A leitura da coluna proporciona ao (e)leitor a possibilidade de distinguir os métodos convencionais do processo eleitoral que capturam a consciência do eleitor para instrumentalizá-la, a serviço do projeto político de um grupo:

> O #EleNão é um movimento. A passeata pró-Bolsonaro é o que pode ocorrer em qualquer eleição, quando os seguidores de um candidato vão demonstrar seu entusiasmo. O movimento das mulheres antecede a Jair Bolsonaro e é um fenômeno social que se espalha pelo mundo, tem parentesco com o #metoo e tudo o que representa o renascimento do feminismo em novas bases. As mulheres passaram por cima de ideologias para colocar as suas questões como parte central do debate (Leitão, 2018l).

O movimento feminista é evocado pela jornalista Míriam Leitão, na coluna "A nova mulher que foi às ruas", para demonstrar o verdadeiro sentido de representatividade que a sociedade deve buscar na ação política – ela emana dos indivíduos, em suas singularidades, e não de grupos que almejam o poder e, para tanto, adotam bandeiras em esquemas publicitários que se perdem da legitimidade de sua representação na sociedade, porque são traduzidos por práticas cujo propósito é o de conquistar consumidores de ideias

propagandeadas em função da finalidade desejada, que é o voto. Diz a coluna: "No século passado, os partidos de esquerda deixavam a causa feminista em segundo plano. Agora, as mulheres não permitirão que isso aconteça" (Leitão, 2018l).

A inversão que ressalta o protagonismo dos indivíduos sobre as instituições é mostrada em trechos como o que fala que "qualquer que seja o resultado desta eleição, as mulheres que estiveram na Candelária, no Largo da Batata, na Praça Sete, e inúmeras outras cidades brasileiras, carregarão o impacto dessa nova atitude" (Leitão, 2018l). O caráter espontaneamente popular é reforçado com a explicação de que "o movimento nasceu por acaso, de uma página feita por uma mulher que ainda nem sabe se vai votar. A adesão imediata de milhares e até milhões de mulheres veio da força da ideia no momento certo" (Leitão, 2018l).

Ainda com o propósito de extravasar a compreensão da política para além dos campos convencionados, a coluna contextualiza o movimento feminista pré-eleitoral como parte de uma mentalidade de transformações em curso por todo o mundo:

> Quem não entender a importância da mulher no século XXI não tem a menor chance de governar bem país algum do mundo. Na semana passada, uma delegação japonesa se espantou ao ver um homem trocando a fralda de um bebê no prédio das Nações Unidas. Era o marido da primeira-ministra da Nova Zelândia, que tirou licença para se dedicar inteiramente ao bebê, enquanto a mulher governa o país (Leitão, 2018l).

Em recuo histórico, Míriam Leitão localiza as manifestações atreladas a Bolsonaro com a mecânica instrumental de apoio de uma massa eleitoral provocada por seu candidato, observando que se trata de uma articulação datada que responde à demanda eleitoral:

> As multidões eleitorais são difusas e se dispersam rapidamente. Não há uma liga específica. O eleitorado de Collor de Mello, que o levou ao poder em 1990, virou fumaça quando seu governo entrou em crise. Ele convocou para as ruas os seus apoiadores e sugeriu que eles vestissem verde e amarelo. O país foi de preto pedindo a sua queda (Leitão, 2018l).

Ao final da coluna, a jornalista Míriam Leitão considera que "havia muitas divisões entre as mulheres que andavam juntas no sábado" (Leitão, 2018l) e que "elas se separarão nas urnas entre candidatos diferentes" (Leitão, 2018l). Propondo outro sentido para o fenômeno político que a jornalista observou ao longo de todo o ano, isto é, o processo eleitoral de 2018, a jornalista destacou um elemento unificador e duradouro, a despeito das diferenças do voto:

"E esse sentimento do novo, da mulher atual, permanecerá conosco para além das eleições, qualquer que seja o resultado" (Leitão, 2018l). O desfecho dá ao indivíduo a possibilidade de enxergar a eleição não como um fim, mas como etapa do caminho em construção da democracia, "para além das eleições" (Leitão, 2018l), que depende da ação de todos, e por isso ela implica a si e o (e)leitor ao dizer que o sentimento que levou as mulheres às ruas "permanecerá conosco" (Leitão, 2018l), além de situar a mulher no protagonismo político, identificando a luta feminista na contramão da política institucionalizada, na qual a mulher é sub-representada[18]. A discussão feita na coluna estende o olhar para além do *status quo* e, portanto, identifica na mobilização das ruas uma maneira de superação do quadro atual, algo que do ponto de vista formativo revela a intenção da coluna em proporcionar a emancipação das mulheres na realidade política machista.

3.2.10 *"Está tudo muito confuso, tá ok?"*

No sábado seguinte ao segundo turno das eleições, dia 3 de novembro, a coluna de Míriam Leitão se dedica a falar sobre a vitória de Jair Bolsonaro (PSL), eleito com 55,13% dos votos válidos, sobre o adversário Fernando Haddad (PT), que recebeu 44,87% dos votos válidos. A jornalista analisa os primeiros passos do governo escolhido pelas urnas para presidir o Brasil e considera para a análise o estilo da comunicação do presidente eleito, em que revela a ironia usada no título – "Está tudo muito confuso, tá ok?" – ao simular a fala de Bolsonaro para emitir uma crítica a ele.

> O presidente eleito Jair Bolsonaro gosta de uma comunicação de frases curtas, vocabulário estreito, ideias simples e uma interjeição final. O seu "tá, ok?" costuma se seguir a ideias controversas e é posto muitas vezes como uma prévia interdição ao contraditório (Leitão, 2018m).

Ao sinalizar para a falta do contraditório, um elemento necessário à formação que se pretenda para o "juízo independente e autônomo", como diz Adorno (2006, p. 80), Míriam Leitão indica o despreparo do presidente para o debate e o diálogo. Diante disso, a coluna observa que nos primeiros dias após o resultado que aclamou Bolsonaro presidente da

18 A sub-representação feminina na atividade política levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a publicar a Resolução nº 23.575/2018, que entre as mudanças determinou a destinação, pelos partidos, de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Partidário para financiamento de campanhas de candidatas mulheres. Recuperado de http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2018/RES235752018.html

República “tudo foi muito confuso” (Leitão, 2018m), entendendo ser “natural” (Leitão, 2018m), porque o governo ainda não começara, mas alertando sobre o comportamento autoritário – “A decisão de barrar jornais numa coletiva mostra autoritarismo” (Leitão, 2018m) – e de improviso – “A cena de Paulo Guedes e Sérgio Moro, na sexta-feira, desistindo da entrevista, em frente ao pelotão de jornalistas exibe o improviso” (Leitão, 2018m) – que demonstram um começo de pouca intimidade com a atitude democrática e certo amadorismo na condução de um mandato:

> Após o primeiro turno, em vez de falar com os repórteres como fazem todos os candidatos que vencem essa etapa inicial, Bolsonaro fez um *live* no *Facebook*. Ao vencer o segundo turno, teve que fazer três falas de vitorioso para cumprir de forma incompleta o ritual democrático de qualquer eleição, que é se comunicar com o país após as urnas. Sua primeira fala foi ainda de conflito, via *Facebook*. Na segunda, que foi mais organizada pelo esforço dos órgãos de imprensa que se uniram para isso, ele preferiu ler um texto em que faltavam pontos importantes, como uma palavra indispensável aos eleitores que não votaram nele. Na terceira, Bolsonaro voltou ao *Facebook* para completar o que havia esquecido (Leitão, 2018m).

A descrição dos lapsos do presidente eleito para com o simbolismo de se dirigir a todos os brasileiros nos momentos de vitória, tanto no primeiro quanto no segundo turno, acusam a incapacidade de Jair Bolsonaro para se comportar como governante de todos, inclusive da parcela da população que lhe é crítica, o que corrobora a postura autoritária de não saber lidar com o contraditório.

Antes de dispor mais elementos que dão conta do caráter autoritário do projeto de poder eleito que chegou à Presidência da República nas eleições de outubro de 2018, Míriam Leitão acrescenta que: “No meio de tudo isso, uma oração, que seria normal sendo feita internamente, mas exposta como primeira cena do governante eleito parecia revogar a sadia separação entre Igreja e Estado, um dos primados da Reforma Protestante de 500 anos” (Leitão, 2018m). A combinação de sinais autoritários com traços teocráticos assinala um cenário antidemocrático que remonta a tempos que se avizinham à Idade Média.

Os riscos à liberdade de imprensa são colocados em mais exemplos narrados pela coluna:

> Tem havido ruído demais em todos os canais de comunicação. Na entrevista do “Jornal Nacional”, ele teve oportunidade de se comprometer com a imprensa

> livre e deu duas informações no sentido contrário. Primeiro, que pretende usar as verbas publicitárias como forma de punir e premiar segundo o critério do que considera ser o papel da imprensa. Segundo, que escolheu como primeiro alvo a "Folha de S. Paulo" (Leitão, 2018m).

No ponto em que discute a chantagem do presidente eleito para com veículos de comunicação de massa que possam desempenhar postura crítica ao governo, a jornalista Míriam Leitão, ao reivindicar liberdade de imprensa, acaba por revelar a fragilidade dessa tal liberdade, que se existisse, não sofreria golpes como o por ela mesma citado, em que a questão econômica é decisiva para limitar as fronteiras da imprensa livre; indica que o poder econômico é quem determina até onde a imprensa pode ir.

Na coluna que descreve os primeiros dias após a vitória de Jair Bolsonaro em segundo turno, Míriam Leitão rememora a polêmica defesa do presidente eleito à Ditadura Militar, antes de eleito, ponto de vista do qual ele não recua:

> Ele afirmou à "Band" que não se arrepende de ter dito que a ditadura deveria ter matado mais, porque foram desabafos no contexto de um Congresso cheio de anistiados. Justificou a censura com uma explicação inusitada: as matérias censuradas teriam "a palavra-chave para executar um assalto a banco, ou até mesmo uma autoridade em cativeiro". Sobre a morte de opositores pelo regime, ele disse que "como tinha a lei de vadiagem, tinha que ter o documento", e o "elemento" ia assaltar um banco, e por isso era morto. Ele tem direito a ter a sua opinião positiva da ditadura militar, mas em que serve, a esta altura, o uso dessas versões *fakes* para fatos históricos, como se estivéssemos na distopia *orwelliana* de um regime de força que reescreve o passado? (Leitão, 2018m).

Na coluna, Míriam Leitão (2018m) enfrenta pontos caros à garantia de liberdade prevista em um ambiente democrático e, recuperando declarações do presidente de apreço pelo regime ditatorial à custa da falsificação da História, acaba propondo ao leitor uma reflexão sobre a insistência nesta postura ao perguntar "em que serve, a esta altura, o uso dessas versões *fakes* para fatos históricos, como se estivéssemos na distopia *orwelliana* de um regime de força que reescreve o passado" (Leitão, 2018m). É no exercício indagativo que Míriam Leitão leva ao leitor o papel de questionar o sentido do enaltecimento da censura e da justificação dos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar, na segunda metade do século XX.

A coluna se posiciona pela necessidade de o presidente "ampliar ao máximo o alcance do seu discurso" (Leitão, 2018m), pois assim "aumenta as chances de sucesso do seu

governo” (Leitão, 2018m). Em seguida, faz analogia entre Jair Bolsonaro e Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, quanto à relação com a imprensa:

> Se o clã Bolsonaro está convencido de que apenas os canais alternativos sob seu exclusivo controle serão suficientes para se comunicar está enganado. Não existe essa dicotomia de velhas e novas mídias no complexo mundo da comunicação atual. O presidente Donald Trump hostiliza parte da imprensa, elege veículos que não podem entrar em entrevistas, e usa o *Twitter* para provocações agressivas. Bolsonaro pode estar escolhendo copiar esse modelo. Mas na sexta, os semblantes de perplexidade de Sérgio Moro e Paulo Guedes diante da natural pluralidade de perguntas da imprensa mostra que talvez eles precisem de menos improviso (Leitão, 2018m).

A argumentação de Míriam Leitão em favor da abertura para o diálogo com a sociedade por meio da mídia, lugar do qual a jornalista fala, embasa-se no despreparo dos à época futuros ministros do governo de Jair Bolsonaro quando encontraram-se com a imprensa. O recado final da coluna, afirmando que “Governar não é cavar trincheiras”, é arrematado pela frase: “A comunicação faz parte da arte de administrar bem o país” (Leitão, 2018m); e mostra que a jornalista compreende as dificuldades futuras decorrentes da restrição da liberdade da imprensa – que, se existisse nesta sociedade do capitalismo avançado como um valor irrevogável de fato, não estaria sob a ameaça do poder democraticamente eleito – democraticamente quanto ao aspecto formal – pela maioria da população votante do país, como faz perceber a jornalista pelo tom de sua coluna que prenuncia o recrudescimento da barbárie.

3.3 As colunas de Míriam Leitão e as possibilidades de formação dadas aos seus leitores

A indústria cultural se instaurou sobre toda a realidade social e, no estágio do capitalismo em que se encontra a sociedade atual, não há no *status quo* resistência suficiente para bloquear sua onipresença. Até a educação escolar, transformada em mercadoria, foi invadida pelo componente ideológico da indústria cultural que degenera o caminho rumo à emancipação, rebaixado a lugar de negócio – no qual também está situada a mídia e o jornalismo. A dominação exercida pelas forças hegemônicas (sinônimo do poder econômico) sobre o indivíduo e sua subjetividade acontece na contramão do interesse emancipatório, que subsiste na sociedade, ainda que em focos de resistência, como promessa inalcançável para as condições do sistema social atual.

O conteúdo jornalístico, cuja base é a informação, é um produto prometido publicitariamente para o esclarecimento e, por conseguinte, para a emancipação. Há fatores materiais interpostos em um horizonte de formação cultural por meio do jornalismo, que também é um negócio e existe como mercado, esvaziando a iniciativa de formação; o que resta é a pseudoformação. Mas as contradições geram brechas para o estímulo ao pensamento crítico e, amparadas por outras formas de conhecimento, as informações também podem ser válidas para que os indivíduos realizem processos formativos, inclusive quando são objeto da crítica dos que não a interpretam como verdade dada e total.

As colunas de Míriam Leitão verificadas nesta pesquisa são exemplo de como as técnicas operadas pela mídia criam um tipo de rotina que, infiltrada na cultura, acaba por impactar a subjetividade dos indivíduos. Isso não permite afirmar categoricamente que tal situação seja uma sentença irreversível de dominação, mas que é dos rompantes de se tentar o esclarecimento, das frestas para o encorajamento à autonomia de pensamento, da resistência crítica ao sistema em que vigora a indústria cultural, que se pode visar a ocorrência dos processos formativos e o combate à barbárie – esta cada vez mais arraigada na sociedade, como se constata ao analisar o governo escolhido pelo eleitorado brasileiro nas eleições de outubro de 2018 para presidir o país. O jornalismo e a mídia, como pertencentes ao conjunto de elementos da indústria cultural, são partes implicadas nas circunstâncias de pseudoformação que justificam a aposta da maioria dos cidadãos em um projeto autoritário de poder; revela que a sociedade não está sendo educada para reconhecer a autonomia e a liberdade como valores fundamentais. Feita a autocrítica, cabe às forças progressistas da sociedade o desafio de encontrar, dentro do próprio sistema, a resistência capaz de reverter o quadro de barbárie para o qual a sociedade está a se aprofundar.

Esta pesquisa, que dedicou-se a refletir sobre as possibilidades de formação do indivíduo na mídia a partir do recorte de colunas da jornalista Míriam Leitão, encaminha-se para o desfecho constando o quão temerário é para a subjetividade humana depender da razão jornalístico-midiática – isto é, a própria racionalidade da indústria cultural – para a formação da consciência dos indivíduos, haja vista que, embora haja brechas para tal, não é o propósito em que se baseia a razão de ser deste sistema. Assim, não se pode perder de vista que a indústria cultural, bem como tudo o que resulta dela, não tem na emancipação do indivíduo sua razão de ser; mais que isso, o fundamento da indústria cultural é antiemancipatório, o que

quer dizer, em última instância, que seu elemento constitutivo é a própria dominação da subjetividade em escala massificada.

Considerações finais

Os estudos expostos nesta dissertação procuraram refletir sobre o papel da mídia na formação cultural dos indivíduos, entendendo que a formação é um processo passível de acontecer dentro e fora da educação em seu sentido escolar e acadêmico, do mesmo modo que é um projeto que pode ou não se cumprir. As contradições perpassam o objeto desta pesquisa e não podem ser desprezadas na discussão dos processos formativos.

A formação para a emancipação – defendida por Adorno (2006) no combate à barbárie – e para o esclarecimento – que se opõe ao mito e ao falso esclarecimento alertado por Horkheimer & Adorno (1985) – é um propósito que encontra resistência nas forças regressivas que dominam a sociedade do capitalismo avançado, que em seu estágio atual aprofunda ainda mais o fosso entre o indivíduo e as condições para a conquista da autonomia e de uma consciência verdadeira. Isso porque a manutenção do controle sobre a sociedade assegura a hegemonia dessas forças regressivas, detentoras do poder econômico e determinantes na vida do indivíduo para que se cumpra o projeto de perpetuação do *status quo*, subjugando permanentemente a humanidade e a natureza.

A mídia e o jornalismo, do qual resulta a informação, são áreas nas quais a dominação, presente em toda a sociedade, comparece, pois a captura da subjetividade é o meio de conservação do *status quo* que interessa às forças dominantes; assim, elas buscam atingir o pensamento dos indivíduos, justificando o estado das coisas, que rejeita a emancipação dos indivíduos para sustentar a dominação dos mesmos.

A indústria cultural, da qual a mídia e o jornalismo são parte, dissemina a ideologia dos economicamente poderosos convertendo bens culturais em meras mercadorias, indivíduos em consumidores, cultura em negócio. A meta de ocupar as áreas materiais e subjetivas da vida dos indivíduos é a razão da indústria cultural, e por isso ela submete tanto aquele que produz a informação – regido por técnicas que padronizam e enquadram a explicação da realidade para abastecer o mercado da informação, mas também regido pelo imperativo de lucro que justifica o caráter de negócio – quanto aquele que consome a informação resultante das circunstâncias que a originam.

A análise das colunas de Míriam Leitão apresentou marcas das contradições que estão presentes no trabalho da jornalista. Há trincheiras para o exercício da reflexão e do

pensamento crítico apesar de o embasamento que dá sentido à produção jornalística de Míriam Leitão estar condicionado ao *status quo*. Os problemas apontados nas colunas não projetam a superação da realidade da qual se reclama e com a qual se contenta, conformando-se com a subserviência às leis desta realidade. Em poucos momentos a discussão para as eleições, que poderia servir de estímulo ao leitor para subverter a ordem em que se instalam os problemas apontados nas colunas, dá sinais de que o indivíduo deve agir para mudar a realidade porque a legitimidade do estado das coisas não é contestada em suas bases.

Na discussão da última coluna analisada, escrita após o resultado das eleições presidenciais de 2018, a jornalista Míriam Leitão adverte para o problema de a comunicação oficial acontecer em meios alternativos (as redes sociais) em comparação aos meios tradicionais, reivindicando a importância da imprensa, mas a verdade é que a perspectiva autoritária é aprofundamento da conjuntura anterior em que os meios de comunicação de massa detinham exclusivo controle para informar o grande público. A nova condição, que não faz face à condição anterior, é o novo patamar da escala regressiva em que se projeta a barbárie em níveis ainda maiores que os hoje verificados. Dá-se, no alerta de Míriam Leitão, a indicação de como a mídia, no processo de atualização técnica responsável por criar as redes sociais, explicita ainda mais o favorecimento de projetos autoritários com a administração da consciência dos indivíduos desta sociedade submersa na indústria cultural.

Esta pesquisa abra perspectivas para a continuidade da discussão em torno da formação cultural do indivíduo em relação à mídia e ao jornalismo, ampliando o raio de observação para além da análise de um único caso, como aqui se fez com o estudo de colunas da jornalista Míriam Leitão, compreendendo a ocorrência simultânea de conteúdos em um mesmo produto/jornal, ao mesmo tempo em que outros produtos jornalísticos são distribuídos para o consumo massivo em intervalos cada vez menores, preenchendo cada vez mais a sociedade com informações e, consequentemente, atingindo com maior insistência a subjetividade dos indivíduos.

Referências

Adorno, T. W. (2008). *As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária*. São Paulo: UNESP.

Adorno, T. W. (2006). *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.

Adorno, T. W. (1966). Teoría de la seudocultura. In Adorno, T. W. & Horkheimer, M., *Sociológica* (pp. 175-199). Madrid: Taurus.

Adorno, T. W. (1978a). A indústria cultural. In Cohn, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. (4ª ed.). (pp. 287-295). São Paulo: Editora Nacional.

Adorno, T. W. (1978b). Televisão, consciência e indústria cultural. In Cohn, G. (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. (4ª ed.). (pp. 346-354). São Paulo: Editora Nacional.

Benjamin, W. (2015). *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Benjamin, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (3ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.

Carloni, P. R. (2018). *Narração, ideologia e experiência: os desafios da formação no jornalismo* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Cohn, G. (Org.). (1978). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Nacional.

Duarte, R. A. P. (2004). *Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento.* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973). Ideologia. In Adorno, T. W. & Horkheimer, M., (Orgs.). *Temas Básicos da Sociologia* (pp. 184-203). São Paulo: Cultrix.

Lage, N. (2001). *Ideologia e Técnica da Notícia*. (3ª ed.). Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC.

Leitão, M. (2006). Míriam Leitão. In Abreu, A. A. & Rocha, D. (Orgs.). *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC* (pp. 78-105). Rio de Janeiro: FGV.

Leitão, M. (2010). *Convém Sonhar*. Rio de Janeiro: Record.

Leitão, M. (2015). *História do futuro: O horizonte do Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Leitão, M. (2017). *A verdade é teimosa: Diários da crise que adiou o futuro*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Leitão, M. (2018a). Lições das eleições dadas pelo avesso. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/licoes-das-eleicoes-dadas-pelo-avesso.html

Leitão, M. (2018b). Democracia nunca foi uma planície. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/democracia-nunca-foi-uma-planicie.html

Leitão, M. (2018c). De olho na política. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/de-olho-na-politica.html

Leitão, M. (2018d). Temer e Meirelles: Fogueira das vaidades. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/temer-e-meirelles-fogueira-das-vaidades.html

Leitão, M. (2018e). Cenário Eleitoral. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/cenario-eleitoral.html

Leitão, M. (2018f). Incertezas até o voto. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/incertezas-ate-o-voto.html

Leitão, M. (2018g). O mar da dúvida. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-mar-da-duvida.html

Leitão, M. (2018h). O meio de Marina. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-meio-de-marina.html

Leitão, M. (2018i). Em tempo de eleição. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/em-tempo-de-eleicao.html

Leitão, M. (2018j). País no qual vices governam. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/pais-no-qual-vices-governam.html

Leitão, M. (2018k). Na economia há pontos em comum. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/na-economia-ha-pontos-em-comum.html

Leitão, M. (2018l). A nova mulher que foi às ruas. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/nova-mulher-que-foi-ruas.html

Leitão, M. (2018m). Está tudo muito confuso, tá ok? Recuperado em 23 dezembro, 2018, de https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/esta-tudo-muito-confuso-ta-ok.html

Matos, O. C. F. (1993). *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo.* São Paulo: Moderna.

Meditsch, E. (2005). A contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no Brasil. In Traquina, N. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. (2ª ed.). Florianópolis: Insular.

O Globo. (2018). *Princípios Editoriais.* Recuperado em 27 de dezembro, 2018, de https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. (2ª ed.). Florianópolis: Insular.